

Paulo Henrique Costa Lima

11812ECO012

**O CAPITAL NOS EUA: UM ESTUDO SOBRE A TENDÊNCIA DA
TAXA DE LUCRO AMERICANA (1945 – 2010)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2020

Paulo Henrique Costa Lima

11812ECO012

**O CAPITAL NOS EUA: UM ESTUDO SOBRE A TENDÊNCIA DA
TAXA DE LUCRO AMERICANA (1945 – 2010)**

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Econômicas. Orientador: Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2020


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1J, Sala 218 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4315 - www.ppge.ie.ufu.br - ppge@ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Economia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, Nº 282, PPGE				
Data:	27 de fevereiro de 2020	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	10:35
Matrícula do Discente:	11812ECO012				
Nome do Discente:	Paulo Henrique Costa Lima				
Título do Trabalho:	O capital nos EUA: um estudo sobre a tendência da taxa de lucro americana (1945 – 2010)				
Área de concentração:	Desenvolvimento Econômico				
Linha de pesquisa:	Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Desenvolvimento e Dependência				

Reuniu-se na sala 1J141, Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Economia, assim composta: Professores Doutores: Niemeyer Almeida Filho - UFU; Ricardo Pereira de Melo - UFMS; Carlos Alves do Nascimento - UFU orientador do candidato. Ressalta-se que o professor Ricardo Pereira de Melo participou da defesa por meio de webconferência desde a cidade de Campo Grande (MS) e os demais membros da banca e o aluno participaram in loco.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. Carlos Alves do Nascimento, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alves do Nascimento, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/02/2020, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Niemeyer Almeida Filho, Professor(a) do Magistério Superior**, em 27/02/2020, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Pereira de Melo, Usuário Externo**, em 27/02/2020, às 16:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1852526** e o código CRC **5ABB244C**.

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

L732
2020

Lima, Paulo Henrique Costa, 1994-
O capital nos EUA [recurso eletrônico] : Um estudo sobre a
tendência da taxa de lucro americana (1945 - 2010) / Paulo
Henrique Costa Lima. - 2020.

Orientador: Carlos Alves do Nascimento .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Economia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.395>
Inclui bibliografia.

1. Economia. I. , Carlos Alves do Nascimento, 1967-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Economia.
III. Título.

CDU: 330

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi, como tudo na vida, fruto de um tempo. Um tempo em que convivi com diversas pessoas, conheci outras tantas e fui inspirado por diversas outras. Todas elas me agregaram de forma a moldar a minha pessoa ao ponto que ela se encontra agora tendo efetuado essa dissertação. Gostaria de agradecer a essas pessoas. Em primeiro lugar, no entanto, o maior agradecimento vai a minha musa inspiradora, minha mãe Eliamar; que sempre foi e sempre será o motivo primeiro de qualquer sonho ou esforço meu. Em segundo lugar não há como não enaltecer a importância de toda minha família, em especial minha outra mãe, Dona Elismar, meu pai, Seu Paulo, e meus irmãos, Vanessinha, Daniel, Dieguinho, e a pessoa da qual eu tenho mais orgulho na vida, meu irmão Paulo Vitor. Também agradeço a todos meus professores, em especial ao meu orientador Carlos Alves do Nascimento pelo empenho e a dedicação em me auxiliar nesse trabalho. Da mesma forma, não há como não reconhecer a importância das minhas amizades em tudo que eu venho a ser hoje, e, portanto, na concretização deste trabalho. Ficam aqui meus agradecimentos para meus queridos Ramon, Astoufo, Valdecy, Sheron, Geebz, Heltim, Eduardo, Bruno Balada, Vitão, Roger e tantos outros que se eu me desse ao trabalho de citá-los esses agradecimentos virariam um livro; ficam então representados por esses dez amáveis patifes. Os que me inspiraram, de diversas formas, dentro desse período, também merecem ser citados. Obrigado então ao Milton Nascimento, ao Érico Veríssimo, à toda família Caymmi, ao Guimarães Rosa, ao Tom Jobim e ao Gabriel Garcia Márquez. Um agradecimento especial, no entanto, deve ser feito a Karl Marx, que não foi só uma inspiração intelectual que se fez presente em minha vida, mas também um exemplo de ser humano, preocupado com as injustiças e mazelas sociais, determinado a escavar a verdade e sofrer as consequências dessa busca em prol de um bem maior. Verdade essa, tão buscada por Marx, que nos dias de hoje é tão ignorada, e por vezes combatida. Dedico esse trabalho a todos aqueles que a defendem; e dedico também a todos os proletários, irmãos de classe. Que a luta seja tão constante quanto a injustiça que cerca a sociedade, e que a vida nos dê tempo de podermos fazer algo, mesmo mínimo, que torne esse mundo melhor. Obrigado!

RESUMO

O objetivo desta dissertação consiste em estudar o comportamento da taxa de lucros americana desde o Pós-Segunda Guerra até a primeira década do século XXI. Para isso, o estudo se divide em duas partes; uma teórica e uma empírica. A primeira parte consiste num resgate da teoria marxista a respeito da Lei de tendência de queda da taxa de lucros. Esse resgate teórico é feito ao longo do primeiro capítulo, englobando e discutindo temas que influenciam nas variações das taxas de lucro e são influenciados por elas, assim também como fatores contrarrestante que atuam como resposta ao comportamento limitante da acumulação de capital representado pela tendência de queda das taxas de lucro. Nos capítulos posteriores é apresentado uma exposição analítica sobre o histórico da economia estadunidense do Pós-Segunda Guerra até o fim da primeira década do século XXI. O capítulo II apresenta uma análise sobre a economia norte-americana durante os chamados anos dourados da economia mundial. A maneira como o capital se adapta, através das contratendências, de acordo com a dinâmica das taxas de lucro, é o fator modificador do sistema, que realiza metamorfoses à medida que a tendência e as forças contrarrestantes interagem. A abertura comercial e a iniciativa de reconstruir os países europeus e o Japão, passam de meios a se combater a tendência de queda a um fator de aumento da competitividade no mercado internacional, o que reforça a tendência estrutural de queda das taxas de lucro; e esses fatores levam ao fim do *Welfare State* já nos anos 70, como forma de resposta a tendência de queda das taxas de lucro. No capítulo III o estudo é feito dos anos de 1980 até 2010, onde vemos a luta contra tendência ser realizada de diferentes formas ao longo dos anos; apesar de sempre se esforçarem em manter em baixa o crescimento dos salários reais, deprimindo cada vez mais a demanda agregada, aumentando a dependência do comércio externo. Na década de 80 o endividamento de empresas para a efetivação de processos de fusão e aquisição foi a principal estratégia. Na década seguinte, o endividamento cresceu ainda mais, mas num sentido de aumentar a produtividade em vista da concorrência dos mercados internacionais. Nos anos 2000 o capital especulativo, que desde a década de 1980 vinha financiando as estratégias contrarrestantes, alcança o nível mais alto de sua importância econômica, o que reverbera na crise de 2008. Ao longo desses anos, com a luta dialética entre tendência e contratendências ditando as metamorfoses do capitalismo americano, vemos as transformações do sistema como fruto desse embate.

Palavras-Chaves: Taxa de lucro; tendência de queda; Estados Unidos

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to study the behavior of the American profit rate from the Post-World War II until the first decade of the 21st century. For this, the study is divided into two parts; theoretical and empirical. The first part consists of a redemption of the Marxist theory regarding the Law of downward trend in the rate of profits. This theoretical rescue is made throughout the first chapter, encompassing and discussing themes that influence and are influenced by the variations in profit rates, as well as counter-factors that act in response to the limiting behavior of capital accumulation represented by the downward trend profit rates. In the following chapters an analytical exposition on the history of the American economy from the Post-Second War until the end of the first decade of the 21st century is presented. Chapter II presents an analysis of the North American economy during the so-called golden years of the world economy. The way in which capital adapts, through counter-trends, according to the dynamics of profit rates, is the modifying factor of the system, which performs metamorphoses as the tendency and the counteracting forces interact. The opening up of trade and the initiative to rebuild European countries and Japan, go from means of combating the downward trend to a factor of increasing competitiveness in the international market, which reinforces the structural tendency of falling profit rates; and these factors led to the end of the Welfare State as early as the 1970s, in response to the downward trend in profit rates. In chapter III the study is carried out from the 1980s to 2010, where we see the fight against the trend being carried out in different ways over the years; despite always striving to keep real wage growth down, increasingly depressing aggregate demand, increasing dependence on foreign trade. In the 1980s, the indebtedness of companies to carry out merger and acquisition processes was the main strategy. In the following decade, indebtedness grew even more, but in order to increase productivity in view of competition from international markets. In the 2000s, speculative capital, which since the 1980s had been financing counterpart strategies, reached the highest level of economic irresponsibility, which reverberates in the 2008 crisis. Throughout these years, with the dialectical struggle between tendency and counter-tendencies dictating the metamorphoses of American capitalism, we see the transformations of the system as the result of this struggle.

Key-Words: Profit rate; downward trend; United States

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I - OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS	10
1.1 A Formação do Lucro	12
1.2 O Capital no Mercado	22
1.3 A Realização do Valor Capital	30
1.4 As Contratendências	34
1.5 Contribuições, Críticas e Últimas considerações teóricas	41
CAPÍTULO II - OS TRINTA GLORIOSOS	48
2.1 As Raízes do Boom e a Década de 1950	50
2.2 Os anos 60 e a Acumulação de Responsabilidade	57
2.3 Os Anos 70 e as novas regras do jogo	63
CAPÍTULO III - O NEOLIBERALISMO, A GLOBALIZAÇÃO E O NOVO MILÊNIO	71
3.1 Os perdidos anos da década de 1980	72
3.2 Os Instáveis anos 90	81
3.3 O novo milênio e as velhas metas	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
APÊNDICE	107
REFERÊNCIAS	112

TABELA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – Taxa de lucro das empresas não financeiras: 1947 – 1959.....	53
GRÁFICO II – PIB em número índice, 2009 = 100 (1950 – 1959)	54
GRÁFICO III – PIB em número índice, 2009 = 100 (1960 -1969)	57
GRÁFICO IV – Taxa de lucro das empresas não financeiras: 1960 – 1969.....	59
GRÁFICO V – Produtividade da mão-de-obra x salários: 1963 – 1969.....	60
GRÁFICO VI - PIB em número índice, 2009 = 100 (1970 -1979)	62
GRÁFICO VII - Taxa de lucro das empresas não financeiras: 1947 – 1959.....	64
GRÁFICO VIII - Produtividade da mão-de-obra x salários: 1970 – 1979.....	65
GRÁFICO IX - PIB em número índice, 2009 = 100 (1970 -1979)	72
GRÁFICO X – Dívidas das empresas não financeiras a preços de 2009.....	73
GRÁFICO XI - Taxa de lucro das empresas não financeiras: 1980 – 1989.....	74
GRÁFICO XII - Produtividade da mão-de-obra x salários: 1980 – 1989.....	75
GRÁFICO XIII – Empregados na manufatura.....	78
GRÁFICO XIV - Produtividade da mão-de-obra x salários: 1990 – 1999.....	79
GRÁFICO XV – Balança comercial de bens em milhões de dólares: 1990 – 1999.....	80
GRÁFICO XVI – PIB em número índice, 2009 = 100 (1990 – 1999)	81
GRÁFICO XVII - Taxa de lucro das empresas não financeiras: 1990 – 1999.....	82
GRÁFICO XVIII – Taxa de lucro das empresas não financeiras: 2000 – 2010.....	84
GRÁFICO XIX - PIB em número índice, 2009 = 100 (2000 – 2010)	85
GRÁFICO XX – Lucro financeiro a preços de 2009.....	86
GRÁFICO XXI - Produtividade da mão-de-obra x salários: 2000 – 2010.....	87
GRÁFICO XXII – Balança comercial de bens de consumo: 2000 – 2010.....	88

INTRODUÇÃO

No estudo da teoria marxiana, nos deparamos com as questões que desnudam e revelam o funcionamento do período histórico no qual vivemos. Isso acontece pelo entendimento das relações sociais de poder e submissão na qual estamos inseridos, e tudo isso passa pela forma na qual realizamos a produção de mercadorias. A luta de classes sociais está inserida nesse contexto como a forma pela qual a sociedade vai caminhando, se modificando, adquirindo novas categorias e aspectos, e superando antigas formas, que impedem ou se tornam obsoletas e ultrapassadas para a dinâmica do processo de acumulação de capital.

É no estudo do confronto dessas forças dialéticas que compreendemos de fato como se organiza e funciona o sistema que vigora na atualidade. Estudar e prever seu desenvolvimento a partir de modelos teóricos e experimentais, que tratam a economia como uma entidade concreta e sólida, é uma tarefa ingrata, e poder-se-ia dizer inútil. O material que temos para entendê-lo (o sistema) como objeto de estudo está em seu interior, em sua formação, e é determinante de suas metamorfoses. Como Marx advoga, a exposição de um objeto de estudo deve passar do simples para o complexo, que seria a síntese das múltiplas explicações. No entanto, em suas próprias palavras, para muitos estudiosos da temática socioeconômica “é mais fácil entender o corpo desenvolvido do que a célula do que o compõe” (MARX, 1867, pg 78).

A luta de classe esteve presente em toda organização social humana — salvo alguns regimes tribais —, e determinou diferentes estruturas econômicas. Em todas elas, a defesa do interesse da classe dominante, em contraste com a resistência da classe subjugada em ser explorada, é que resultou em transformações e revoluções do modo como as sociedades se organizavam (THOMPSON, 1987). No capitalismo, vemos esse interesse se expressar na forma da taxa de lucro que o capitalista obtém através da execução da atividade produtiva, e que Marx aborda no seu estudo do Livro Terceiro d’Capital. O problema aparece quando, por conta das próprias inconsistências estruturais do sistema, ele mesmo se coloca como limitador do crescimento contínuo dessa taxa de lucro, e, assim, se estabelece como uma barreira ao processo de

acumulação capitalista. Isso exprime a própria característica dialética das forças e categorias que compõem o próprio sistema.

O entendimento, portanto, do desenvolvimento capitalista através das décadas pode — e deve — ser compreendido e interpretado pelas questões que permeiam e impactam na determinação da taxa de lucro. Este estudo trata então de entender a lógica por trás das células — categorias — que compõem a formação dessa taxa de lucro, e de mostrar como, num cenário histórico e empírico, elas se fazem presentes como modificadoras do todo ao seu redor. O objetivo aqui é entender a lógica da acumulação de capital guiada pela taxa de lucro, e observar como isso modifica o sistema capitalista através da implantação de estratégias e medidas que visam amenizar, paralisar, ou até impedir a tendência estrutural do sistema de ser seu próprio limitador.

Para isso, este estudo se divide em duas partes: uma teórica; e uma histórica e analítica. A primeira parte, trabalhada no capítulo I, se dedicará a resgatar os estudos teóricos de Marx acerca da incapacidade do sistema capitalista em sustentar sua acumulação de capital indefinidamente por conta de sua lógica estrutural e sistêmica. Essa questão é revelada por Marx através da elaboração, no Livro Terceiro d'Capital, da chamada Lei tendencial da queda da taxa de lucro. A exposição do conteúdo referente ao entendimento da teoria marxista será feita em três frentes, que abordarão: As origens do Lucro capitalista; O capital no mercado; e A rotação do capital. Essas três frentes foram dispostas nessa ordem de forma a se obter uma discussão mais didática possível sobre o conceito de taxa de lucro e as questões que a rodeiam, a afetam e são afetadas por ela. É importante que essa discussão seja a mais clara e completa possível, para que possamos entrar na parte empírica e analítica sabendo no que nos apoiar ao analisar os dados e o contexto histórico e econômico. Num último tópico desse capítulo I ainda trabalharemos com interpretações e discussões feitas por outros autores, que se dedicaram a estudar a teoria marxista da tendência de queda da taxa de lucro lançando um olhar mais contemporâneo sobre a temática, e trazendo à luz questões que se apresentam pertinentes nos dias atuais.

A segunda parte do estudo, dedicada à análise e compreensão histórica de um período através das lentes da teoria marxista, será feita nos capítulos II e III. Para tanto,

o período e o ambiente escolhidos para o estudo analítico serão os Estados Unidos do período do Pós-Segunda Guerra até a primeira década do século XXI. Para essa análise, para apoiar na interpretação teórica, utilizaremos dados coletados em portais governamentais e acadêmicos, assim como também utilizaremos um cálculo proposto para a taxa de lucro americana feito especialmente para esse estudo, com dados correspondentes às variáveis apresentadas por Marx no cálculo da taxa de lucro¹. Tendo o valor calculado das taxas de lucro durante o período, seguir-se-á uma discussão onde, atrelada a outros indicadores macroeconômicos — PIB, dívida das empresas privadas, número de empregos na manufatura, produtividade da mão de obra, salários, lucros no setor financeiro e balança comercial —, pretende-se estabelecer um paralelo contextual com as flutuações dos indicadores da taxa de lucro. Também será abordado o contexto histórico e político dos períodos contemplados pelos dados, de forma a esclarecer o máximo possível a razão de tais variações; tendo sempre como base de comparação as variáveis e categorias que no primeiro capítulo veremos que afetam as taxas de lucro.

Assim, o capítulo II, tratará dos chamados “Anos Dourados” da economia mundial. Estudaremos nesta parte o comportamento da economia norte-americana durante as décadas de 50, 60 e 70. Veremos como se comportaram as taxas de lucro nesse período, e como os agentes econômicos, e tomadores de medidas governamentais atuavam de forma a proteger o processo de acumulação de capital. Da mesma forma, estudaremos na sequência o capítulo III, contemplando a análise das décadas de 80, 90 e a primeira década dos anos 2000. Veremos com essa análise temporal como os esforços para se manipular a taxa de lucros de forma ascendente vão ser determinantes de mudanças globais no país e na economia mundial; colocando esse fator como central na dinâmica de metamorfose do sistema capitalista.

A escolha dos Estados Unidos para ser o cenário deste estudo passa pelo motivo de que, ao final da Segunda Guerra Mundial, a economia norte-americana passa a ter uma posição hegemônica na economia global e ditar as regras do jogo no sistema capitalista. Como veremos no resgate teórico do capítulo I, são os capitais centrais, mais produtivos, e de maior escala que vão ter maior poder na determinação da média geral da taxa de lucro. Dessa forma, é mais interessante para o estudo se colocar no centro do

¹ Para mais detalhes, ver Apêndice (pg. 101).

furacão para melhor analisar o impacto da tendência de queda dessa taxa de lucro reverberando, não apenas na economia nacional dos Estados Unidos, mas no mundo todo onde ele exerce sua influência econômica. Assim como Marx se utilizou da análise sobre o capitalismo inglês — na época hegemônico — para sua análise do capital, os Estados Unidos hoje se fazem mais relevantes para o mesmo intuito.

CAPÍTULO I - OS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Num primeiro momento, o trabalho pretende se concentrar na discussão acerca da teoria marxista e do estabelecimento da Lei que determina uma tendência de queda da taxa de lucro no sistema capitalista. É preciso, portanto, resgatar uma série de conceitos e categorias que Marx apresenta em sua crítica ao capital. De maneira a se fazer uma exposição didática, e ao mesmo tempo contemplando as principais temáticas trabalhadas por Marx até desembocar em sua lei, no Livro III de O Capital, a primeira parte do trabalho se dedica inteiramente à teoria marxista.

Sendo assim, a exposição teórica do primeiro capítulo se divide em cinco seções principais. A primeira aborda a formação do lucro. Essa seção se dedica a encontrar a verdadeira faceta do lucro por detrás das categorias e premissas que regem a relação social de produção no sistema capitalista. Para tanto se faz necessário expor alguns conceitos, tal como: mais valia; valor novo; preço de custo; capital constante e variado; e composição orgânica. Com esses conceitos bem definidos será possível demonstrar como acontece a criação de valor através do processo produtivo; assim como também se dá o relacionamento da taxa de lucro com as distintas partes integrantes do capital. Por fim, essa seção inicial também identifica as razões de flutuações na taxa de lucro em função de variáveis que influenciam, tanto o capital variável (número de trabalhadores e salários), quanto o capital constante (variações no preço dos meios de produção, retenção de custos, aumento do montante de meios de produção com preços constante, e desenvolvimento técnico).

A segunda seção é dedicada ao relacionamento do capital no mercado. Assim, serão apresentados os conceitos de valor individual e social, como implicações diretas das desigualdades técnicas produtivas entre os distintos capitais na economia. Como conceito intrinsecamente ligado a essa questão, será discutido o conceito da mais-valia extraordinária, se estabelecendo como um fator que aprofunda ainda mais os fenômenos de concentração e centralização de capitais. Nessa mesma linha de raciocínio, segue a discussão das composições dos capitais dados seus níveis de produtividade; permitindo agora a introdução de conceitos um pouco mais à superfície do sistema capitalista,

como: taxas de lucro individual; taxas de lucro social; e preço de produção. Dessa forma, é possível demonstrar como se dá a repartição do valor total gerado na economia pelos capitais; que, por sua vez, determina fenômenos estruturais do capitalismo, tal como a subjugação de capitais menores por empresas maiores e mais competitivas, e o quanto o tamanho das escalas dessas empresas favorece seu domínio sobre o poder de mercado, consolidando seu controle sobre os demais capitais. Além disso, também se faz necessário discutir os movimentos de oferta e demanda, e suas implicações sobre as relações sociais de produção de diferentes nichos de mercado. Dessa forma seria possível enxergar um padrão no modo como a economia capitalista responde aos movimentos de excesso de demanda e de oferta; passando para o fenômeno da migração de capitais, com os empresários sempre buscando mercados em que as taxas de lucro estejam mais estimulantes.

A terceira seção trata da rotação do capital. Nessa parte o estudo se volta para conceituar outros tipos de capitais, além do produtivo, no sistema capitalista, estabelecendo suas funções. Assim, apresenta-se o capital comercial e o capital financeiro, ressaltando as suas importâncias para minimizar uma das questões que se apresenta como de grande relevância para a realização do valor do capital, que é o seu tempo de rotação. Para a realização dos valores capitais, essa discussão se faz extremamente importante, uma vez que, na dinâmica do processo de acumulação, o tempo de rotação é essencial.

A quarta seção deste primeiro capítulo trabalhará a temática das contratendências, e suas implicações no relacionamento com a Lei tendencial de queda da taxa de lucro. Essa quarta seção se configura como uma das mais relevantes para a análise posterior dos capítulos II e III; uma vez que são os movimentos de confronto entre as contratendências e a própria tendência de queda das taxas de lucro, que vão determinar — como será discutido na seção — as mutações e transformações do sistema capitalista e de suas categorias.

A quinta e última parte é dedicada a se analisar críticas e contribuições à teoria marxiana. Com o olhar e a análise de diversos autores sobre a temática da Lei tendencial de queda da taxa de lucro, essa última seção pretende reforçar a discussão, estabelecer e

expor o debate em torno da temática. Dessa forma, poderemos avançar às posteriores partes empíricas do trabalho com os conceitos teóricos devidamente trabalhados e entendidos.

1.1 A Formação do Lucro

A humanidade está inserida na natureza, dialoga e interage com ela, modifica e é modificada por ela. Na sua história há de se apontar fatores, tendências e comportamentos ditos naturais, comuns desde sempre a como o homem se comporta diante da natureza; e históricos, que tem sua origem e duração baseados em determinado contexto secular. A história muda, evolui, regride, se modifica e se revoluciona em variados sentidos. Nessa transmutação, categorias naturais, intrínsecas ao homem, se mantêm perenes, enquanto que as categorias históricas vão sendo sobrepostas e subjugadas por categorias dos novos tempos. O entendimento sobre a distinção dessas categorias é o fator central da crítica a qualquer relação social de produção. Assumir uma categoria histórica como natural é negar o tempo, é propor o fim da história e a estagnação das horas, dos dias, dos meses, dos anos e dos séculos.

O lucro, na sua mais simples e superficial definição, faz referência a apenas o retorno de algum valor investido. O próprio conceito de valor, sendo ele trans-histórico (natural), durante eras esteve sobreposto ao de lucro, sendo esta uma categoria histórica, sob relações diferentes de produção, obviamente. Apenas com a introdução, desenvolvimento e sofisticação do sistema de escambo de mercadorias é que essa categoria chamada “lucro”, como a conhecemos hoje, foi se tornando mais nítida e ganhando destaque nas relações sociais de produção.

O Lucro como retorno do capital investido

Ao capitalista, assim como a toda a sociedade, o processo produtivo tem em seu objetivo primeiro a geração de riqueza. No entanto, a maneira pela qual essa geração de riqueza é compreendida pelo público é superficial. Ou seja, não é intrínseco ao

raciocínio da sociedade a criação de valor através da exploração da força de trabalho; ao invés disso, só se tem noção de que, para que o capitalista possa gerar riqueza, ele tem de empregar certo valor de capital numa atividade produtiva. Pouco importa ao detentor do capital como se dá a verdadeira transposição e criação de valor dentro do processo produtivo. Assim sendo, para o capitalista o que interessa é o retorno que se tem em relação ao montante gasto de capital adiantado, o que se convencionou chamar de “Lucro”. Percebe-se então o lucro como a forma fetichizada do valor criado apropriado pelo capitalista durante o processo produtivo. É preciso, portanto, estudar o que acontece dentro da relação social de produção para que apresentemos a real origem do lucro capitalista.

A discussão acerca do conceito de trabalho para Marx se faz necessária para primeiro contextualizarmos a relação do homem com o capital. Nesse raciocínio, temos que o trabalho aparece como uma categoria presente durante toda a história da raça humana. Desde os primórdios da humanidade nossos ancestrais executavam atividades que tinham como objetivo modificar, ou alterar, a natureza, e o que provém dela, a fim de gerar um novo “valor de uso” referente às suas necessidades. Esse conceito para Marx é chamado de “trabalho concreto”. Um exemplo seria a utilização de pedras, ossos ou madeira, para se fazer ferramentas de diferentes tipos. Ou seja, como matéria prima encontrada na natureza, esses componentes não detinham a utilidade que passaram a ter depois da modificação aferida pelo trabalho do homem ao transformá-los em ferramentas, agregando a eles o que Marx chama de “valor de uso”. Essas duas categorias, “trabalho concreto” e “valor de uso”, são, portanto, elementos naturais, presentes em todos os períodos da evolução humana, se apresentando de maneiras distintas conforme a relação social de produção vigente nos períodos históricos se estabelece.

As sociedades, com o passar dos séculos, se organizam de diferentes maneiras no que diz respeito às relações políticas e produtivas. Com o tempo tem-se o advento da alienação do uso da força de trabalho de uma classe social desprovida da propriedade de meios produtivos. Essa população, que vai alienar sua força de trabalho para se sustentar é alocada em unidades fabris, ou de qualquer outra atividade produtiva, e passam a produzir “valores de uso” em larga escala. No entanto, tanto para o

empregador, dono do capital, quanto para o trabalhador, alienando sua força de trabalho, a mercadoria originada do processo fabril não representa seu valor objetificado no seu valor de uso propriamente dito. Para o trabalhador, aquela mercadoria produzida representa o valor de troca de sua força de trabalho; e para o patrão aquela mercadoria representa um valor de troca presente não em si mesma, mas nas demais mercadorias do sistema produtivo. Nesse contexto, se estabelecem outras duas novas categorias: o “trabalho abstrato” — referente a atividade laboral desempenhada durante a jornada de trabalho onde o trabalhador aliena sua mão de obra —, e o “valor de troca” — valor da mercadoria representado pela comparação com outras mercadorias, equalizando a quantidade de trabalho necessário para produzi-las — em outras palavras, o próprio valor do capital variável.

Como acontece o processo de criação de valor no capital

O capital, como conceito, faz referência a uma relação social de produção que pressupõe: o emprego de mão de obra livre e assalariada num exercício produtivo; e a propriedade privada dos meios de produção. Percebe-se aqui que, distinto de outros regimes sociais pretéritos ligados à produção de riqueza, o capitalismo se difere, dando a essa atividade categorias históricas que passam a ditar os valores sociais reverenciados pelas instituições burguesas. Assim sendo, o processo de criação de riqueza depende do encontro de dois distintos capitais produtivos, ambos adquiridos com o gasto adiantado do capitalista; são eles: os meios de produção, e a força de trabalho.

Para os meios de produção, se estabelece o conceito de capital constante, e para a força de trabalho temos o conceito de capital variável. O capital constante compreende o trabalho morto, presente no maquinário e nas matérias primas, oriundo de uma atividade produtiva pretérita. O capital variável, por sua vez, é composto por trabalho vivo executado pelos trabalhadores empregados no processo produtivo. O trabalho vivo é capaz de, durante o desempenho da atividade produtiva, transportar o valor do trabalho morto, incrustado no capital constante, para a nova mercadoria, além de também criar um valor novo.

O processo de compreensão da dinâmica capitalista passa pelo entendimento de como o capital se comporta, determinando ao mesmo tempo uma agregação e marginalização do capital variável. Ele o engloba no processo produtivo, empregando a força de trabalho, e, ao mesmo tempo, aliena esses mesmos trabalhadores do tocante a propriedade de meios produtivos, e da possibilidade de se sustentar fora do sistema.

Sobre a transposição do valor do trabalho morto, é preciso que se façam algumas observações. Quando se fala de capital constante englobamos tanto o maquinário quanto às matérias primas, como dito anteriormente. No entanto, esses dois componentes se distinguem quanto ao modo como são consumidos durante o processo produtivo, e assim, à forma como transpõem seu valor à mercadoria. Para tanto, diferencia-se entre capital fixo e capital circulante, os ativos que, respectivamente, repassam gradativamente (maquinário), e integralmente (matérias primas), seus valores para a mercadoria. Ou seja, o capital circulante, é, em um único ciclo, consumido integralmente, repassando todo seu valor para o valor final das mercadorias². O capital fixo, por sua vez, é consumido gradativamente ao longo de vários ciclos, e, portanto, passa à mercadoria apenas uma parcela de seu valor integral.

Como discutido anteriormente, apenas o trabalho vivo desempenhado pela força da mão de obra que compõe o capital variável, é capaz de gerar um valor novo. Pode-se dizer que seu trabalho é capaz, tanto de repassar, integral ou gradativamente, o valor dos meios de produção para as mercadorias, quanto de acrescê-las de um novo valor, o que a teoria trata por “mais valia”. Portanto, durante uma jornada de trabalho, o trabalho vivo desempenha a função de transportar valor dos meios de produção, e de seu próprio desgaste físico, para as mercadorias, e ainda as acrescer de um mais valor não pago aos trabalhadores. Sendo assim, o valor da mercadoria é igual ao valor dos meios de produção utilizados para sua produção mais o valor da reposição do dispêndio de força de trabalho mais o valor da mais valia. Ou seja:

$$M = c + v + m$$

$$m' = \frac{m}{v}$$

² O valor pago pelo capital variável, é também considerado capital circulante. Pois, o capitalista contrata o valor de desgaste do trabalhador, que, ao fim do processo produtivo, precisa ser repostado na forma de salário.

Onde, M é o valor da mercadoria, c é o capital constante, v é o capital variável, m é a mais valia, e m' é a taxa de mais valia. É necessário explicitar que o cálculo da mais-valia acontece apenas sobre v porque é justamente a força de trabalho, representada por esse capital produtivo, o único fator que tem a capacidade de criar valor.

Sobre o preço de custo da mercadoria, ele é dado pelo custo que o capitalista teve para produção da mercadoria. É o preço dos meios de produção (representados pelo capital constante) mais o preço da força de trabalho. Ou seja, o mais valor gerado pela exploração da força de trabalho não é computado no preço de custo pois é um montante que não partiu dos gastos do capitalista. Então:

$$PC = c + v$$

Sobre o processo de formação do valor da mercadoria, se segue o seguinte raciocínio. O capital constante, ou meios de produção, apenas transferem seu valor para a nova mercadoria, valor esse que lhes foi agregado por um trabalho pretérito, portanto é trabalho morto. No caso do capital variável, ou força de trabalho, ela vai criar um novo valor a partir do trabalho vivo que vai desempenhar junto aos meios de produção. Esse novo valor gerado pelo capital constante vai agregar o valor necessário à reposição do dispêndio da sua força de trabalho de maneira sustentável, ou seja, sua subsistência³, tendo em vista a necessidade de reprodução das suas atividades como trabalhador assalariado; e também vai agregar um novo valor que é embolsado pelo capitalista, a chamada mais valia. Então temos:

$$Vn = v + m$$

Onde Vn representa o valor novo gerado pelo processo produtivo. Importante ressaltar que o trabalhador é pago depois de trabalhar, portanto, ele mesmo cria, durante o processo de trabalho, o que lhe será atribuído em forma de salário.

No que tange à variação das variáveis que compõe o valor da mercadoria temos que analisar algumas situações. A primeira é referente a uma alteração no preço dos

³ Isso, assumindo o pressuposto da troca de equivalentes. Não queremos com isso sugerir que na realidade a reposição do dispêndio da força de trabalho acontece de forma justa no modo de produção capitalista. É assim apenas uma abstração feita com propósitos de simplificar o esforço teórico.

meios de produção, ou seja, capital constante fica mais caro ou barato. Nesse caso, um aumento do preço dos meios de produção é semelhante a um aumento no valor dos mesmos, e isso é repassado para o valor da mercadoria, e uma diminuição afetaria o valor da mercadoria de forma inversa. Vejamos esse exemplo onde a taxa de mais valia é de 100%:

$$300c + 100v + 100m = 500$$

$$350c + 100v + 100m = 550$$

$$250c + 100v + 100m = 450$$

A segunda situação é referente à variação do preço da força de trabalho, ou seja, uma variação salarial. Nesse caso o aumento do preço da força de trabalho não reflete um aumento na sua capacidade de criação de valor, e uma vez que ela não transfere seu valor, mas cria um novo, isso não resultará numa variação do valor novo, e por conseguinte, no valor geral produzido. Então temos o seguinte exemplo com a taxa de mais valia inicial de 100%:

$$300c + 100v + 100m = 500$$

$$300c + 150v + 50m = 500$$

$$300c + 50v + 150m = 500$$

Vemos nessa segunda situação que o Vn não se altera. Isso acontece porque a modificação no preço da força de trabalho só reflete uma modificação nos custos do capitalista ao contratar a mesma quantidade de trabalho, nas mesmas condições técnicas, sobre a mesma jornada de trabalho e desempenhando seu trabalho na mesma intensidade. Nesse caso vemos a alteração da taxa de mais valia por conta da alteração da repartição do valor novo entre valor pago à força de trabalho e mais valia, mas não de uma modificação no grau de exploração.

A Taxa de Lucro e seu comportamento com as partes do capital

Como já discutido anteriormente, à revelia de todas as categorias que se apresentam dentro do processo produtivo, o conhecimento do capitalista, e, de fato, o que lhe interessa, se expressa no retorno que ele adquire de seu capital investido no processo produtivo. Daí é estabelecido o que se entende como lucro para a superfície do mundo capitalista. Sobre essa concepção, temos a fórmula:

$$l' = \frac{m}{C}$$

$$C = c + v$$

Onde, l' representa a taxa de lucro, e C representa o capital global.

Dessa forma a taxa de lucro compreende a taxa de valorização de todo o capital adiantado. O lucro é assim compreendido como a relação do valor final com o capital adiantado, e a taxa que determina sua grandeza é observada analisando-se a mais valia pela ótica do dispêndio que o capitalista teve com o capital global. Ou seja, enquanto a taxa que mede a variação da mais valia é o indicador da potencialidade da força de trabalho em criar valor, a taxa de lucro é vista aos olhos leigos como a potencialidade do capital global investido pelo capitalista de, no processo produtivo, se valorizar.

No desenrolar da discussão outros fatores vão se revelando pertinentes. A esse ponto, a produtividade da força de trabalho já é um desses fatores que tem de ser levado em consideração assim como suas implicações nas concepções de valor individual e social vistos na dissonância entre os distintos capitais. Ainda se consideram passíveis de acontecerem, a este nível de análise, a variação de salários, extensão da jornada de trabalho, intensidade do trabalho. Para um melhor entendimento decomponemos as fórmulas:

$$l' = \frac{m}{C} = \frac{m}{(c+v)}$$

$$l' = m' * \frac{v}{C} = m' * \frac{v}{v+c}$$

Flutuações na taxa de lucro de acordo com variações em v e c

As flutuações na taxa de lucro são um tema de extrema importância no processo de esclarecimento da tendência de queda da mesma. Apesar de Marx apenas chegar a

concluir a Lei tendencial da taxa de lucro no capítulo XIII do Livro terceiro, ele já expõe o efeito das variações dos capitais produtivos na determinação da taxa de lucro desde o capítulo III do mesmo livro. É importante salientar o meio de exposição de Marx para visualizarmos o método dialético que se faz presente na obra, nos prevenindo de críticas ignorantes a esse aspecto da teoria marxista que encontraremos mais à frente no trabalho.

As variações no capital variável ocorrem por meio de duas vertentes. E são elas: o número de trabalhadores; e o nível dos salários. Já as variações no capital constante se dão de quatro maneiras: variação dos preços de produção; retenção de custos; aumento do montante de meios de produção com preços constantes; e desenvolvimento técnico.

Começemos então pela análise das variações do capital variável. Como já dito, uma das razões dessa variação está no número de trabalhadores empregados, nesse caso a variação do capital variável se dará pelo incremento de força de trabalho. Dado que a jornada de trabalho, assim como a intensidade do trabalho, permanece constante, o valor novo irá aumentar. No entanto, a taxa de mais valia se manterá no mesmo patamar. Mantendo c constante, a taxa de lucro seria diretamente proporcional a variação de v , nesse caso. As implicações desse aumento sobre a composição orgânica serão tratadas adiante.

A outra questão que influencia na flutuação do capital variável são os níveis salariais. Nesse caso a variação se dará no preço pago pela utilização da força de trabalho. Os fatores que remetem a essa variação são relacionados ao preço dos produtos necessários à reprodução saudável do trabalhador e de sua família, assim como também o ganho/perda de direitos e vantagens adquiridas/perdidas pela variação do poder de barganha dos proletários frente a classe dos capitalistas. Assim sendo, uma variação no capital variável não necessariamente significaria um aumento do trabalho utilizado no processo produtivo, e sim o encarecimento, ou barateamento, da mesma quantidade de força de trabalho utilizada anteriormente, mas encarecida, ou barateada. Nesse caso, como visto anteriormente, o valor novo não se alteraria, mas sim a sua divisão entre o v e o m , alterando assim a taxa de mais valia. Assim, no caso de um aumento do preço da força de trabalho, isso teria de ser compensado, ou por um

aumento produtivo, ou por um aumento na intensidade do trabalho, ou por um aumento na jornada de trabalho, para que a taxa de mais valia se mantenha constante. Nesse caso a taxa de lucro não necessariamente responde de maneira direta a uma variação de v , uma vez que um aumento de v por conta de salários significaria uma diminuição da taxa de mais valia com tudo o mais constante.

Agora, sobre os fatores que provocam as variações no capital constante, temos, como já referido anteriormente, a variação do preço dos meios de produção. Nesse caso a variação de c se daria por uma variação do preço dos bens necessários para compor os meios de produção. Isso poderia ocorrer por uma mudança nos níveis de produtividade dos setores que produzem esses bens. A taxa de lucro responde de maneira inversa à variação do capital constante. E, se tudo o mais estiver constante, a composição orgânica do capital pode se alterar.

A segunda questão que impacta na variação do capital constante é a retenção de custos por parte do capitalista. Agora, nesse caso, a redução de c aconteceria por diminuição dos custos se especializando em determinado exercício produtivo, assim como diminuição de custos terceirizando serviços e diminuição de custos por ganhos de escala. Também pode haver reutilização de recursos por meio de reciclagem de resíduos ou atividade similares de reaproveitamento. Lembrando que a variação da taxa de lucro responde de maneira inversa à variação do capital constante. Nesse caso, se tudo mais for constante, a composição orgânica do capital pode vir a variar também.

Um terceiro fator apontado como determinante da variação do capital constante se apresenta no aumento do montante de meios de produção com preços constantes, sem que haja um aumento de produtividade. Nesse caso o que varia é o montante dos meios, e isso demandaria um aumento proporcional de força de trabalho para que o potencial ótimo de produção seja alcançado. Isso acontece tendo em vista que a composição orgânica se mantém constante. Nesse caso, apenas o volume do capital aumentaria, e não sua taxa de lucro e sua taxa de mais valia.

A quarta, e última razão de variação do capital constante, se apresenta no desenvolvimento técnico. Agora, com o advento de um progresso técnico, a produtividade do trabalho aumentaria, modificando a composição orgânica do capital.

No caso de haver progresso técnico, menos trabalho é necessário para se relacionar com uma determinada quantidade de meios de produção, então a quantidade de c aumentaria em relação a v , e como vimos na equação, isso afetaria negativamente a taxa de lucro.

Com o intuito de ilustrar como acontece esse processo das variáveis influenciarem os capitais produtivos seguiremos com um exemplo tirado do Livro III do capital, capítulo terceiro, onde Marx se esforça em apresentar cenários onde discute o comportamento das variáveis. No seguinte exemplo ilustramos um cenário onde o capital variável (v) varia enquanto a taxa de mais valia (m') e o capital global (C) se mantêm constantes.

No caso de v variar, C só se manteria constante de houvesse uma variação de igual magnitude, mas de sinal inverso a c . Ou seja, uma vez que $C = c + v$, para que C se mantenha constante a um aumento de v precisasse diminuir o mesmo valor em c , e vice-versa. Como nesse exemplo:

$$80c + 20v = 100C$$

$$60c + 40v = 100C$$

Mas nesse exemplo, não só o C se mantém constante, como também é estipulado o mesmo para m' . Nesse caso, para que isso seja possível, a massa de mais valia tem de se alterar juntamente com a variação do capital variável. Vejamos o exemplo:

$$100c + 20v + 20m = 140M; \quad C = 120; \quad m' = 100\%; \quad l' = 16,66\%$$

$$90c + 30v + 30m = 150M; \quad C = 120; \quad m' = 100\%; \quad l' = 25\%$$

Como dito anteriormente, m' só se mantém constante se a massa de mais valia cresce, ou cai, junto com o aumento, ou diminuição, do capital variável. Vemos através do exemplo que a taxa de lucro se comporta positivamente quando a composição orgânica do capital se altera de maneira a beneficiar a quantidade de capital variável, ou seja, quando acontece nesse exemplo, uma diminuição da produtividade do trabalho. Essa situação é feita para fins de entendimento teórico, visto que na prática uma situação de diminuição da produtividade raramente ocorreria.

Ainda cabe discutir nesse exemplo a origem da variação do capital variável. Se ele variou em relação a uma variação dos preços isso significaria que, para que a massa de mais valia crescesse da mesma maneira que v , mantendo m' constante, seria preciso que houvesse um aumento na jornada de trabalho ou na intensidade do trabalho, senão isso não seria possível. Agora, se a variação se der pela variação do montante de força de trabalho empregada na produção, m' só se manterá constante se houver, como dito anteriormente, uma diminuição da produtividade do trabalho.

A situação de alteração na composição orgânica do capital com vista a beneficiar a participação do capital constante em relação ao capital variável se dará remontando o mesmo raciocínio, mas de maneira inversa, imaginando a passagem da segunda equação para a primeira.

1.2 O Capital no Mercado

As relações sociais de produção que estudamos ao longo da história apresentam diferentes características no tocante às interações intersistêmicas. Por exemplo, o relacionamento de feudos com outros feudos, assim como cidades estado com outras semelhantes, se distinguem em seus próprios períodos históricos. Essas distinções também estão intrínsecas à infraestrutura da sociedade, ou seja, à forma como esses sistemas acumulavam riquezas.

No processo de acumulação capitalista essas relações estão mais próximas e dependentes do que em qualquer outro período histórico. As interações entre capitais fazem parte do processo de acumulação e estão intrínsecas ao desenvolvimento do sistema. Nessa segunda seção trataremos do modo como essa interação ocorre, e como o comportamento de um capital diante de outros é determinante para o seu processo de acumulação e desenvolvimento.

Nesse comportamento entre capitais vemos a mesma lógica que rege o processo de dinamismo do sistema. A agregação e marginalização de capitais está presente como um movimento natural do capitalismo. Assim como anteriormente discutimos o capital englobando o trabalhador no processo produtivo ao mesmo tempo que o aliena da posse

dos meios produtivos; no mercado, os capitais se apropriam de mercados e de outros capitais, marginalizando-os quanto ao meio concorrencial.

É um processo sistêmico, que por si só já evidencia uma impossibilidade do sistema de se auto sustentar. Assim como o mar, que quando aterrado procura outro espaço em terra para dar vazio, o capitalismo se movimenta de forma semelhante. Ele agrega e marginaliza categorias, moldando-as à sua dinâmica e lógica sistêmica. Os resultados disso, do ponto de vista do capitalista são unilaterais, e não se percebe outros espaços e terrenos que o mar vai tomando para si.

Valor individual e valor social

A esse ponto do estudo é preciso diferenciar dois conceitos que por vezes são perigosamente tratados como similares. São os conceitos de composição orgânica do capital (COC) e composição técnica do capital (CTC). A CTC está relacionada com a proporção, ou razão, entre as massas de meios de produção e força de trabalho ($\frac{Mp}{Ftb}$), dessa forma ela relaciona uma determinada massa de força de trabalho necessária para consumir uma determinada massa de meios de produção, para que seja produzida determinada massa de produto. Ela relaciona quantidades entre Mp e Ftb . Desse modo, usando o exemplo de Marx, a execução de uma mesma atividade, só que utilizando dois materiais distintos em dois capitais distintos, como cobre e ferro, pode significar a mesma proporção de quantidade entre o Mp e Ftb nos dois capitais. Ou seja, para consumir produtivamente uma quantidade X de cobre e de ferro pode ser necessária a mesma quantidade de força de trabalho, então as CTCs dos dois capitais podem muito bem ser iguais. No entanto, em se tratando de valor não podemos dizer a mesma coisa. Porque o capital constante transfere seu valor para o produto final, como já tratado anteriormente, e nesse caso o cobre tem um valor maior que o ferro, que já é refletido em seu preço. Nesse caso, quando tratamos de valores, e não de quantidade, o capital constante do capital que trabalha com cobre vai ser maior do o que trabalha com ferro, para um mesmo valor de capital variável. Então, em se tratando de valores, a composição dos dois capitais vai ser distinta, essa comparação entre valores é o que chamamos de COC. Essa COC é definida pela razão entre o capital constante e o capital

variável ($\frac{c}{v}$). Dessa forma, podemos ver que capitais podem apresentar CTCs semelhantes e COCs distintas, e vice-versa.

Tendo em vista o modo de funcionamento da relação social que se constitui no processo produtivo do capitalismo, é preciso discutir a maneira como se dão as relações entre os capitais concorrentes de um mesmo setor. Nessa análise é de suma importância a discussão acerca dos valores individuais e sociais das mercadorias produzidas por esses capitais. O valor individual de uma mercadoria é, sobretudo, seu valor real, representado por todo o dispêndio de forças de trabalho utilizadas em sua produção e pela transposição de valores dos meios de produção, ainda acrescido de um mais valor. De certa forma, esse valor individual é o valor real que a mercadoria assume aos olhos de seus produtores, dadas as suas condições técnicas de produção.

Já o valor social de uma mercadoria seria a representação de uma média dos valores individuais dessa mesma mercadoria ofertada por diferentes capitais. Os distintos capitais que produzem essa mercadoria teriam técnicas produtivas diferenciadas quanto a produtividade. Dessa forma, encontramos no mercado, capitais mais ou menos produtivos uns que os outros, dadas as suas composições técnicas, resultantes do domínio de práticas e tecnologias mais produtivas. Nesse cenário, teríamos capitais que produziam mercadorias com muito mais facilidade e economia de capitais produtivos, oferecendo bens de valor individual menor que a média, por conta do menor trabalho e dispêndio de meios de produção necessários para produzi-los. Da mesma forma, encontraríamos capitais que demandariam muito mais capital produtivo para a fabricação de uma mesma quantidade de mercadorias, porém, com um valor individual maior incrustado nelas. No entanto, o que prevalece no mercado é o valor social das mercadorias, e não o seu valor individual. O que garante aos capitais mais produtivos um maior poder de mercado, e uma maior influência sobre o preço pelo qual suas mercadorias serão vendidas.

A partir dos conceitos de valores sociais e individuais, temos as categorias de capitais sociais e capitais individuais, que se referem as composições orgânicas ou técnicas que os capitais assumem em seus processos produtivos. Assim, um capital social seria aquele que teria uma composição técnica que representaria a média das

composições dos capitais na indústria; e um capital individual representaria a composição técnica de um discriminado capital.

Mais-valia extraordinária

Com base em suas vantagens individuais, os capitais mais produtivos tendem a colocar no mercado suas mercadorias a um valor social maior que os seus valores individuais, enquanto que os capitais menos produtivos vão ter que ofertar seus produtos a um valor social idêntico, que é inferior aos seus valores individuais. Assim, vemos que os capitais mais produtivos, que por sua vez correspondem aos capitais com uma composição técnica acima da média, se apropriam de um valor, com a venda de suas mercadorias, que não foi criado dentro de seu próprio processo produtivo, mas sim de um processo produtivo alheio, oriundo de outros capitais que, detentores de uma composição técnica menos privilegiada (abaixo da média), são obrigados a ofertar suas mercadorias a um valor menor que seu valor individual. A esse valor que os capitais mais produtivos se apropriam dos capitais menos produtivos, dá-se o nome de “Mais-valia Extraordinária”.

Agora, os capitais não vão se orientar por seus próprios valores individuais, mas sim os sociais. O que implicará no surgimento de taxas de lucro individuais e sociais. Seguindo a fórmula, as taxas de lucros individuais de empresas com maior produtividade seriam menores do que as menos produtivas. No entanto, as taxas de lucro se equalizam, formando uma média social, ou seja, uma taxa de lucro social. Essa taxa de lucro social vai representar a parte exigida pelos capitalistas para pôr em prática o seu processo produtivo. O que, para os capitais menos produtivos, representaria um prejuízo em relação a sua taxa de lucro individual; enquanto que para os capitais mais produtivos, representaria um aumento.

Como dito anteriormente, não é a taxa de lucro individual que o capitalista vai utilizar para levar seu produto ao mercado, mas sim a taxa média de lucro. Toda a relação entre os valores individuais da taxa de lucro faz referência a um estudo da infraestrutura da produção capitalista, e não são visíveis a partir da superfície da

sociedade. Dessa forma o capitalista vai levar seu produto ao mercado exigindo uma taxa de retorno ao seu capital adiantado comum a taxa de retorno social vigente entre os capitais, ou seja, a taxa de lucro média.

O mais importante na análise é, sem dúvida, notar o poder que os capitais com maiores escalas têm em determinar a taxa média de lucros e de se apropriar assim de uma maior parcela do valor gerado no sistema. Dessa forma isso reforça os processos referentes a dinâmica de centralização e concentração do capital. Os capitais com menores produtividades vão sendo subjugados pelos maiores que se apropriaram de parte de seu valor produzido. Mas, além desses processos, isso evidencia e prova um novo padrão na evolução capitalista, que é o da tendência da queda da taxa de lucro. Pois, se são os capitais mais produtivos que têm capacidade de se apropriar de mais valor gerado são eles que vão crescer mais e, através das suas grandes escalas, vão ter maior influência na formação da taxa média de lucro, e, como já vimos, quanto maior a produtividade da força de trabalho menor a taxa de lucro, então a média vai cada vez cair mais.

No decorrer do processo de acumulação, é importante tratarmos das questões referentes a oferta e demanda sob a perspectiva do cenário que já analisamos. Primeiramente. É necessário tratar da discussão acerca das categorias de valor e preço. O preço de uma mercadoria seria a representação do valor dessa mercadoria na forma de dinheiro. Lembrando, que a mais valia produzida por um capital só é igual ao seu lucro se esse capital representar a composição média do seu setor. Dessa forma, o valor de M' só é igual ao preço cobrado por M' se o capital que produziu M' tiver uma composição orgânica igual a composição média. O mesmo serve para o valor e o preço individual das mercadorias.

Composição dos capitais distintos pela produtividade

A discussão nos leva a como diferentes composições que orbitam em torno da composição média tem o valor e preço de suas mercadorias influenciados por essas composições. Se um capital tem uma composição mais produtiva que a média — lê-se maior proporção de capital constante em relação a capital variável — ele é superior à

média, e dessa forma tem mais condições de aumentar sua escala, e assim tem uma maior influência na determinação da taxa média. Isso implica que a taxa de lucro média vai ser determinada num valor superior ao valor da taxa de lucro individual desse capital, proporcionando a ele uma maior apropriação do valor total gerado na sociedade. Ele se apropria desse valor alheio disponibilizando suas mercadorias no mercado a um preço superior ao seu valor. Dessa forma, em capitais de composição superior, o preço vai ser maior que o valor.

Agora, se um capital possui uma composição menos produtiva que a média (lê-se menor proporção de capital constante em relação ao capital variável) ele é inferior à média, dessa forma ele tem uma menor condição em ampliar sua escala, porém, com um valor individual de suas mercadorias superior à média. A questão é a seguinte, já que a composição média determinou um preço médio superior ao valor das mercadorias produzidas nos capitais inferiores, esses capitais não vão conseguir realizar suas mercadorias no mercado a um preço que seja igual ao seu valor, vão realizá-las a um preço inferior, que é o preço de mercado. O valor que esses capitais inferiores não conseguem realizar é igual ao valor extraordinário que é apropriado pelos capitais de composição superior. Nesse caso, o inverso acontece em relação ao caso anterior, o preço não vai representar integralmente o valor contido nas mercadorias. Então, para os capitais inferiores o preço vai ser menor que o valor.

Como dito anteriormente, o capital que possui uma composição igual à composição média vai realizar suas mercadorias a um preço igual ao valor delas. Da mesma forma, quanto mais próximos os capitais estiverem da composição média, mais próximo o preço de suas mercadorias estará do preço de mercado.

Movimentos de Oferta e Demanda

Esclarecida as diferentes composições de capitais que podemos encontrar no mercado concorrencial capitalista, resta analisar como o valor total gerado pelo processo capitalista como um todo é repartido e apropriado pelos capitais. Para tanto, é preciso discutir como as flutuações de oferta e demanda impactam nas relações entre preço e valor nos capitais de diferentes composições. Em condições em que a demanda é igual a

oferta a condição estabelecida é semelhante ao que já foi dito, a composição média determina o valor de mercado.

Agora, se a demanda é maior que oferta o valor de mercado vai ser determinado por um valor produzido por um capital de composição inferior. Isso acontece porque, estando o mercado mais propenso a consumir uma maior quantidade de valores de uso, os capitais vão poder ofertar suas mercadorias a valores um pouco maiores do que o valor produzido pela composição média. Então, o valor de mercado vai ser determinado por capitais de composição inferior à média, fazendo com que o preço na qual esses capitais realizem suas mercadorias seja igual ao valor das mesmas. Assim, os capitais que tem uma composição igual a média vão conseguir realizar suas mercadorias a um preço maior do que o seu valor individual. Consequentemente, os capitais que possuem uma composição superior à composição média, vão realizar as suas mercadorias a um preço ainda mais superior que ao seu valor individual.

Quando a demanda é menor que a oferta significa que os capitais vão ter maiores dificuldades para realizar seus valores produzidos. Dessa forma o valor de mercado vai passar a ser determinado pelos capitais de composição superior à composição média. Isso acontece porque nessas condições de excesso de oferta a competição dos capitais se intensifica, e os capitais mais produtivos vão ter condições de colocar seu produto no mercado a um preço mais atraente ao consumidor. Assim, o capital de composição superior, que irá determinar o valor de mercado das mercadorias, vai realizar sua produção a um preço igual ao seu valor. Então, consequentemente, a produção dos capitais de composição inferiores, e até os iguais a média, não vão conseguir realizar o valor integral de sua produção, vão realizar sua produção a um preço inferior ao seu valor.

A discussão nos leva a questão de que numa economia existem diferentes tipos de atividades desempenhadas pelos capitais, e essas atividades tem condição de realizarem valores de diferentes formas. O que eu quero dizer é que certas atividades desempenhadas na economia são mais lucrativas, ou mais fáceis de se realizar, do que outras. Dessa forma a tendência é os capitais migrarem para onde se parece obter maior lucratividade.

Setores onde existem menos indústrias são setores com menos concorrência e assim menor dispersão dos capitais em torno da composição média. Dessa forma, eles possuem uma maior demanda que os setores produtivos que detém mais capitais, assim a

determinação do valor de mercado de seus produtos ou serviços gerados serão maiores do que os setores mais concorridos. Essa condição privilegiada logo vira alvo de capitais oriundos de outros setores, que, atraídos por uma mais alta rentabilidade, vão migrar para esse setor menos concorrido.

Conforme a migração de capitais vai se consolidando, o setor que recebeu essa migração vai tendo, tanto a sua composição média, que vai se modificando conforme acirra a concorrência entre os capitais, quanto o valor de mercado de suas mercadorias, modificados de acordo com as composições e as escalas dos capitais entrantes. Dessa forma, a taxa de lucro obedece a lei de tendência já estudada anteriormente e desatina a cair.

Enquanto isso, no setor de menor rentabilidade, que sofreu a saída de capitais, vai também modificar suas características, uma vez que a saída de produtores do setor vai impactar numa diminuição da oferta das mercadorias produzidas no setor. Sendo assim, a demanda vai ser maior que a oferta, vai existir uma procura maior pelos produtos produzidos no setor, elevando assim o preço das mercadorias acima do seu valor de mercado. E assim o setor volta a ser atrativo.

Lei de tendência de queda da taxa de lucro

Primeiramente, importante aqui é relacionar a capacidade dos capitais de composição superior em se apropriar da maior quantidade de valor alheio, com o estabelecimento de, num esforço de acumulação, eles aumentarem suas escalas. Ou seja, uma maior apropriação do valor gerado no sistema dá a esses capitais uma maior propensão a se expandirem, aumentando sua presença no mercado. A questão é que, quanto mais esses capitais crescem e ganham espaço no mercado, mais eles vão influenciar a taxa média de lucro, com sua composição mais produtiva. Uma vez que esses capitais de composição superior terão mais peso na determinação da taxa de lucro, e, uma vez que suas taxas de lucro individuais são menores que as demais, a tendência é que eles puxem a taxa de lucro média para baixo.

Numa economia existem diferentes tipos de atividades desempenhadas pelos capitais, e essas atividades tem condição de realizarem valores de diferentes formas. Ou

seja, certas atividades desempenhadas na economia são mais lucrativas, ou mais fáceis de se realizar, do que outras. Dessa forma a tendência é os capitais migrarem para onde se parece obter maior lucratividade.

Setores onde existem menos indústrias são setores com menos concorrência e assim menor dispersão dos capitais em torno da composição média. Dessa forma, eles possuem uma maior demanda que os setores produtivos que detém mais capitais, assim a determinação do valor de mercado de seus produtos ou serviços gerados serão maiores do que os setores mais concorridos. Essa condição privilegiada logo vira alvo de capitais oriundos de outros setores, que, atraídos por uma mais alta rentabilidade, vão migrar para esse setor menos concorrido.

Conforme a migração de capitais vai se consolidando, o setor que recebeu essa migração vai tendo, tanto a sua composição média, que vai se modificando conforme acirra a concorrência entre os capitais, quanto o valor de mercado de suas mercadorias, modificados de acordo com as composições e as escalas dos capitais entrantes. Dessa forma, a taxa de lucro obedece a lei de tendência já estudada anteriormente e desatina a cair.

Enquanto isso, o setor de menor rentabilidade, que sofreu a saída de capitais, vai também modificar suas características, uma vez que a saída de produtores do setor vai impactar numa diminuição da oferta das mercadorias produzidas no setor. Sendo assim, a demanda vai ser maior que a oferta, vai existir uma procura maior pelos produtos produzidos no setor, elevando assim o preço das mercadorias acima do seu valor de mercado. E assim o setor volta a ser atrativo.

1.3 A Realização do Valor Capital

O ponto de partida para toda empreitada capitalista é se valorizar. Criar um valor novo, e, assim, gerar riqueza. Vimos como isso acontece dentro da relação social de produção; onde, através do encontro entre os capitais produtivos, o capital se valoriza dando margem ao processo de acumulação de capital. Vimos também que a base em

que esse modelo se sustenta é a de que exista a concentração dos meios de produção nas mãos de uma classe capitalista, e de que exista trabalho livre e assalariado, que será alienado para a produção capitalista. Nessa seção veremos a questão mais importante para o capitalista, que é a realização do valor produzido dentro de seu capital.

Quando usamos a palavra “realização” dizemos respeito ao valor do capital se transformando em riqueza de fato, ao capital realizando seu ciclo e retornando a sua forma de capital dinheiro, no caso. Essa realização do valor só acontece quando ele tem condições de ser consumido pelo mercado; quando isso não ocorre, o valor se torna um não-valor. Ou seja, quando o capital não encontra mercado para consumir sua oferta de mercadorias, essas mercadorias — valores de uso — vão deixar de ter, para o capitalista, a qualidade de valores de troca, vão passar a ser não-valores. Daí se dá o acirrado embate entre os capitais no mercado como vimos na seção anterior, numa corrida desenfreada em busca da acumulação de capital.

É dado o nome de crise ao período onde esses valores capitais não conseguem se realizar plenamente. O período que o processo de acumulação leva a economia a não sustentar as bases para a dinâmica do próprio processo. No entanto, elas são apenas a erupção de tendências e efeitos reais que o processo acumula em seu interior. A fome, a miséria e a alienação social estão ligadas ao sistema capitalista desde os seus primórdios, e andam lado a lado; mas a chamada “crise” é visualizada apenas quando os capitais não conseguem fazer com que seus valores sejam consumidos. Como se vulcões expelissem lava instantânea, vinda de lugar nenhum, desconsiderando o centro da terra recheado de magma.

Nota-se aqui, mais uma vez, a expressão da dialética no comportamento do capital estudado por Marx. Uma vez que ele acumula e gera em si mesmo a incapacidade de sustentar tal comportamento. Os processos de agregação e alienação vão aos poucos destruindo as bases que comportam o crescimento do sistema, que vai sendo forçado a se modificar e se reinventar.

Discussão acerca do tempo de rotação do capital

Como dito na parte introdutória desta seção, o objetivo do capital é se realizar enquanto valor. Para isso ele precisa realizar seu ciclo. Esse ciclo corresponde ao período na qual o capitalista se utiliza de um capital inicial para colocar em movimento os capitais produtivos valorizando seu capital através da produção de um mais valor e depois o realizando para voltar à forma de capital dinheiro. Vejamos o ciclo do capital dinheiro:

$$D - M \dots P \dots M' - D'$$

Como vemos, o ciclo se inicia com o capital na forma de capital dinheiro (D). Esse capital realiza a compra dos capitais produtivos contidos em M, que correspondem a força de trabalho e meios de produção — aqui M não corresponde a uma forma do capital, e sim a mercadorias valores de uso produzidas em outros capitais e a força de trabalho comprada de trabalhadores livres e assalariados. Os capitais produtivos compostos por (M), quando colocados para interagir, entram no processo produtivo (P), e saem de lá sob a forma de capital mercadoria (M'). Esse capital mercadoria tem a função de se realizar e voltar a forma de capital dinheiro (D'), que não é nada mais nada menos do que o capital inicial D acrescido do valor da mais valia, ou do lucro capitalista.

Vemos que as transformações do capital da forma dinheiro para a forma mercadoria, e da forma mercadoria para a forma dinheiro, estão inseridas na esfera da circulação, por isso são representadas por um traço. Já as transformações, das mercadorias em capitais produtivos, e depois, do capital produtivo em capital mercadoria, estão inseridas na esfera produtiva, representada pelo pontilhado. A realização deste ciclo é essencial para a perpetuação do processo de acumulação de capital; sem ela o capital não poderá se valorizar fazendo frente à pressão da competição dos mercados quanto à produtividade e à escala. O período que o capital leva para completar um ciclo é chamado de período de rotação. O processo de rotação é o que garante a continuidade da acumulação.

É do interesse do capitalista que esse período de rotação seja o menor possível para que ele possa dar início a novos ciclos, valorizando ainda mais seu capital em cada um deles. No entanto, vários fatores se colocam no papel de impedir, ou mesmo adiar, a

realização desse processo de rotação. Fatores esses que se encontram desde a variação dos preços da contratação de mão de obra e meios de produção, até a modificação e revolução das técnicas produtivas. Esses fatores, a depender de como se comportam, podem facilitar ou dificultar o processo de rotação. Mas até então eles só dizem respeito ao processo de uma valorização abstrata, que chega até M' , daí para diante o capital enfrenta outra questão, que é a de encontrar mercado para realizar de fato sua valorização e retornar à forma de capital dinheiro. Se ele não consegue essa façanha ele é um não-valor.

Como vimos anteriormente, na seção 2, os capitais não necessariamente vão se apropriar do valor individual produzido em seu próprio processo produtivo. Essa apropriação passa por uma emulação social, onde capitais mais produtivos vão se apropriar de valores produzidos por capitais menos produtivos; e estes vão se apropriar de um valor abaixo de seu valor individual produzido. Nesse contexto, para se efetivar a rotação de capital, os capitais com uma composição orgânica inferior vão ter que se submeter a oferecer ao mercado valores de uso a um valor individual menor, o que faz com que parte do seu próprio capital individual seja, para ela, um não-valor. Em contrapartida, os capitais com composição orgânica superior podem ofertar seus valores de uso no mercado a um valor superior ao seu próprio valor individual, sem medo de que a rotação não se concretize; se apropriando de um valor produzido em outro capital.

O tempo de rotação se faz um fator determinante no processo de acumulação de capital. O número de rotações que um determinado capital consegue realizar em determinado período de tempo pode determinar sua posição de destaque, ou de marginalidade, no mercado concorrencial. Para tanto, os capitais se utilizam de diversos meios e mecanismos para acelerar a conclusão de seus ciclos. Isso diz respeito a participação do capital comercial e do capital financeiro.

O capital comercial vai realizar o papel de facilitar a realização desses valores de uso; ou seja, vai fazer a ligação entre o capital produtivo e o consumidor. Ele pretendente, com a venda, transformar as mercadorias de um valor de troca para o capital, para um valor de uso realizado para o consumidor; facilitando assim o processo de realização do capital. Para tanto, o capital comercial se apropria de uma margem dos

lucros dos capitais produtivos, e, por assim dizer, de uma margem do mais valor produzido. Tudo em prol de uma facilitação na realização dos valores. O capital produtivo fornece ao capital comercial suas mercadorias a um preço social abaixo para que o capital comercial tenha uma margem de ganho em sua atividade. Isso, em tese, facilita o processo de acumulação, uma vez que as atividades se concentram em funções determinadas — produtivas e comerciais —, e assim passam se dedicar a aumentar a eficiência em suas próprias atividades.

O capital financeiro realiza o papel de adiantar o capital dinheiro que ainda não se realizou, facilitando a compra de meios de produção e mão de obra, e de outros custos operacionais, locacionais, dentre outros. Para que o capitalista possa iniciar um novo ciclo produtivo, ele precisa primeiro realizar por completo o que ele já colocou em curso. Isso porque carece de capital dinheiro para dar início a um novo ciclo, ou mesmo para dar início a um primeiro ciclo. O problema é que, até que o capital complete seu processo de rotação, o capitalista não poderá contar com seu capital na forma dinheiro. Nesse contexto, o capital financeiro entra incumbido de fornecer o financiamento para os fatores necessários para o processo de acumulação sem que se necessite do término do ciclo produtivo — nesse aspecto, o capital financeiro da mesma forma pode financiar investimentos em novas plantas, capital fixo, ou qualquer coisa relacionada a um aumento de escala ou produtividade do capital. Para tanto, esse capital financeiro cobra juros sobre o capital empregado no financiamento, que também, assim como o capital comercial, vão sair de uma fatia do mais valor produzido no capital produtivo.

A presença do capital comercial, e do financeiro, no mercado capitalista, é cada vez mais essencial no contexto de acirramento da concorrência, onde, para os capitais, a rápida realização do seu processo de rotação é um fator de extrema importância para se colocarem em uma boa posição no mercado e conseguirem dar seguimento com o processo de acumulação de capital. A necessidade desses dois fatores faz agora com que a mais valia criada no processo produtivo divida sua apropriação entre o capital comercial, o produtivo e o financeiro.

1.4 As Contratendências

A lei de tendência de queda nas taxas de lucro, como discutimos ao longo do capítulo, é produto pra própria estrutura e funcionamento do sistema. A crise, portanto, não é algo ocasional e eventual no sistema capitalista como diziam os autores clássicos, muito pelo contrário; mas sim, como Marx foi o primeiro a tratá-la (GRESPLAN, 2017), ela é intrínseca ao sistema. Porém a realidade dialética não funciona como uma via determinista de mão única; ela é composta por forças que se intercalam a frente dos fatores, e é assim também com a taxa de lucro.

As forças contratendências atuam nesse sentido de minimizar, retardar, ou até pausar a tendência de queda por um determinado período de tempo; mas nunca a anulam permanentemente. No capítulo XIV do Livro III do Capital, Marx discute sobre essas contratendências, e suas características que determinam uma resposta a tendência de queda. São seis as causas contrariantes que Marx elenca neste capítulo. São elas: A elevação do grau de exploração do trabalho; a compressão do salário abaixo de seu valor; o barateamento dos elementos do capital constante; a superpopulação relativa; o comércio exterior; e o aumento do capital por ações. Nesta seção trataremos brevemente dessas contratendências e suas contradições internas.

Seis exemplos de contratendências

A primeira contratendência discutida por Marx diz respeito ao grau de exploração do trabalho. A primeira questão a se tratar aqui é que essa prática não altera a composição orgânica do capital, ela interfere no ritmo do trabalho no processo produtivo. Uma vez que a maioria dos processos servem à produção de mais valia relativa, as mesmas causas que acarretam o crescimento da taxa de mais valia podem implicar na queda da massa de mais valia. Nesse contexto, há muitos momentos em que a intensificação do trabalho atua no aumento de capital constante em relação ao capital variável, modificando a composição orgânica, e assim, diminuindo a taxa de lucro. No entanto, essa contratendência está associada ao aumento na intensidade do trabalho que está na aceleração da utilização da maquinaria. Sob esse aspecto, consome-se mais

rápido os insumos produtivos, e também se desgasta mais rapidamente o capital fixo; o que, portanto, não estabelece relação entre o valor e o preço do trabalho que ele põe em movimento. O processo produtivo acontece de maneira mais rápida dessa forma, sem que se modifique a composição orgânica, com uma mesma quantidade de trabalho sendo utilizada para operar uma mesma quantidade de capital de maneira mais rápida graças a novas técnicas produtivas. Consumindo esses capitais produtivos mais rapidamente, o valor que era produzido numa jornada de trabalho de determinado tempo, passa a ser produzido em menor tempo, o que permite um prolongamento da jornada com um aumento da massa de trabalhadores. Isso, no entanto, apesar de não interferir no tempo de trabalho efetuado pelos trabalhadores, interfere na intensidade das funções que eles executam, e por assim dizer, aumenta o desgaste do trabalhador durante a jornada de trabalho; desgaste esse que não é compensado por um aumento salarial⁴. O efeito é o mesmo quando ocorre a melhoria dos processos produtivos agrícolas, ou nas indústrias produtoras de bens formadores da cesta básica de consumo da classe operária. Importante ainda se atentar ao fato de que a introdução do trabalho feminino e infantil na indústria também promove esse tipo de benefício, pois o desgaste desse tipo de força de trabalho recebe um pagamento menor.

A segunda causa contrarrestante levantada por Marx é a compressão dos salários abaixo de seu valor. Ele cita essa contratendência referente a um fator empírico, que é visualizado na exposição à concorrência dos capitais. No entanto, ela não guarda nenhuma relação com a análise do capital, uma vez que mexe com o princípio da troca de equivalentes; que, teoricamente, abstraímos da análise a ocorrência do seu não cumprimento, mas sabemos que na realidade está mais do que presente nas relações capitalistas. Marx ainda elenca essa contratendência como uma das causas mais importantes na contenção da tendência de queda na taxa de lucro; e como veremos na análise histórica nos capítulos subsequentes, ela também é uma das práticas contrarrestante mais recorrentemente utilizadas quando o capital se vê ameaçado.

⁴ Essa prática contratendencial, assim como a compressão dos salários abaixo do seu valor, e o barateamento dos elementos do capital constante, já havia sido discutida por Marx no capítulo III do Livro Terceiro do Capital, como variáveis que influenciam na determinação da taxa de lucro; no capítulo XIV, no entanto, ela aparece como uma contratendência de fato.

A terceira causa contrarrestante faz referência ao barateamento do capital constante. A queda no custo com meios produtivos, seja por quais razões, favorece a renda apropriada pelo capitalista, uma vez que ele pode colocar o mesmo capital produtivo em funcionamento a um custo menor. O valor do capital constante não cresce na mesma proporção de seu volume material. Ou seja, as matérias primas, que constituem os meios de produção, não têm o seu valor individual acrescido à medida que seu volume de produção cresce. Isso serve tanto para capital constante circulante quanto fixo. Dessa forma, o desenvolvimento que aumenta a proporção entre capital constante e capital variável (em favor do constante) tem seu impacto diminuído, uma vez que assim, o valor do capital constante, apesar de continuar crescendo, não acompanha seu volume material. Ou seja, a composição técnica do capital se modifica em um ritmo diferente da composição orgânica. Em certos casos, a massa dos elementos do capital constante pode até aumentar, enquanto seu valor permanece igual ou até mesmo cai. Esse é um exemplo claro de que as mesmas causas que geram a tendência à queda da taxa de lucros também podem vir a ser moderadoras dessa tendência

O quarto tipo de contratendência consiste na superpopulação relativa. A geração de um aumento populacional é acelerada e inseparável do desenvolvimento da força produtiva do trabalho, que se expressa na diminuição da taxa de lucro. Essa superpopulação relativa se manifesta de forma mais significativa conforme o desenvolvimento da produção capitalista em um determinado país. Isso tem como consequência o barateamento da força e trabalho, ocasionado pelo aumento da quantidade de trabalhadores assalariados disponíveis. E também, pela questão da resistência de alguns ramos da produção, por sua natureza, à transformação do trabalho manual em trabalho mecanizado. Outra questão que se coloca são as aberturas de outros ramos de produção, sobretudo bens de luxo, que se estabelecem com base nessa população relativa, liberada pelo predomínio do capital constante em outros meios de produção; e que, por sua vez, ainda residem no predomínio do trabalho vivo, e pouco a pouco percorrem o caminho de outros ramos da produção. Mais uma vez nós vemos os mesmos fatores que geram a tendência da queda na taxa de lucro fazendo também um papel de moderadores.

A quinta contratendência explicitada por Marx está no comércio externo. Primeiramente, o comércio exterior atua em benefício da taxa de lucro em duas frentes. A primeira em relação a disponibilizar acesso mais barato a meios de produção que compõem o capital constante. E a segunda, disponibilizando meios de subsistência necessários a cesta de consumo do trabalhador, agindo assim nos valores do capital variável. Dessa forma, ele permite o aumento da taxa de lucro ao reduzir o preço do capital constante ao mesmo tempo em que reduz o custo dos salários pelo barateamento dos produtos que compõem a cesta de consumo do trabalhador, aumentando a taxa de mais valia. Ele também atua no sentido de permitir a ampliação da escala da produção, acelerando a acumulação, e assim o descenso do capital variável em relação ao capital constante; e com isso a queda na taxa de lucros. Outra questão se relaciona com a elevação da taxa geral de lucros ocasionada pelo capital investido no comércio exterior. O país mais adiantado vende suas mercadorias acima de seu valor, embora mais baratas do que nos países concorrentes menos desenvolvidos. À medida que o trabalho do país mais adiantado é valorizado como trabalho de peso mais específico, mais elevado, a taxa de lucros sobe, pois esse mesmo trabalho, que não é pago como qualitativamente mais elevado, é vendido como tal.

O sexto, e último fator contratendencial apontado por Marx no capítulo XIV do Livro Terceiro do Capital, diz respeito ao aumento do capital acionário. Aqui ele faz referência ao capital recebedor de juros, por meio de empréstimos adiantados ao capital produtivo. Para Marx, esses lucros oriundos dos juros não entram na equalização das taxas de lucro. Dessa forma, uma parte do capital, que só pode ser caracterizada nesse cenário como capital portador de juros, apesar dos investimentos em indústrias produtivas, geram apenas uma determinada quantidade de juros, os chamados dividendos. Esse capital, aparentemente, sugere permitir ganhos independentes do setor produtivo, e isso atrai o interesse de investidores. Se, porém, o capital no qual investiram não se realizar, nada garante o pagamento desses ganhos de dividendos.

Contradições internas

As medidas contratendências atuam no sentido de refrear a dinâmica de crise que está intrínseca na relação social de produção capitalista. Vemos até aqui, com o estudo dessas relações, que o processo de acumulação e a tendência de queda da taxa de lucros se configuram como duas denominações de um mesmo efeito. Que a busca por um aumento na taxa de mais valia, de muitas formas, reverbera na diminuição tendencial da taxa de lucros. Assim, o processo de valorização do capital, que visa prioritariamente a taxa de lucros, se encontra numa contradição interna e estrutural. Onde a queda da taxa de lucros, produto da própria dinâmica capitalista, retarda a formação de novos capitais autônomos, e aparece como ameaça para o processo de produção capitalista.

Nesses termos, sendo portador de contradições internas tão profundas, causadoras de crises de superprodução, especulação, capital supérfluo e população supérflua, o sistema capitalista não pode, portanto, se apresentar como absoluto, como os clássicos o determinavam. Esses mesmos autores tratavam do problema dos limites que se apresentavam para o sistema como barreiras naturais. Aqui, no entanto, vemos que o processo de acumulação é o causador da própria limitação. Assim, não poderia o sistema capitalista ser taxado como absoluto se em si ele apresenta contradições ao seu próprio funcionamento e desenvolvimento, reforçando assim seu caráter tão somente histórico, e, portanto, transitório. A taxa decrescente de lucros coincide com o aumento da massa de lucro. “Esse processo logo provocaria o colapso da produção capitalista, se tendências contra arrematantes não atuassem constantemente com um efeito descentralizador junto à força centrípeta” (MARX, 1894, pg 286, cap XV).

As medidas contratendências atuam nesse contexto, em que o capital encontra a si próprio como empecilho ao processo de acumulação. Essas forças tentam forçar a retomada do processo de várias maneiras, mas também estão incluídas na lógica sistêmica de funcionamento do capital.

[...] Essas diversas influências se fazem sentir, ora de maneira mais justaposta no espaço, ora de maneira mais sucessiva no tempo; o conflito entre as forças antagônicas desemboca periodicamente em crises. Estas são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que

restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado. (MARX, 1894, pg 288; cap. 15).

Além de se configurarem apenas como soluções momentâneas para as crises com a taxa de lucro, as contratendências carregam em si um caráter de duplicidade em relação a tendência de queda. Primeiramente, é notável que elas se apresentem como causas que também são determinantes da tendência de queda, mas que, sob determinadas circunstâncias, elas passam a ser moderadoras da mesma. Como é o caso do aumento da exploração do trabalho. Vimos que o salário pago por tempo de trabalho é necessariamente o mesmo, porém, o ritmo desempenhado nessas horas é mais intenso, e isso proporciona um benefício ao processo de acumulação num primeiro momento. No entanto, o valor do desgaste do trabalhador, nessa mesma quantidade de horas trabalhadas é superior, e, portanto, o valor de seu dispêndio, que não lhe é compensado por um aumento salarial. Nesse contexto, como vemos no relacionamento da taxa de lucro com o capital variável nas sessões anteriores, este componente do capital variável apresenta uma relação inversamente proporcional somada ao capital constante, e diretamente proporcional multiplicada à taxa de mais valia⁵. Portanto, as reduções nos gastos com o capital variável sempre vão trazer um aumento nos lucros por conta da diminuição dos custos com o capital global, mas também trarão de volta a tendência a queda dos lucros, uma vez que eles se multiplicam à taxa de mais valia, como numeradores na equação. É certo que o aumento do grau de exploração é também o aumento da taxa de mais valia; no entanto, quando esse aumento não for mais o suficiente para compensar a queda do valor pago ao capital variável somado ao aumento valor adicionado ao capital constante por meio de investimentos, os lucros voltam a cair.

O mesmo ocorreria com o barateamento dos elementos que compõem o capital constante. Ao passo de que a diminuição do custo desses insumos produtivos acontece a acumulação de capital é privilegiada, e a retenção de lucros é maior. Mas num segundo momento, a receita aferida através da retenção desses custos invariavelmente vai ser alocada de forma a deixar o capital mais produtivo por conta da concorrência no

⁵ $l' = m' \cdot vC = m' \cdot vv + c$

mercado. Esse aumento de produtividade reestrutura a composição orgânica de forma a diminuir a necessidade de trabalho vivo, e assim contribuindo para a diminuição da taxa de lucros mais uma vez.

Da mesma forma o comércio exterior se estabelece como um agente duplo, no sentido de favorecer o processo de acumulação em um primeiro momento, e depois reforçar a tendência de queda dos lucros. A internacionalização dos capitais favorece, como dito anteriormente, a relação com fornecedores de insumos e mercados consumidores, mas também contribui para a formação de uma competitividade internacional mais acirrada entre capitais que lutam para serem mais produtivos em um parâmetro global. Essa corrida pela produtividade a nível mundial, tendo em vista posições de destaque nos mercados, contribui ainda mais para a tendência de queda das taxas de lucro.

É, portanto, de extrema importância notar que as contratendências não são agentes alheios à estrutura de decomposição do sistema, mas sim fatores ligados a ela que em determinadas circunstâncias atenuam seus efeitos destrutivos, mas que também contribuem para atenuá-los num segundo momento. É assim que se estabelecem as mudanças — alguns dizem progressos — na sociedade e no sistema capitalista ao longo do tempo; com o confronto das forças dialéticas tendenciais e contratendências, superando e sendo superadas e determinando o cenário ao redor.

1.5 Contribuições, Críticas e Últimas considerações teóricas

Nessa seção, como encerramento da parte teórica desse trabalho, traremos algumas contribuições e discussões famosas sobre o estudo da teoria marxista, voltados, é claro, para a temática da queda da taxa de lucros. No âmbito nacional, temos a contribuição da discussão entre Mantega (1976), Bovo (1982) e Bresser (1986), que se destacam por suas leituras e interpretações que simplificam o entendimento do texto marxiano, e também trazem a luz famosas discussões acerca dessa temática feita por autores internacionais renomados, como Sweezy (1974; 1982; 1986), Robinson (1972;

1977), Cogoy (1974), Shaikh (1978), Okishio (1961), dentre outros. Assim, vamos nos concentrar nessas abordagens críticas e provenientes discussões oriundas delas. Outros autores que também contribuíram para um maior entendimento da temática também serão tratados aqui, tal como Heinrich (2012; 2013), Roberts (2009; 2013), Augusto (2005) e Prado (2014). Pretendemos com isso avançar na compreensão dessa temática para que a análise sobre os dados empíricos nos capítulos posteriores possam ser melhor contemplados pela teoria em si.

Inicialmente veremos a crítica keynesiana, analisada por Mantega (1976) e Augusto (2005). Nas críticas levantadas por Robinson (1972; 1977), e Sweezy (1986), os argumentos passam pela questão de que, dado o aumento da produtividade, aconteceria a redução do valor das mercadorias, e assim o valor da mão de obra do trabalhador, enquanto que os salários reais continuariam constantes. Com esses salários reais constantes, a produtividade, e, assim, o grau de exploração, ou taxa de mais valia, poderiam crescer ilimitadamente, sem que haja uma razão para a queda tendencial da taxa de lucros. Aqui, Augusto (2005), apresenta uma objeção à crítica desses autores a medida em que observa que a elevação da taxa de mais-valia não está relacionada a salários reais constantes; esses salários reais constantes apresentam apenas o limite da obtenção de mais-valia relativa, oriunda de um aumento da produtividade. Para haver um ganho de mais-valia relativa é necessária uma diminuição do valor da força de trabalho, mas isso só vai representar um aumento dos salários reais a depender da pressão do capital e da resistência dos trabalhadores, como Marx discute no capítulo VIII do Livro Primeiro do Capital. Outra questão levantada por Augusto (2005), é de que a Lei de queda tendencial independe diretamente dos salários reais, mas sim da massa de mais-valia e do valor do capital variável. O aumento da produtividade, independentemente do valor dos salários, corresponderia a uma menor necessidade de capital variável; portanto, essa crítica levantada pelos autores não condiz com a realidade.

Outra discussão trazida por Augusto (2005) faz referência à crítica da corrente do marxismo analítico, encabeçado pelo trabalho de Okishio (1961); onde ele analisa as relações entre o progresso técnico e a taxa de lucro, observando sempre o critério de escolha de uma nova técnica adotada pelo capitalista. A interpretação de Okishio (1961)

é de que uma inovação disponível só se tornará viável quando, ao introduzida, diminuir os custos. Em seu modelo, é também suposto salários reais constantes, e apenas a existência de capital circulante. Outro fator importante é que o teorema é apresentado em termos de preços e não de valor. Nesse novo teorema, temos que a taxa de lucro se apresenta maior que a taxa de lucro de equilíbrio anterior, uma vez que a introdução de nova técnica se dê num setor de produtos básicos, que servem de insumo para outros setores. Caso ocorra em setores de produtos não básicos, a taxa de lucro se manterá a mesma. Segundo esse raciocínio, se os capitalistas atuarem de maneira racional, apenas incorporariam modificações que diminuíssem os custos, e as taxas de lucro não cairiam. Novamente, a mesma contra argumentação feita aos salários reais constantes na crítica de Robinson (1972; 1977) e Sweezy (1986), vale nesse caso. Além disso, a crítica de Okishio omite o relacionamento entre o capital individual e o capital social. A taxa média de lucro não atende diretamente ao comportamento de capitalistas individuais, mas ao seu enfrentamento, no mercado, com todos os capitais presentes no setor equalizando a taxa de lucros. Ainda podemos citar a resposta de Shaikh (1978) a Okishio (1961), onde ele argumenta que, embora os capitalistas prefiram uma taxa de lucro maior, sua escolha não é voluntária. A incorporação de uma nova técnica não está determinada pela vontade ou escolha do capitalista, mas sim pela batalha da concorrência; assim ele seria obrigado a adotar certas técnicas produtivas, ou teria seu capital subjugado.

Uma das mais famosas polêmicas em torno dessa discussão é apresentada e analisada por Bovo (1982) e Mantega (1976), e é referente aos trabalhos de Sweezy (1974) e Cogoy (1974). Nos estudos de Sweezy (1974), as leis de acumulação de Marx não se encaixam em um sistema monopolista, visto que foram pensadas, segundo o autor, num contexto concorrencial. Segundo sua análise, a evolução do capitalismo monopolista modificou as leis de acumulação capitalista, e, portanto, a lei de tendência de queda da taxa de lucro. Assim, segundo o autor, a Lei teria validade apenas num contexto de capitalismo concorrencial — estando ligada a determinadas condições históricas e empíricas —, sendo superada e invalidada no cenário contemporâneo, com a “modificação futura da orientação tecnológica” (SWEETZY, 1974 apud BOVO, 1982). Dessa forma, Sweezy (1974), substitui a Lei tendencial da queda da taxa de lucro pela

sua “Lei do crescimento do excedente” no capitalismo monopolista (MANTEGA, 1976). Segundo o autor, no sistema monopolista há a transferência de mais-valia dos capitais concorrentes para o capital monopolista, transferindo o valor dos salários para a mais-valia. Desse modo, a taxa de mais-valia aumentaria, diferente do que aconteceria em outras situações, favorecendo o capital constante na composição orgânica do capital. A argumentação de Cogoy (1974), em resposta ao trabalho de Sweezy, nega a ruptura entre as leis que regem o capitalismo concorrencial e o de monopólio. Ele se baseia no fato de que, Marx trata a Lei de tendência e as demais Leis de acumulação, ao nível do capital em geral; relacionando a mais valia geral com o capital geral, não se alterando sob um contexto monopolístico ou concorrencial. Cogoy (1974) ainda atribui o equívoco interpretativo de Sweezy a uma incompreensão do que é o capital. De fato, a questão do monopólio é trabalhada por Marx num sentido de que é para esse contexto que avança o processo de acumulação capitalista; com capitais menores sendo subjugados e englobados por capitais maiores e mais produtivos. É justamente essa tendência ao acirramento da concorrência, e ao processo de oligopolização e monopolização dos mercados, que faz com que a taxa de lucros siga uma dinâmica de tendencial queda.

Sobre as discussões mais recentes acerca do tema temos o embate entre Heinrich (2012; 2013) e Roberts (2013), discutido e analisado por Prado (2014). Nas polêmicas lançadas por Heinrich em seus trabalhos de 2012 e 2013, ele se apoia a uma ótica positivista, se a lei de tendência de queda da taxa de lucro for tomada como uma lei empírica, então ela diz respeito a fenômenos que podem ser visualizados no decorrer histórico do modo de produção capitalista, não importando o modo de concorrência vigente. Seria então, visualizada em uma dada economia genérica. Assim, a conclusão que ele determina é que, segundo Marx, no longo prazo, a taxa de lucro “tem” de cair. Com base nisso ele aponta que Marx adota uma proposição determinista de longo alcance, não podendo ser provada e nem refutada. Isso, segundo o autor, configura um erro de postura científica grosseiro. O termo “tendencial”, blinda a tese de qualquer resultado da taxa de lucros que venha a refutá-la. Segundo Heinrich (2012), o erro grosseiro de Marx está na ambiguidade de sua tese sobre a dinâmica da taxa de juros. Essa ambiguidade se revela quando se contraria o termo “lei”, que é uma proposição

determinista, com o termo “tendencial”, que é uma proposição possibilista. Essa ambiguidade deixa a tese de Marx, segundo o autor, com uma contradição em termos, pois não faz uma predição determinada, e por isso não pode ser testada (HEINRICH, 2012 apud PRADO, 2014).

Heinrich (2012) ainda aponta mais duas inconsistências a respeito da teoria marxista. A primeira é a respeito do contraste da lei com as causas contratendências. Onde Marx assume que a lei, no longo prazo, supera os fatores contrariantes, sem, no entanto, oferecer uma razão para isso. A segunda é uma questão que o autor coloca a respeito de Marx ter realmente conseguido determinar a Lei de tendência da queda da taxa de lucro, como uma “lei como tal”. Segundo o autor, a própria existência de contratendências já é uma questão que advoga para a não fundamentação desta lei (HEINRICH, 2012 apud PRADO, 2014).

No tocante a contradição apontada por Heinrich entre o conceito determinista de “lei” e o possibilista de “tendencial”, Prado (2014) advoga que, nos fundamentos da dialética, não é possível entendê-la como uma lei empírica ou uma posição lógica. No raciocínio dialético é necessário negar a simultaneidade dessas duas alternativas polares. De acordo com Marx, o método dialético exige que o objeto do conhecimento seja reconhecido por sua lógica interna de desenvolvimento. O método não se baseia a um conjunto de regras aplicáveis genericamente no saber científico ficando externas ao objeto, mas sim em um aprendizado das contradições intrínsecas que direcionam seus movimentos e suas mutações. Dessa forma, a dialética analisa de forma aglutinada a forma lógica e o ser real (PRADO, 2014). Outra coisa que contraria a argumentação de Heinrich (2012), é de que a divulgação dos manuscritos originais de Marx, publicados pela primeira vez em inglês em meados do início da década de 2000, mostram que a afirmação de que a Lei tendencial determina que a taxa de lucros no longo prazo “tem de cair”, prevalecendo sobre as contratendências, é na verdade de Engels, e não de Marx; que não estabelece em momento algum algo fora da lógica dialética das forças opostas modificando o meio (GRESPLAN, 2017). O que Bresser (1986) também tateia com sua análise quando destaca que, uma vez se verificando esse fenômeno da queda da taxa de lucro em menores prazos, ela também se apresenta como uma explicação para os ciclos econômicos; uma vez que a reversão no auge do ciclo significaria um declínio

da taxa de lucro, e, por conseguinte, uma diminuição nos investimentos; e não somente tratando a Lei como uma tese geral sobre o colapso do sistema capitalista (BRESSLER, 1986).

Sobre outros aspectos, Heinrich (2013) ainda desenvolve uma crítica central pautada na análise da fórmula matemática que Marx propõe para o cálculo da taxa de lucros, que já vimos anteriormente. A base da argumentação do autor é de que a taxa de lucro é a razão da taxa de mais valia e a composição orgânica do capital. A Lei de tendência estabelece que, conforme haja o desenvolvimento técnico, acontece o crescimento da composição orgânica, e isso aumenta o denominador, diminuindo a taxa de lucro. No entanto, Heinrich (2013) aponta que, com esse mesmo progresso técnico, acontece um crescimento de mais valia relativa, o que altera a taxa de mais valia, então o numerador também cresce. Bom, isso se apresenta como uma contratendência, que, segundo Marx, vai ser superada no longo prazo pelo determinismo da Lei. Para isso acontecer, no entanto, o denominador — a composição orgânica —, deveria crescer num ritmo maior que o numerador — a taxa de mais valia. O problema é que não há qualquer evidência que corrobora para a tese de que uma cresce mais rapidamente de a outra, segundo o autor (HEINRICH, 2013 apud PRADO, 2014).

Sobre isso, Roberts (2013) aponta que a taxa de mais valia cresce ao longo do tempo enquanto o nível de produtividade cresce mais rápido que o nível dos salários. Porém, o crescimento da taxa de mais valia é sempre menor conforme ela se aproxima de seu limite, onde a apropriação do produto do trabalho vivo — valor novo — é completa. Assim, a própria taxa de mais valia apresenta uma tendência de crescimento decrescente, uma tendência de queda, segundo Roberts (2013). Isso acontece porque, conforme acontece o aumento da composição orgânica, a proporção do capital variável em relação ao capital global vai diminuindo, e assim ela diminui a quantidade de trabalho vivo produzida. Então, mesmo que os salários não cresçam, a taxa de lucros irá cair eventualmente (ROBERTS, 2013).

Ainda sobre a crítica de Heinrich (2013), sobre a lógica da tendência de queda, cabe tecer alguns comentários. O autor, em sua interpretação sobre a taxa de mais valia crescer com o progresso técnico, uma vez que se tem um aumento de mais valia

relativa, é rasa, pois não leva em consideração a discussão acerca do valor social e individual dos valores de uso originados no processo produtivo. Obtendo-se um progresso técnico a composição orgânica aumenta, diminuindo a dependência que o capital tem da utilização de força de trabalho para a produção de uma mesma quantidade de valores de uso. No entanto, o ganho que se tem em relação a captação de mais valia relativa tem sua explicação mais acertada na captação de mais valia extraordinária; de capitais que não incorporaram as mesmas modificações técnicas. Isso porque, supondo que não se aumente a produção, e apenas se diminua o montante gasto em capital variável, os valores de uso originados no processo, as mercadorias, vão ter um valor individual menor, pois demandam menos trabalho vivo para sua confecção. Nesse sentido, é inválida a suposição de que esse aumento de mais valia relativa seja individual daquele dado capital; muito pelo contrário, para se realizar ele precisa estar inserido no mercado com outros capitais, colocando sua mercadoria a um valor social acima do seu próprio individual. A análise de Heinrich (2013) ignora o comportamento macro dos capitais, e foca apenas num cenário isolado. Uma vez que o valor novo continua o mesmo, e o valor do desgaste do trabalhador individual também, para se diminuir o valor gasto em capital variável esse mesmo valor produzido deveria ser realizado a um valor social superior. O aumento da produtividade não aumenta em si o valor que o trabalhador produz, mas sim a quantidade de valores de uso. É um fator quantitativo, que quando jogado ao mercado reverbera em uma lógica qualitativa.

Com essa série de apresentações de críticas, contribuições e discussões acerca do funcionamento da Lei de tendência da queda da taxa de lucros, encerramos esse primeiro capítulo, e com ele a parte teórica do trabalho. Esse referencial teórico, no entanto, será utilizado nos capítulos a seguir para uma interpretação marxista dos fenômenos econômicos dos Estados Unidos do Pós-Segunda Guerra até a primeira década do século XXI.

CAPÍTULO II - OS TRINTA GLORIOSOS

No capítulo anterior discutimos a teoria marxista acerca da dinâmica da taxa de lucros na economia capitalista; também apresentamos críticas e defesas sobre diversos aspectos da teoria marxista. O intuito deste estudo é, no entanto, analisar como a teoria se visualiza na história. Portanto, se faz necessário uma abordagem mais empírica que nos permita discutir, sob as lentes da teoria marxista, os caminhos por onde caminham as relações sociais de produção capitalistas. Para tanto, é essencial que nos atentemos aos movimentos dialéticos das categorias que determinam as modificações do sistema através do tempo.

Com esse intuito, neste, e no capítulo seguinte, estudaremos o histórico da economia norte-americana do pós-Segunda Guerra até a primeira década do século XXI. O estudo dessas décadas será feito com base em diversa literatura que aborda o histórico econômico do período em dados macroeconômicos oriundos de fontes estatais, ou pesquisas acadêmicas; e, principalmente, em um cálculo da taxa de lucro da economia norte-americana elaborado especialmente para esse estudo, usando como base o próprio cálculo da taxa de lucro proposto por Marx no Livro Terceiro do Capital.

Guiados pelas fontes históricas veremos como as tendências e as contratendências trabalham como motores modificadores dos padrões sistêmicos no qual a economia norte-americana está inserida. A disputa entre essas duas forças, superando velhas categorias e estabelecendo novas, num ciclo que acaba por ser modificador do todo, é o tema central desse esforço empírico. Dessa forma é possível identificar o comportamento da evolução social e produtiva dessa sociedade atrelado intrinsecamente a um esforço combativo em relação a sua própria estrutura enquanto capital — uma estrutura que carrega em si os próprios componentes de sua superação ligada a luta de classes e o confronto dialético das forças contrárias. O estudo da dinâmica das taxas de lucro se faz necessário nesse contexto, para visualizarmos como essas forças vão atuando guiadas pela sua trajetória. É o foco central do estudo, portanto, interpretar e analisar o caminhar da história como fruto desse movimento

dialético; e, como epicentro, temos as taxas de lucro — a preocupação maior do capitalista — para nos servir de núcleo das ações modificadoras do meio.

Nesse segundo capítulo estudaremos os anos que se seguiram ao Pós Segunda Guerra, até o fim da década de 70, sendo marcado como o período do, convencionalmente chamado, *Welfare State* estadunidense. No entanto é preciso tecer algumas notas sobre o *zeitgeist*⁶ do século XX, onde se desenrola o nosso objeto de estudo.

O século XX foi um período singular para a história da humanidade, assim como todos os outros séculos que o precederam. A novidade, no entanto, consiste no cenário político-social que, ao longo das décadas, não mais se postava no papel de determinante do modelo produtivo, mas sim numa condição determinada por ele (KLEIN, 2007). Diferentemente de períodos pretéritos, onde as relações de poder, com governos monárquicos ou similares, impunham uma determinada relação de produção que melhor contemplasse seus interesses, agora era o capital, como relação social de produção vigente, que assume o papel de determinar o domínio e a centralização do poder econômico entre as classes da sociedade. É sabido que o interesse industrial à frente de um Estado já se verificava na Inglaterra desde antes da própria Revolução Francesa (HOBSON, 1894; MARX, 1867; THOMPSON, 1987); no entanto, é apenas no século XX, com um longo desenvolvimento no século anterior, que o modelo capitalista se impõe, de forma global, a romper a dependência que, durante séculos, as relações produtivas tiveram com a forma de poder governante.

Diferente de outros períodos históricos, as mudanças ocasionadas ao longo dos séculos, tendo como principal estimulador a Revolução Francesa, fizeram do século XX um período onde, na maior parte do mundo, não se aceitassem mais relações de poder onde o direito de dominância fosse determinado por uma determinação “divina”, como no caso da nobreza. De fato, as condições que sustentavam o poder monárquico nos países não mais se encontravam fortes o suficiente para acomodar as sociedades e os modelos de produção que esses regimes assumiam. Em contrapartida, o modelo de produção capitalista ganhava cada vez mais espaço tendo em vista o distanciamento

⁶ Termo alemão que se refere ao espírito da época ou sinal dos tempos

econômico que a Inglaterra, berço do capitalismo original, se colocava diante de todos os outros países (HOBBSBAWM, 1992). Uma nova classe se apresenta com central relevância no cenário, e seu poder não era assegurado por justificativas dinásticas ou clericais, mas sim por um modelo produtivo de propriedade privada que a colocava no centro das relações sociais e políticas; trata-se da classe burguesa

O século XX, desse modo, se apresenta como um cenário onde a classe burguesa estabelece de vez sua posição como classe dominante nas principais economias do mundo, determinando atuações e políticas estatais conforme as suas demandas. No entanto, as relações, os efeitos, e o funcionamento do próprio sistema capitalista se estabelecem de maneira independente dos próprios desígnios dos donos do capital. Como relação social de produção, o capitalismo se coloca como um modelo fora do controle dos próprios capitalistas, resultando na ocorrência de episódios onde seu próprio desenvolvimento resulta em crises. Ou seja, o sistema é indomável, e apresenta crises cíclicas estruturais que implicam em catástrofes econômicas, sociais e políticas de patamar cada vez maior dado o avanço do processo de acumulação.

Incorporando essas questões ao estudo do século XX no Pós Segunda Guerra, podemos reconhecer um período onde, dada uma maior hegemonia do modelo capitalista, alinhado com a estabilidade política-democrática de países ocidentais de desenvolvidos, temos uma atmosfera mais propícia para analisarmos o desenvolvimento do capitalismo, assim como suas crises e ações anticíclicas adotadas com vistas a se enfrentar seus problemas estruturais. Principalmente se voltarmos nossos olhos para a economia estadunidense, que se encontra numa posição de hegemonia no cenário mundial.

2.1 As Raízes do Boom e a Década de 1950

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA se apresentam como a economia dominante, uma vez que não tiveram batalhas em seu território, bancaram a reconstrução dos países lesados pela guerra, e colocaram o dólar como moeda

internacional lastreada em ouro; além da forte influência que detinham sob os órgãos internacionais criados em *Bretton Woods*. As reformas econômicas implantadas desde antes da guerra, como resposta à crise dos anos 30, colocavam o Estado na posição de regular a economia, garantindo o provisionamento de necessidades sociais que permitiam um desenvolvimento mais estabilizado do processo produtivo; estava constituído o chamado *Welfare State*⁷; e, com ele, a preocupação com o pleno emprego e o cuidado com a demanda agregada. Esse período se caracterizou como os anos dourados do capitalismo mundial, com expansão do mercado consumidor, prosperidade produtiva, regulamentação bancária e atendimento de serviços tidos como básicos à sociedade por parte da atividade estatal.

No entanto, é importante ressaltar que, como apontado por Hobsbawm (1991), a percepção de que durante essas décadas viveu-se um contexto histórico único na era do capitalismo, só chegou ao consenso dos historiadores e economistas com a crise que colocou fim a esse período nos anos 70. Outra questão relevante é de que a “era de ouro” pertenceu aos países desenvolvidos, produtores de $\frac{3}{4}$ das riquezas geradas no mundo. Isso também é uma questão que foi visualizada posteriormente, pois, durante um primeiro momento, as economias soviéticas, cresceram a taxas mais velozes que os países capitalistas industrializados (HOBBSAWM, 1991).

O cenário de estabilidade dos anos dourados norte-americanos é propiciado por uma série de reformas aplicadas durante o governo Roosevelt durante o pacote do *New Deal*, como resposta à crise da bolsa em 29. Como explica Brenner (2003), no final da década de 30 as corporações americanas já alcançavam altas taxas de lucro. Uma das bases que permitiram essa recuperação nos lucros foi a repressão e contenção dos levantes trabalhistas de militantes sindicais, deixando a mão de obra numa posição subordinada, com salários reais forçados para baixo de acordo com o nível de

⁷ Não há consenso a respeito de que se tenha existido um estado de bem-estar social de fato nos Estados Unidos, assim como os modelos que existiam em países europeus. No entanto, o seguinte trabalho não se propõe a mergulhar a fundo nessas discussões, a intenção aqui é apenas sinalizar o questionável período de *Welfare State* estadunidense como um período onde se havia de fato um Estado mais presente e atuante no sentido de amenizar crises estruturais provocadas pelo processo de acumulação. Logo, o termo “*Welfare State*” utilizado neste trabalho não carrega em si uma defesa da tese de que existiu um estado de Bem-Estar Social nos EUA, mas apenas remete a um período onde houve uma maior participação das competências estatais no controle da demanda agregada.

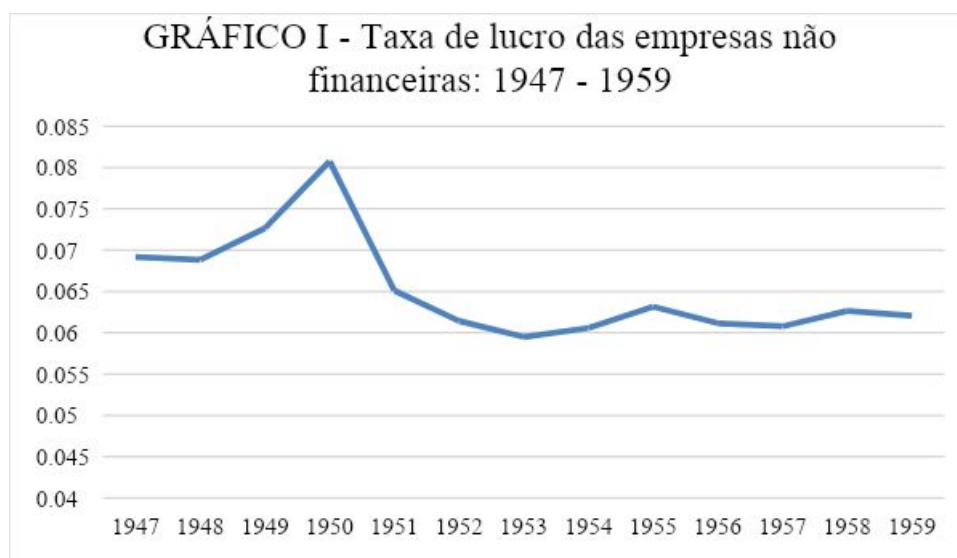
produtividade; o que permitia superávits dos fabricantes em cima dos estoques de capital (BRENNER, 2003).

Aqui encontramos uma ação por parte do governo que constitui uma contratendência. Com o intuito de se reverter a situação de diminuição das taxas de lucro, os movimentos sindicais e trabalhistas foram combatidos, e dessa forma se afeta o poder de barganha da classe trabalhadora frente aos seus empregadores. A disputa entre classe proletária e capitalista, responsável por estabelecer os limites, os direitos e os deveres presentes nas relações trabalhistas — como Marx destaca no capítulo XIII do Livro I do Capital —, se encontra mais voltada para os interesses do capital, negligenciando a voz e as demandas da classe proletária. Nesse primeiro momento, o resultado é uma queda dos salários ao nível da produtividade do trabalho, que assegura uma maior fatia do lucro para os donos do capital; mas, como vimos no capítulo anterior, as contratendências carregam em si as mesmas categorias que implicam na própria tendência de queda da taxa de lucro. Num segundo momento, nas décadas a seguir, a tendência voltaria a dar as caras, uma vez que a contração do capital variável é um dos determinantes desta Lei.

Nesse cenário, a acumulação de capital encontra um contexto propício para seu dinamismo. Somada a forte pressão decrescente sobre os salários reais, fruto de níveis recordes de desemprego, na década de 30, temos ainda uma redução dos custos de produção por meio da eliminação de estoques de capital obsoletos e uma acumulação de inovações não aproveitadas, que também contribuem para um cenário propício para o processo de acumulação de capital (BRENNER, 2003). De fato, como assinala Hobsbawm (1991), diversas inovações utilizadas posteriormente nos anos dourados tiveram seu desenvolvimento no período entre guerras; é o caso do nylon, do plástico, do polietileno e etc. Nesse contexto, diversas inovações e pesquisas encontraram espaço na aplicação industrial no pós-guerra, como freezers, geladeiras, comunicadores, comida industrializada, carnes com produtos químicos sintéticos, e revoluções nas técnicas agrícolas (HOBSBAWM, 1991).

Para os capitais, e para o nosso próprio entendimento sobre o período, o cenário se apresentava nesse primeiro momento como um padrão onde as forças de

contratendência aparecem se sobrepondo a tendência de queda das taxas de lucro, uma vez que as reformas operaram nesse sentido imediato em favor dos interesses dos capitais. Mesmo antes da entrada dos EUA na guerra, a economia já apresentava sinais de aquecimento e expansão proporcionados pelas reformas do *New Deal* (BRENNER, 2003). Mas como veremos mais a frente que esse dinamismo na acumulação de capital não conseguiu se perpetuar por muito mais tempo, por conta de empecilhos que remetem à queda de braço das forças tendenciais, e da própria estrutura socioeconômica dos Estados Unidos. Na Gráfico I podemos ver a evolução da taxa de lucro da economia norte-americana a partir de 47.



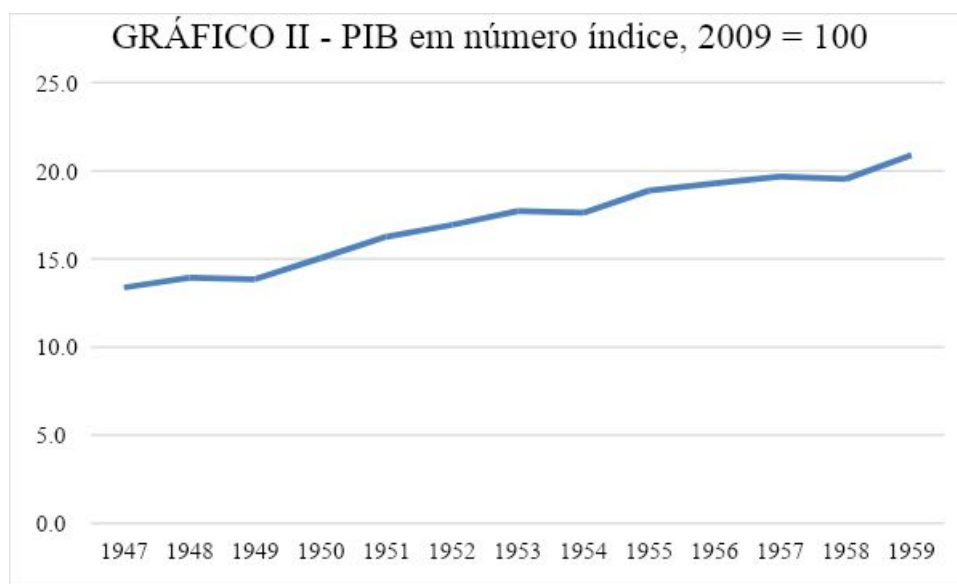
Fonte: elaboração própria com dados coletados do *Federal Reserve Bank of St. Louis* e do *Bureau of Economic Analysis*.

Vemos pela evolução da taxa de lucro que o ritmo de crescimento chega em seu esgotamento já em 1950, quando começa a declinar. Os primeiros anos da década de 50 são, dessa forma, marcados por uma queda da taxa de lucros que vai sendo remediada e estabilizada nos anos seguintes, sem, no entanto, voltar a ter o mesmo patamar de crescimento anterior ao início da dos anos 50.

Segundo Brenner (2003), sobre os fatores que se apresentavam como empecilhos ao dinamismo contínuo da acumulação de capital, temos: grande parte da tecnologia avançada incorporada a grandes massas de capital fixo empatado; uma estrutura socioeconômica baseada em reduzidas propriedades agrícolas e pequenos negócios que limitavam a oferta de mão-de-obra excedente; a posição hegemônica do país que

demandava uma internacionalização de suas multinacionais, seus bancos e seu Estado. Desde a Guerra da Coréia (1950 – 1953), os Estados Unidos esteve, portanto, acometido de questões que resultaram numa perda de impulso, resultando uma desaceleração na acumulação de capital (BRENNER, 2003).

A respeito do capital fixo empatado levantado por Brenner (2003), vemos que esse fator desestimula o aumento da acumulação de capital, uma vez que as empresas tem a possibilidade de utilizarem suas instalações ociosas. Temos então o caso de um crescimento por vias de utilização de capital ocioso, o que contribui com o crescimento do PIB durante o período, mas não com o dinamismo do processo de acumulação de capital. No Gráfico II podemos ver a evolução do PIB estadunidense durante o período.



Fonte: Dados colhidos do *Federal Reserve Bank of St. Louis*. Elaboração própria.

Podemos ver que o PIB nacional apresenta uma trajetória ascendente durante o mesmo período em que as taxas de lucro apresentam uma trajetória declinante e estacionária. A propósito, podemos notar que a partir de 1950, ano em que a taxa de lucro começa a apresentar sua queda, o PIB se apresenta com uma aceleração no crescimento.

É importante deixar claro que, apesar do crescimento produtivo se pautar na utilização de capital ocioso, isso se efetivou primando por se manter as taxas de lucros no mesmo patamar através da economia no gasto com capital constante, o que não foi o suficiente, dado às outras questões que impactam na tendência de queda que trataremos

na sequência. O fato é que a própria queda nos lucros foi um dos fatores que desestimularam a continuidade do dinamismo de acumulação de capital.

Outros fatores apontados por Brenner (2003) como relevantes empecilhos ao ritmo da acumulação de capital, foram a estrutura do setor agrícola e rural, e a estrutura urbana, que se apresentava com pequenos negócios e empreendimentos familiares. Essa estrutura socioeconômica permitiu que o exército industrial se contraísse, aumentando o poder de barganha da classe trabalhadora e assim fazendo os salários aumentarem. Assim, essa estrutura foi aos poucos minando o efeito dos esforços governamentais que combatiam as manifestações trabalhistas a fim de se efetuar uma diminuição dos salários ao nível da produtividade da mão de obra.

Durante os anos de recuperação da crise de 29, até a chegada dos anos 50, os capitalistas puderam se aproveitar dos salários em baixa, crescendo aquém do crescimento da produtividade da mão de obra, mas essa realidade foi se modificando ao longo dos anos ao ponto de que a acumulação de capital não mais se sustentava como anteriormente. O crescimento dos lucros proporcionado pela redução salarial correspondia, como dito anteriormente, a uma contratendência — de compressão do salário abaixo de seu valor —, que, uma vez que só atuava no sentido da diminuição salarial, e não na composição orgânica do capital, não carregava um duplo efeito também atuando a favor da tendência de queda da taxa de lucro; ao menos não de forma imediata. Importante salientar, no entanto, que a própria redução dos custos, de qualquer maneira, já se enquadra numa contratendência, no sentido de tentar aumentar a fatia de lucros. Mas a própria estrutura da economia americana se fez limitadora do quanto a queda salarial poderia ajudar no processo de acumulação de capital e retenção do patamar dos lucros. Quando esse recurso se deu por esgotado o resultado foi uma queda vertiginosa nessas taxas, como mostra o já referido gráfico I.

Como terceira causa que se apresentava como empecilho à acumulação de capital, Brenner (2003) elenca o protagonismo internacional dos Estados Unidos, que fazia necessária sua presença para tutelar novos mercados e novas potências econômicas. A presença internacional norte-americana também reside na necessidade de se apresentar como uma alternativa mais solícita e viável do que as economias

soviéticas, que nesse período apresentaram crescimento inclusive maior do que dos países ocidentais (HOBSEBAWM, 1991).

Nesse cenário, os novos mercados europeus, que naquele momento apareciam como uma oportunidade de lucro, fizeram com que as empresas multinacionais aumentaram seus investimentos externos, ao mesmo tempo em que os custos relativos em termos internacionais desencorajaram essas mesmas empresas a investirem em casa (BRENNER, 2003). Aqui vemos de fato um dos fenômenos discutidos por Marx no capítulo X — a respeito da migração de capitais —, e no capítulo XIV — a respeito das contratendências — do Livro III de O Capital, o qual ele dá especial atenção, que seria o advento do mercado externo como uma contratendência de mão dupla. A interação com os mercados internacionais aparece, como todas as outras contratendências, com características que reforçam a tendência de queda. Num primeiro momento ela se apresenta como uma fonte de recursos necessários para compor o capital constante de menor custo, e ainda se apresenta como uma possibilidade de ampliação da escala produtiva, uma vez que ela permite a realização da produção em outros mercados, acelerando o processo de acumulação. Mas esses aspectos positivos vão sendo retardados, ou paralisados, à medida que os outros países alvos dos investimentos empresariais foram constituindo indústrias relevantes capazes de fazer frente ao mercado americano. Esse, no entanto, não foi necessariamente o caso na década de 50; esses efeitos vão ser visualizados mais à frente.

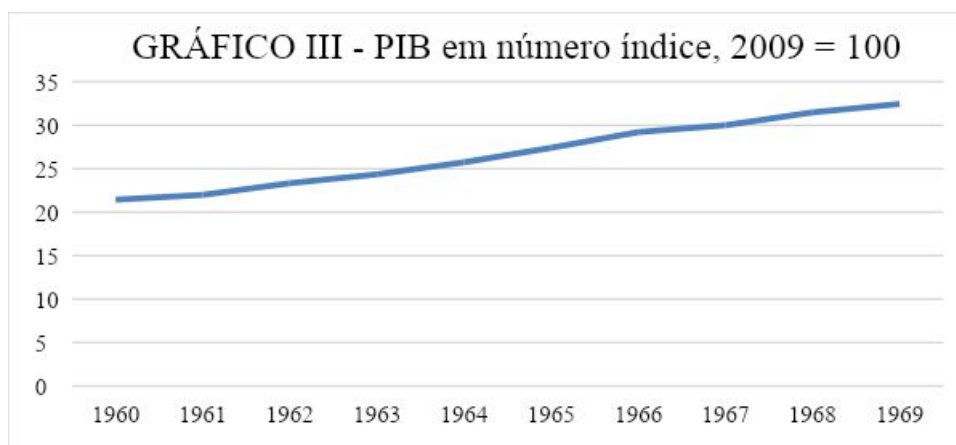
A característica dessa integração internacional responsável por diminuir o dinamismo da acumulação de capital dentro da economia norte-americana está associado à possibilidade de expansão do mercado na Europa e na cobrança da presença americana nesses países, com vistas a estreitar laços econômicos e reconstruir os países lesados na guerra. Importante ressaltar que a característica de duplicidade das contratendências elencadas como responsáveis pelo alto nível de acumulação de capital no pós-crise ainda não se apresentou efetivamente como um reforço a Lei tendencial; isso só irá acontecer mais adiante. Por enquanto, são as próprias características do momento socioeconômico e internacional dos Estados Unidos que se fizeram relativamente mais impactantes na estagnação da acumulação de capital. Quanto a taxa

de lucro, esta se apresentava agora sem os benefícios do baixo crescimento salários, e, portanto, como deveras se apresentava a tendência de queda.

2. 2 Os anos 60 e a Acumulação de Responsabilidade

O início dos anos 60 continua marcado pelo mesmo torpor econômico presente na década passada, com o crescimento ainda baseando-se na utilização de capital ocioso e a dificuldade de se voltar ao dinamismo da acumulação de capital dos anos anteriores a década de 50. A taxa de lucro continuava a declinar e o cenário externo demandava cada vez mais atenção por parte dos Estados Unidos, uma vez que os conflitos referentes a Guerra Fria acirraram a disputa entre os blocos de poder. A década como um todo foi marcada pela corrida espacial, pelas retaliações contra o governo cubano, pela entrada do Estados Unidos na Guerra do Vietnã, pelo movimento da contracultura e por diversas outras questões relacionadas diretamente com a disputa contra o poder dos soviéticos.

Segundo Hobsbawm (1991), nunca houve de fato, do ponto de vista dos representantes do governo, a chance de uma guerra aberta entre EUA e URSS, mas ambas se aproveitaram ao máximo do clima de tensão para instaurarem em suas respectivas sociedades, o clima propício para o interesse de suas orientações políticas e ideológicas. No caso dos EUA, o medo do confronto nuclear, unido a paranoia desenfreada por consumo de produtos manufaturados, era o estado de espírito ideal para se manter sua população paranoica. Os confrontos armamentistas eram determinantes para manter o crescimento do PIB americano. De fato, os Estados Unidos se utilizaram do artifício da corrida armamentista durante todo o período da Guerra Fria como um subsídio para seu crescimento através da indústria bélica (HOBSBAWM, 1991). Como podemos ver pelo Gráfico III, o PIB norte-americano continua crescendo como na década anterior, apesar dos primeiros anos da década de 60 continuarem a representar a estagnação do processo de acumulação de capital.



Fonte: Dados coletados do *Federal Reserve Bank of St. Frances*. Elaboração própria.

Como podemos ver, o ritmo de crescimento do PIB americano seguiu a mesma toada da década anterior, no entanto, chega no fim da década com uma evolução maior do que a evolução dos anos 50. Em grande parte, isso se deve a recuperação das taxas de lucro a partir de 1962. Sobre a dinâmica de crescimento do PIB, é irônico notar que o crescimento dos EUA, indiferente ao seu patamar de hegemonia, e a disparidade econômica frente às potências destruídas pela guerra, foi o que se apresentou menos dinâmico (HOBSBAWM, 1991). Nesse cenário, todos os outros países desenvolvidos apresentavam um crescimento mais acelerado, enquanto que nos EUA a produtividade em relação aos salários só fazia diminuir.

Esse fenômeno se explica por dois contextos. O primeiro é referente aos países de desenvolvimento mais tardio, que conseguiam manter o ritmo de suas altas taxas de lucro por conta de seu grande exército industrial de reserva, mantendo o crescimento salarial relativamente baixo em relação a produtividade; compensando assim a pressão dos custos que acompanhavam suas expansões econômicas. Uma vez que ocupavam a posição de “seguidores tecnológicos”, eles incorporaram capital fixo através de tecnologia obsoleta dos países já industrializados (BRENNER, 2003).

Dessa forma, os países menos industrializados usavam a seu favor a sua própria situação marginal para impedir uma queda na taxa de lucros. Assim como os próprios Estados Unidos em um período anterior, eles primavam por manter os salários num patamar inferior ao aumento da produtividade do trabalho. Para isso eles contavam com seu grande exército industrial de reserva, mas, diferente da situação dos EUA, nem sempre contavam com uma estrutura agrária que absorvia esse excedente, e sua mão de

obra detinha um nível de qualificação inferior, o permitia um maior aproveitamento desse exército de reserva (BRENNER, 2003; HARVEY, 2005).

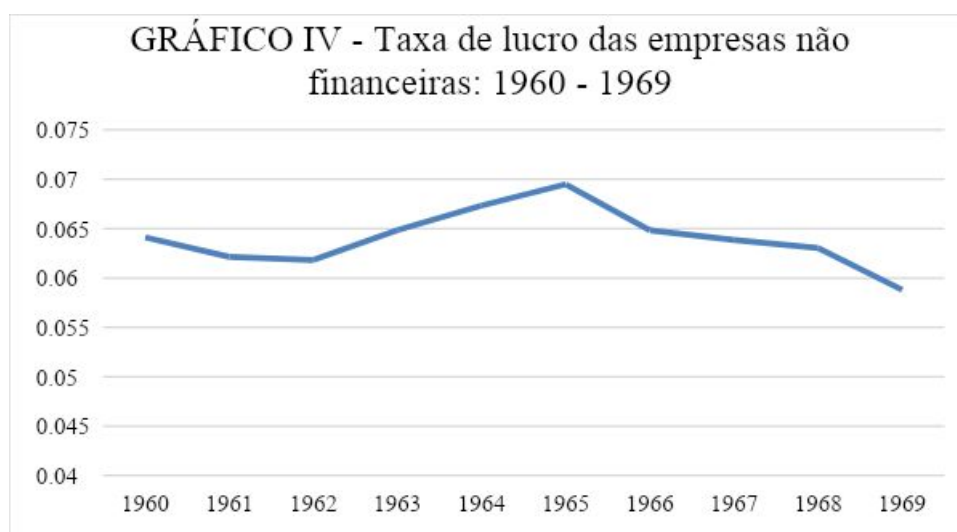
O segundo contexto é o dos países europeus e do Japão. A competitividade da guerra fria forçava dos EUA a adotarem uma posição onde estimulavam o desenvolvimento das economias europeias e do Japão, com o intuito de que essas pudessem se firmar como aliadas (BRENNER, 2003).

Nesses dois contextos vemos a atuação da contratendência referente ao comércio externo e a internacionalização do mercado já com sua característica de duplicidade. Uma vez que, apesar dessas investidas no setor externo favorecerem o fortalecimento de laços econômicos, permitirem uma vazão para a produção norte-americana, ela também é responsável pelo ritmo de crescimento desses países ser mais dinâmico do que o próprio Estados Unidos. Durante um tempo isso foi, além de necessário, dada a preocupação em se fazer frente aos soviéticos, importante para que os Estados Unidos mantivessem seu PIB no ritmo de crescimento. Mas isso não se manteria por muito tempo.

Já na segunda metade da década de 60, os países da Europa — principalmente a Alemanha — e o Japão, utilizaram seus excedentes produtivos para expandir seus ganhos com o comércio. Primeiramente esses produtores produziam para seus mercados internos de bens, que eram bastante similares aos produzidos pelos EUA. Mas agora eles começam a inundar o mercado mundial com seu processo de exportação. Os bens desses países no cenário do mercado mundial agora passam, não mais a complementar. Mas sim a duplicar a oferta, se tornando competidores dos próprios Estados Unidos (BRENNER, 2003). Esses países conseguiram competitividade combinando técnicas relativamente baixas e reduzindo seus custos produtivos em relação aos EUA, assim, conseguindo manter seus preços baixos no mercado, eles foram capazes de manter suas taxas de lucro.

Nesse contexto, os produtores americanos se viram atados a uma alta manutenção de seu capital fixo, bastante inflexível, além de altos salários que não podiam ser baixados de forma rápida. Assim, os capitais que não conseguiam atingir uma taxa média de lucros se viram obrigados a se livrar de capacidade produtiva ou

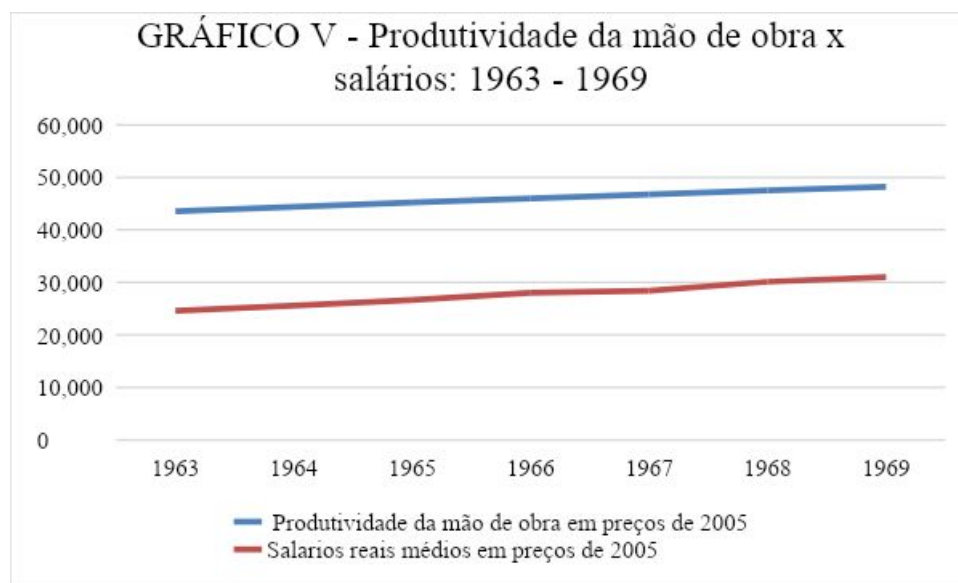
reduzir a utilização de capital. Aqueles capitais com menor condição de proceder tal operação se viram obrigados a adaptarem-se as taxas de lucro reduzidas, já que não poderiam elevar o preço. São capitais de composição inferior, que não conseguem colocar no mercado um preço que meramente corresponda ao valor individual de suas mercadorias. Assim como discutido no capítulo I, esses capitais são obrigados a colocar no mercado suas mercadorias a um valor social inferior ao valor individual a que correspondem; a diferença entre esses dois valores é adquirida pelos capitais de composição superior, com o nome de mais valia extraordinária. Agora, com novos agentes no mercado mundial acirrando a competitividade, as composições médias se modificam, e os capitais precisam se adaptar depressa a esse novo cenário.



Fonte: elaboração própria com dados coletados do *Federal Reserve Bank of St. Louis* e do *Bureau of Economic Analysis*.

No Gráfico IV podemos ver a evolução da taxa de lucro durante a década. Como discutido, os primeiros anos da década seguem a mesma tendência do final dos anos 50. A partir de 63 os lucros voltam a subir, graças ao advento do mercado externo que absorve a produção industrial realizando-a externamente; mas, mesmo com esse auxílio do mercado estrangeiro, os melhores resultados na década não foram capazes de reproduzir o pico de 0,08 que precedeu a década de 50. Isso porque mesmo a expansão do mercado não era suficiente para fazer frente a inflexibilidade do capital produtivo e a tendência de alta dos salários.

Na segunda metade da década, com o acirramento da concorrência no mercado internacional, e a Alemanha e o Japão se fazendo cada vez mais relevantes no mercado mundial, a contratendência que era representada pelo advento do mercado externo, que num primeiro momento se sobrepunha a tendência de queda, começa a apresentar seu caráter dual, se portando de forma a aumentar o peso em cima da taxa de lucros do mercado americano. O resultado é que essa taxa de lucros volta a cair; e ao final da década já alcança um patamar mais baixo do que o pior resultado da década de 50.



Fonte: Dados coletados da *Extended World Tables*. Elaboração própria.

Como vemos no Gráfico V, os salários reais crescem a um ritmo mais dinâmico do que o crescimento da produtividade. A busca dos capitalistas por deixarem o aumento da produtividade mais dinâmico do que o aumento dos salários é justamente o principal fator que impacta na tendência de queda da taxa de lucro. Pois é aumentando a produtividade que se modificam as composições técnicas dos capitais, e assim o montante necessário de capital variável para incorporar o processo produtivo. Sendo que, apenas o trabalho é capaz de criar valor, esses capitais mais produtivos, individualmente, vão produzir um valor cada vez menor — de seus valores individuais — dada a evolução da sua produtividade; no entanto, esses mesmos capitais se apropriam de valores produzidos em capitais menos produtivos — e mais dependentes de capital variável. A questão é que, para esses capitais de composição superior — mais produtivos —, a razão da queda de seus lucros é função do aumento mais dinâmico dos

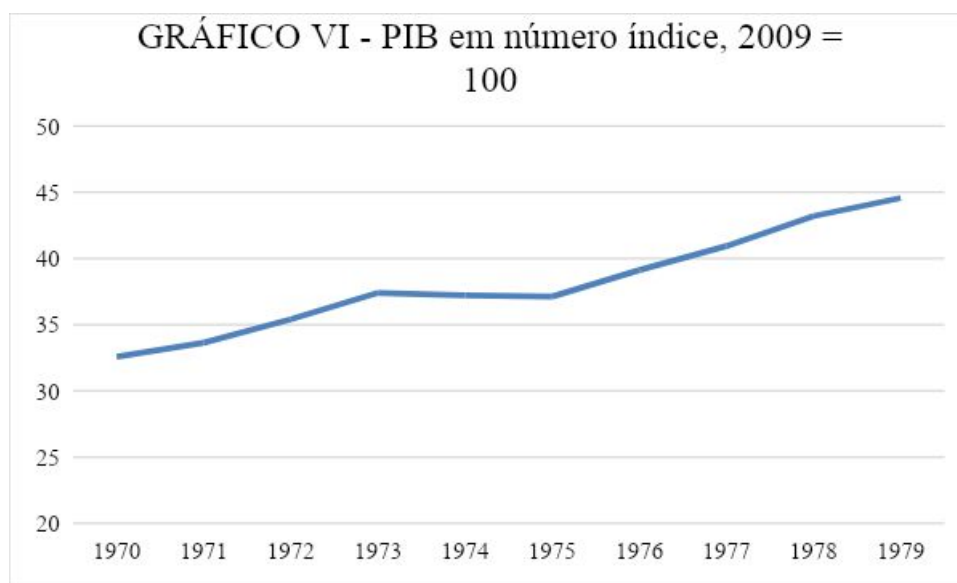
salários, e não do próprio processo de acumulação de capital. Como essas relações obscuras do capital ficam obnubiladas pelo fetichismo presente em sua própria estrutura, os diagnósticos são equivocados, e as medidas tomadas são meramente paliativas. Medidas essas que chamamos de contratendências, que, como já discutido no capítulo I, apesar de não conseguirem minar e se fazer prevalecer perante a tendência estrutural de queda da taxa de lucro, elas, no seu esforço de remediar a realidade, acabam modificando-a, e trazendo à luz novos agentes e novas categorias que terminam por mudar as regras do jogo. O que implica em uma trajetória da taxa de lucro com o sentido contrário ao desejado anteriormente.

Mas não só os Estados Unidos sofriam com a queda da taxa de lucro no setor manufatureiro. Em menor patamar, as economias do G7 também já apresentavam queda ou desaceleração de suas taxas de lucro por conta do excesso de capacidade instalada (BRENNER, 2003). A inflexibilidade e a incapacidade de reverter a tendência de alta dos salários num curto período de tempo foram identificadas como as responsáveis por esse fenômeno global. Nesse mesmo momento, segundo Brenner (2003), com o aumento da competitividade, a balança comercial e a balança de pagamentos dos Estados Unidos despencam, enquanto que as do Japão e a da Alemanha aumentavam. Isso, somado aos altos investimentos bélicos feitos na Guerra do Vietnam, acarretam déficits ainda mais altos à balança de pagamentos, colocando o sistema monetário em crise.

A posição hegemônica americana, com o dólar lastreado em ouro, unido ao aumento da competitividade internacional, acirrada por conta do fortalecimento da Alemanha e do Japão no mercado mundial, foram inibindo as possíveis estratégias que poderiam minimizar a tendência de queda da taxa de lucro. Com o dólar valorizado, era cada vez mais difícil para as empresas americanas batalharem espaço no mercado externo, ao mesmo tempo que os déficit na balança de pagamentos também se tornam extremamente difíceis de serem tratados. As mãos do governo americano estão atadas por um nó que eles mesmos amarraram em *Bretton Woods*. É chegada a hora de romper com certos acordos.

2.3 Os Anos 70 e as novas regras do jogo

As décadas anteriores, apesar de serem palco de uma intensa batalha contra a tendência estrutural de queda da taxa de lucro, foram também décadas onde a sociedade dos países desenvolvidos experimentou certa prosperidade, com gastos governamentais destinados a manipular a demanda agregada e a disponibilidade de bens de consumo num mercado que cada vez mais contemplava as demandas mais supérfluas dos cidadãos desses países. Isso não foi diferente nos Estados Unidos. Apesar de que se discuta a real existência de um estado de bem-estar social no país, esse período foi de fato ímpar para a sociedade americana, no tocante à acessibilidade de serviços públicos, e a estabilidade econômica das famílias. É claro que, como dito anteriormente por Hobsbawm (1991), esse cenário amistoso só foi reconhecido como tal quando se findou. Esse papel, de certo modo, foi de responsabilidade da década de 70 (HARVEY, 2005; HOBSBAWM, 1992; GOWAN, 2003a)



Fonte: Dados colhidos do *Federal Reserve Bank of St. Louis*. Elaboração própria.

Como vemos no Gráfico VI, o PIB durante a década continua sua trajetória ascendente, com uma leve estagnação entre 73 e 75, depois voltando a subir. Vemos então que apesar da insatisfação dos agentes econômicos com as taxas de lucro, o crescimento produtivo não foi interrompido. No entanto, o crescimento nesses moldes, com taxas de lucro seguindo a tendência de queda das décadas passadas, em nada satisfaz o capital. Já no início da década medidas são tomadas para restabelecer o

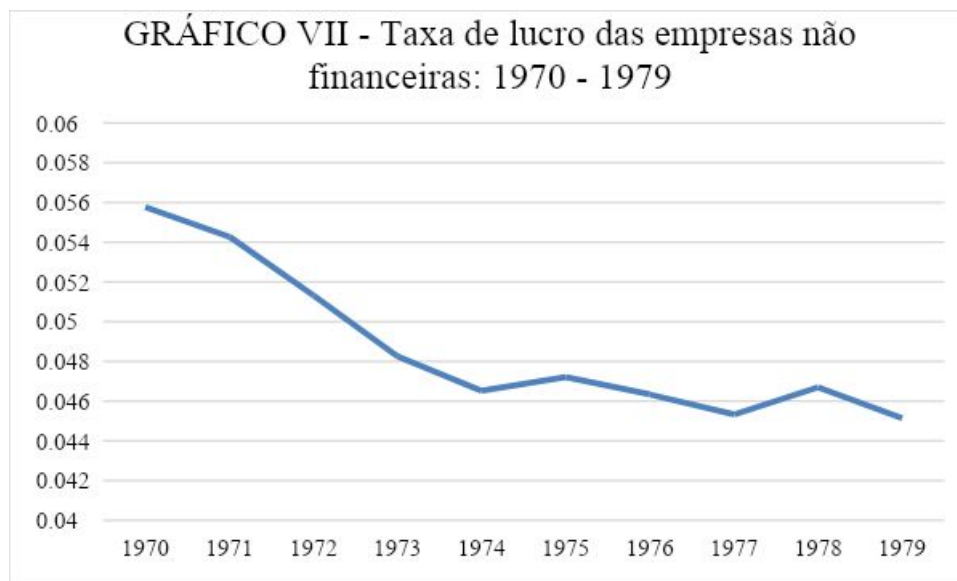
padrão de acumulação de antes da década de 50, e aumentarem seu protagonismo no mercado internacional.

Nesse sentido, entre 71 e 73 abandona-se o padrão dólar-ouro, que estava em vigor desde que fora determinado pelos acordos em *Bretton Woods*. Agora os Estados Unidos são capazes de desvalorizar o dólar e manipular o rombo na balança de pagamentos. Enquanto isso, o iene e o marco alemão sofrem valorizações, sobrecarregando os produtores com custos de produção relativamente crescentes se comparados com os EUA. Assim, a Alemanha e o Japão experimentam uma queda na lucratividade maior do que a sofrida pelos países do G7 (BRENNER, 2003; GOAWN, 2003a). Nisso, o governo norte-americano busca proteger seu mercado produtor repassando os custos da desaceleração para os fabricantes estrangeiros. Foi com o intuito de adotar posturas protecionistas, que a administração Nixon, em 1971, encerrou a conversibilidade do padrão dólar-ouro. E em 73, o governo se utilizou de seu poder para que as economias mundiais renunciassem aos seus modelos de câmbios fixos, e adotassem câmbios flutuantes (ROBERTS, 2016).

Com isso, a economia estadunidense pôde, agora com o câmbio flutuante, ser capaz de adotar uma lógica de endividamento externo com vistas a manter o dólar no patamar desejado. Assim, não só eles puderam aumentar o saldo de sua balança comercial, como também puderam se esbaldar na prática de se obter déficits orçamentários para estimular o crescimento doméstico (BRENNER, 2003; HARVEY, 2005; GOWAN, 2003a).

Dentro desse planejamento macroeconômico, os formuladores de política monetária destinavam uma armadilha para minar seus concorrentes internacionais. Com a livre mobilidade de investimentos, os fluxos de capitais indo para longe do dólar, que se desvalorizou, forçariam uma contínua valorização das moedas de seus concorrentes e parceiros que ainda se preocupavam em manter superávits em suas contas correntes. Essa valorização das moedas internacionais prejudicaria as exportações e forçaria os países a adotar políticas monetárias expansionistas; favorecendo as exportações americanas. E é justamente esses ganhos que financiam os déficits orçamentários que visavam estimular a economia (BRENNER, 2003; HARVEY, 2005; GOWAN, 2003a).

Nesse contexto, mesmo com a queda do dólar, e toda a liberdade dada às políticas macroeconômicas pelo regime de câmbios flexíveis, os produtores americanos não conseguiram voltar a estabelecer as taxas de lucro do boom. Segundo Brenner (2003), isso se deveu a incapacidade dos preços do setor manufatureiro em crescer de acordo com os salários e os custos de produção. No Gráfico VII podemos ver a evolução das taxas de lucro durante a década.

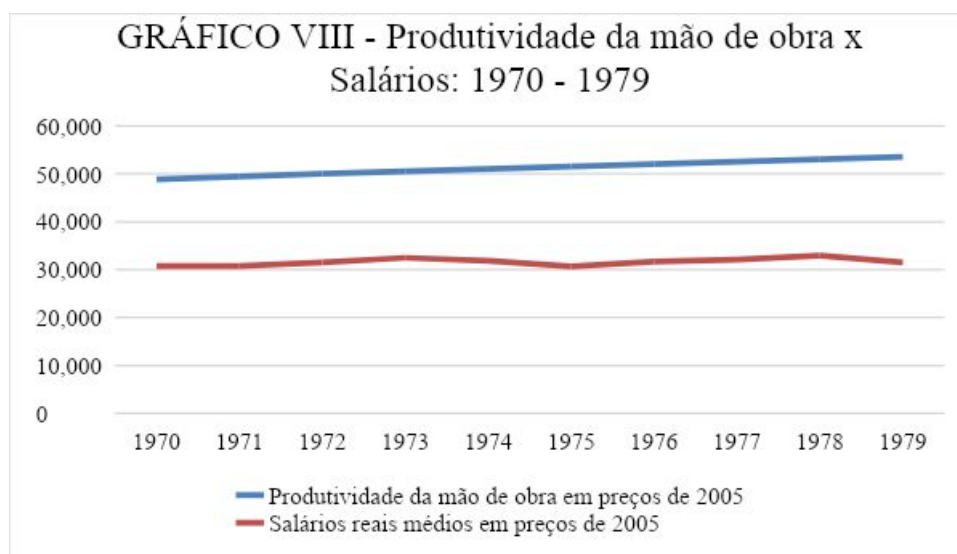


Fonte: elaboração própria com dados coletados do *Federal Reserve Bank of St. Louis* e do *Bureau of Economic Analysis*.

No tocante às taxas de lucro, a década de 70 inicia seus primeiros anos já com resultados piores que nos piores anos das décadas passadas; e a trajetória segue declinante durante todo o período, com leves variações em 75 e 78. Essa queda na lucratividade, segundo Brenner (2003), está altamente relacionada com os bens comerciáveis, e, por isso, com a concorrência internacional. Assim, a queda na lucratividade dos EUA nesse período não se explica por um esgotamento das tecnologias, e nem tampouco pelas reivindicações trabalhistas, uma vez que, como vemos no Gráfico VIII, os salários apresentam uma flutuação que faz com que a dinâmica fique mais estacionada durante o período.

Importante discutir que, seguindo a lógica dos mercados, numa situação de queda acentuada das taxas de lucro, era de se esperar que, como Marx já discutia no capítulo X do Livro III de *O Capital*, alguns produtores realocariam seu capital em

outros setores de atividade que fossem mais atrativos, diminuindo assim a oferta, e proporcionando novamente um cenário propício para os produtores que continuassem no setor. No entanto, a grande quantidade de capital fixo, assim como os grandes ativos em posse desses produtores, os condicionou a continuarem em seus mercados desde que ainda pudessem continuar alcançando a taxa de lucro média, dados seus gastos com capital variável (BRENNER, 2003).



Fonte: Dados coletados da *Extended World Tables*. Elaboração própria.

De fato, o crescimento da produtividade diminuiu seu dinamismo durante a década; no entanto, os salários reais, pela primeira vez desde a década de 30, apresentaram quedas, e mesmo os períodos de crescimento são menos acelerados do que nas décadas anteriores. Isso se deve a reação imediata dos produtores frente ao alarmante declínio das taxas de lucro, que foi tentar reduzir os custos diretos com mão-de-obra. Segundo Hobsbawm (1991), isso foi feito através de agressivos ataques a organizações e padrões de vida de trabalhadores; tudo isso feito com apoio governamental. A média surtiu efeito de certa forma, suavizando o ritmo de queda da taxa de lucro a partir de 75.

A estratégia que mais apostaram para tentar reverter a lógica de queda dos lucros, parecia vir das mudanças técnicas, investindo mais em suas próprias indústrias; não apostando em uma migração de setores, onde teriam que estabelecer novas relações com fornecedores e com o mercado (BRENNER, 2003). Brenner (2003) aponta que

ainda assim, começou a acontecer um movimento de aumento de atividades de produtores de bens de baixo custo, buscando lucro mesmo com uma grande quantidade desses produtos já sendo ofertada. Isso acabou por intensificar o processo de saturação dos mercados, acentuando a pressão sobre o declínio dos lucros⁸.

Determinados a reverter a tendência de queda da taxa de lucros, novas medidas protecionistas são tomadas, ao mesmo tempo em que desregulamentações pontuais são feitas para se tentar tirar proveito de mercados auspiciosos. Em 74, durante o governo Nixon, foram eliminados os controles temporários sobre capitais, permitindo operações bancárias com mais força no mercado externo (BRENNER, 2003). Essa medida foi fundamental para colocar os bancos norte-americanos na tarefa de reciclagem dos petrodólares, direcionando esses superávits das economias árabes para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Na década seguinte veremos que isso resultaria na crise de endividamento externo desses países.

Como práticas protecionistas, o governo instituiu o Acordo Multifibras, que colocava severas restrições aos artigos têxteis e de vestuário oriundos de importação de países em desenvolvimento; uma Lei Comercial que forçava parceiros a aceitarem severas restrições voluntárias à exportação, sobre a ameaça de total expulsão do mercado norte-americano, com base na Seção 301 (BRENNER, 1991). A Seção 301 — prática que prevê a adoção de retaliações comerciais como instrumento unilateral de pressão para abertura de mercados às exportações e investimentos externos americanos, assim também como para proteger o mercado interno contra práticas que considerem prejudiciais ao mercado americano —, foi utilizada ao longo da década, enquanto o governo continuava a incorrer em déficits públicos para aumentar a demanda, impondo limites à importação do aço e dos automóveis japoneses (FUNAG, 2019).

Apesar dos esforços norte-americanos para ocupar uma maior parte do cenário internacional, minando a concorrência com sua estratégia cambial, as suas exportações continuaram no mesmo patamar que na década anterior. Isso acontece, segundo Brenner (2003), por conta da recusa dos outros países concorrentes em ceder espaço para os americanos. Apesar dos acentuados declínios na lucratividade dos mercados alemães e

⁸ Isso passa também pela questão das políticas keynesianas de aumentarem a acumulação de capital através do aumento da demanda, num sistema de retroalimentação, onde uma depende da outra

japoneses, conferidos pela valorização de suas moedas diante do dólar, os concorrentes dos americanos conseguiram manter sua participação no mercado mundial aceitando preços e taxas de lucro mais baixas (BRENNER, 2003).

A queda global da lucratividade resultou em mais uma profunda queda nos investimentos. Os países do G7 atuaram de forma a reduzir o crescimento dos salários e dos gastos sociais para garantir uma maior massa de lucros; o que levou a uma série de falências de empresas, dada a diminuição da taxa média de lucro (BRENNER, 2003). Nesse contexto, a queda dos lucros globais é só uma representação da equalização que acontece no sistema; onde capitais com alta produtividade e baixos custos dominam o mercado com suas grandes escalas, e acabam assim por ter um maior peso na determinação da composição média — e, por conseguinte, na própria determinação da taxa média de lucro. Assim, as empresas que detêm uma composição inferior à da média, acabam por ser subjugadas, e tem sua margem de mercado incorporada pelos capitais mais produtivos.

Segundo Brenner (2003), foi a facilidade do acesso a crédito que abastecia a demanda, e que permitiu o crescimento do PIB das economias ao decorrer da década. A dívida pública então, constituía um instrumento indispensável para a estabilidade e a expansão econômica internacional. Para Roberts (2016), a relação do crédito com a linha de produção capitalista é destrutiva. O crédito é basicamente um capital, a fundação do capital fictício, uma vez que se coloca como um capital adiantado para donos de capitais produtivos, produzindo juros, derivativos e etc. O preço desses ativos antecipa o retorno futuro em investimento em ativos reais e financeiros. No entanto, a realização desses retornos depende da criação de novos valores produzidos pela atividade capitalista. Isso não acontecendo, esses capitais facilmente se transformam em capitais fictícios. Como vimos no capítulo I, o crédito funciona como um capital ficcional que flexibiliza a economia permitindo sua realização mais fluida, mas, com o tempo, acaba representando um empecilho à realização de uma reprodução econômica saudável e sustentável. Quanto mais o capital fictício distorce os preços mais informação econômica é perdida. Isso impacta nas decisões a respeito de produção, que são interligadas com a leitura da estrutura econômica. Os capitais fictícios contém valores que podem evaporar se participantes do mercado estiverem alheios aos

comportamentos da economia no futuro. Os capitalistas experimentaram a queda nos níveis de lucro quase que simultaneamente, fazendo com que todos se comportassem da mesma maneira especulativa aumentando o preço dos ativos que compravam. Mas, com os preços altos, vem a vontade de se os vender, resultando no início de uma bolha financeira (ROBERTS, 2016).

Além disso, segundo Brenner (2003), o endividamento também serviu para dar uma sobrevida a capitais de alto custo e baixa lucratividade, impedindo uma depressão que daria espaço para um novo processo de expansão ainda mais concentrado.

As estratégias do governo norte-americano durante a década são retrato do desespero imediatista dos capitais que se viam com taxas de lucro cada vez menores. Rompimentos com determinações e acordos internacionais, guerra comercial contra países aliados que se mostravam cada vez mais relevantes no mercado internacional e, por fim, malabarismos financeiros para assegurar um capital cada vez mais difícil de se realizar. Nada disso foi suficiente para mudar a condição de queda tendencial dos lucros. O resultado, no entanto, veio como uma inflação desenfreada, e déficits recordes na conta corrente norte-americana. O que forçou o governo estadunidense, em meio a mais um choque do petróleo, no ano de 79, a elevar sua taxa de juros; o que desencadeou uma séria crise de endividamento internacional, e o início de um processo de escassez do crédito mundial.

As mesmas contratendências que deram uma sustentação — poder-se-ia dizer suspiro — num primeiro momento, para a dinâmica de crescimento das taxas de lucro, foram determinantes da imposição da própria tendência de queda num período subsequente. A internacionalização dos capitais que proporcionou, além de custos mais baixos de mão de obra, como também diminuição de gastos com insumos por conta da aproximação dos países, culminou por fim no acirramento da competitividade internacional, que mais uma vez fez cair as taxas de lucro. O próprio cenário no início dos anos dourados, com baixos salários e alta lucratividade, num primeiro momento beneficiou os capitalistas aumentando suas margens de lucro; mas depois, com a composição orgânica do capital se modificando em favor do capital constante, esses ganhos não eram mais possíveis; e outras medidas tiveram que ser tomadas para suprir

essa necessidade dos capitais em lucrar cada vez mais. Daí foi a vez da internacionalização, que mais tarde apresentou-se com a mesma dupla faceta de qualquer contratendência. A resposta veio como imposição máxima do poder internacional norte americano no mercado global. Tudo isso, é claro, com grandes custos para a estabilidade da economia de todos os países que pagaram o preço.

CAPÍTULO III - O NEOLIBERALISMO, A GLOBALIZAÇÃO E O NOVO MILÊNIO

No capítulo anterior vimos o que se escondia por trás da aparência de prosperidade dos anos dourados. Capitais sedentos por reverter o processo de declínio da taxa de lucro, foram capazes de tudo para minimizar o impacto que a própria acumulação de capital está fadada a deixar. A instituição de medidas do estado de bem-estar em tese funcionaria como políticas anticíclicas destinadas a minimizar as instabilidades econômicas trazidas pelo processo de acumulação capitalista. No entanto, as reformas têm um efeito minimizador, não estrutural, e o sistema entra em colapso já na década de 70, onde acontecem uma série de fatores; como abandono do modelo dólar-ouro, dois choques do petróleo, e choque Volcker — aumento da taxa de juros americana em 1979 —, que autores como Hobsbawm (1991) e Anderson (1995), apontam como determinantes de um aumento do poder da hegemonia norte americana no globo, a despeito de uma persistente — e ignorada — fragilidade estrutural. Esses fatores abriram espaço para a ascensão de uma orientação econômica destinada a dissolver o poderio estatal e efetivar mudanças que, guiadas num sentido ditado pela teoria neoclássica representada por acadêmicos da escola de Chicago, tal como Milton Friedman, visavam deixar o livre mercado atuar de forma plena, ignorando as contradições estruturais do sistema.

No poder, os neoliberais, dentre outras determinações, se concentraram em desmanchar as regulamentações estatais, deixando o capital financeiro livre para atuar de forma especulativa e prejudicial à economia real constituída pelas indústrias produtivas. A ascensão do capital financeiro se torna de suma importância para se entender o abandono de atividades produtivas que já não representavam a mesma lucratividade (ANDERSON, 1995). Alinhado a um processo de internacionalização produtiva, isso acaba culminando no aumento do desemprego, e de pessoas afetadas pelo desligamento de fábricas e indústrias que se faziam centrais para economia de determinadas regiões. Alinhado ao processo de globalização verificado nos anos seguintes, grandes centros industriais agora se apresentavam como cidades carentes e marginalizadas, tal como Detroit, Flint, Cleveland, dentre outras.

No centro de todas essas questões podemos identificar a busca da classe capitalista por reverter a tendência de queda das taxas de lucro, tentando estabelecer soluções para se aumentar seus rendimentos; não se importando, porém, com a sustentabilidade dessas atividades, e muito menos com as suas implicações negativas na sociedade. O que coloca o sistema capitalista mais uma vez como determinante da ação dos agentes a frente do poder, e não o contrário; e também coloca a questão da teoria de tendência de queda da taxa de lucro como um motivador central da adoção de orientações econômicas que tomariam um espaço global nos anos posteriores.

3.1 Os perdidos anos da década de 1980

O aumento das taxas de juros introduzidas pelo Choque Volker, em 1979, deu origem à pior recessão mundial desde a década de 30. Como resultado imediato aconteceu o enxugamento dos meios de produção de alto custo e baixa produtividade, que haviam sido salvos pela oferta de crédito na economia (BRENNER, 2003; CHESNAIS, 1996). Agora, com escassez de crédito internacional, esses capitais de composição inferior puderam de vez ser subjugados e englobados por capitais maiores e mais produtivos, o que era a do interesse das autoridades econômicas, pensando que dessa forma pudessem restabelecer os níveis de lucratividade.

Com as mudanças implementadas pelas novas administrações neoliberais, trazidas pelo governo Reagan em 1981, aconteceu um movimento de arrocho no crédito internacional ainda maior, visando uma elevação da lucratividade através do aumento do desemprego — ainda neste ano o governo lançou uma série de investidas poderosas aos movimentos trabalhistas —, redução de impostos e de gastos sociais; o que se configura como uma distribuição de renda em favor do capital (BRENNER, 2003; GOWAN, 2003b). O que acontecia aqui era uma tentativa de se recuperar o movimento de ascensão das taxas de lucro catalisando o processo de centralização dos capitais, com os menos produtivos sendo subjugados e incorporados pelos mais produtivos; aumentando o desemprego para que o poder de barganha da classe trabalhadora na determinação de reivindicações trabalhistas e salariais fosse minado, uma vez que isso

ocasionaria um aumento do exército industrial de reserva; e uma diminuição nos impostos, não necessariamente para que gerasse estímulos para investimento, mas sim para aumentar a margem de lucro dos empresários. Se nas décadas passadas a importância da busca por uma taxa de lucro crescente foi o alvo dos formuladores de políticas públicas, agora, com o governo na mão dos neoliberais, esse objetivo é o cálice sagrado a ser alcançado; e os templários do fim do século XX estão dispostos a alcançar esse objetivo de qualquer forma.

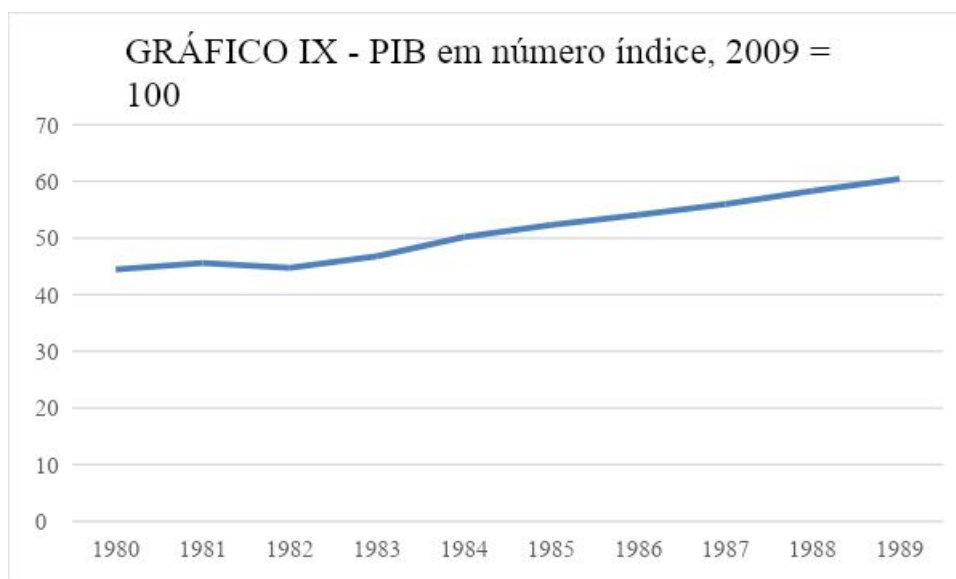
Como dito anteriormente, esse planejamento visava diminuir o excesso de capacidade oriunda da grande quantidade de empresas da manufatura que detinham alto custo e baixa lucratividade. De acordo com a teoria marxista, são justamente essas empresas que mantêm o nível dos lucros maior. Diferente do que acreditavam os formuladores de política pública, são as grandes corporações com alta produtividade, custos reduzidos e grande escala que tem o maior poder de determinação na taxa de lucro. É assim que o processo de acumulação de capital funciona, e não há como voltar atrás. Por isso seguem adotando medidas paliativas que tentam contornar essa questão, mas que nunca a resolvem; justamente porque também não há solução. É preciso deixar claro aqui que essas medidas paliativas — que ao longo do trabalho temos chamado de contratendências — vão superando temporariamente as tendências de queda da taxa de lucro e sendo superadas pela tendência estrutural presente na realidade das relações de produção do capital. E no meio dessa dança de forças a sociedade, o mercado e o mundo vão se modificando, sofrendo mazelas e aproveitando avanços; vão se adaptando aos ditames desse movimento destrutivo e criador. O que chamou atenção é que, ao longo dessa dança de forças, diferentes vertentes ideológicas se colocam na tentativa de refrear a tendência estrutural de variadas formas; umas de forma mais humana, e outras de forma mais enérgica. No caso do neoliberalismo deparamo-nos com uma vertente inescrupulosa, capaz de atrocidades em nome do poder econômico absoluto da classe burguesa.

Apenas como nota, vale a pena lembrar que os mesmos arquitetos dessa guinada neoliberal dos anos 80, fizeram do Chile o seu laboratório de testes neoliberais em 1973, assassinando um presidente eleito democraticamente e instaurando o regime ditatorial

mais sangrento da história da América Latina. Este episódio seria marcado como a primeira investida dos chamados “*Chicago boys*”.

Voltando ao impacto dessas medidas, elas previam a contenção do processo inflacionário fruto da bonança de crédito do fim da década passada; e nós ainda temos a expansão lucrativa do setor de serviços, de baixa produtividade, uma vez que reduzia ainda mais o salário dos empregados, que nós trataremos mais à frente. Mas sem dúvida, a principal medida que essas mudanças previam estava na desregulamentação financeira, eliminando os controles de capital, revitalizando os setores domésticos e internacionais (BRENNER, 2003). Com essa desregulamentação financeira, os grandes lucros do sistema bancário ficariam ainda mais atraentes, e também suspeitos.

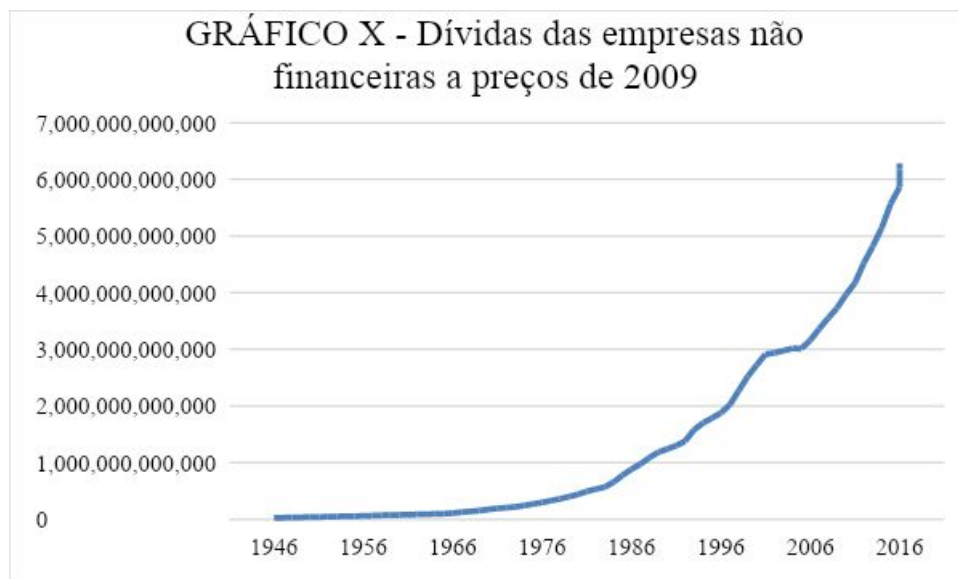
Em 1982, acontece a restrição absoluta do crédito internacional, que, somada ao dólar valorizado, ocasiona uma crise de endividamento dos países latino-americanos; que ao longo dos anos foram ficando cada vez mais dependentes dessas divisas. Essa questão também coloca os principais bancos mundiais em risco de solvência, com uma ameaça de quebra mundial, nos moldes da crise de 29 (BRENNER, 2003). A resposta para a economia americana, segundo Anderson (1995) e Brenner (2003), foi colocar um pé atrás, até a doutrina keynesiana, e impulsionar a economia com pesados gastos militares, ainda mantendo os baixos impostos. De fato, o programa de gastos militares da era Reagan e da era Bush, ainda contando com a diminuição dos impostos para ricos, quebrou a política monetária de restrição, uma vez que proporciona certa disponibilidade de crédito; e foi isso que manteve a economia funcionando, mas ainda meio lerda (BRENNER, 2003). Vejamos o Gráfico IX.



Fonte: Dados colhidos do *Federal Reserve Bank of St. Louis*. Elaboração própria.

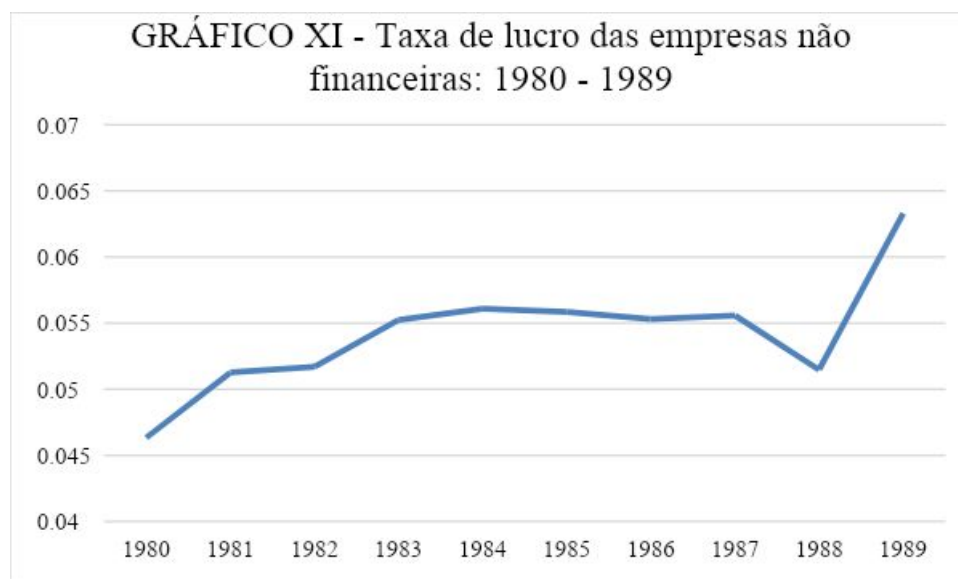
O Gráfico IX nos mostra como o PIB norte-americano estava estagnado durante o período da escassez de crédito. Ao longo da década os resultados até melhoram, mas nada comparado ao ritmo de crescimento dos Anos Dourados. Mas um fato em comum com as décadas passadas, foram os déficits comerciais e em conta corrente — sem precedentes — necessários para sustentar o cenário, com injeções de demanda, como um sustentáculo para a economia internacional durante a crise entre 1979 e 1980 (BRENNER, 2003).

Segundo Brenner (2003) e Chesnais (1996), os investimentos nesse período se davam por meio endividamento privado, concedido pela nova leva de crédito. Houve assim, fruto da desregulamentação financeira e da fragilidade dos trabalhadores, uma aliança entre os empresários especuladores e os financistas que lhes forneciam crédito, com o objetivo de tomar o controle de empresas com o único objetivo de tirar delas o que puderem. Os capitais obsoletos e ineficientes foram abandonados em prol da lucratividade e do acúmulo de fundos. Os empréstimos que tornaram essas práticas possíveis não se preocupavam em financiar gastos em instalações e equipamentos, ou qualquer tipo de capital produtivo, mas sim em pagar as recompensas de ações, fusões e aquisições (BRENNER, 2003; CHESNAIS, 1996). No Gráfico X nós vemos a evolução do endividamento das empresas privadas ao longo do tempo.



Fonte: Dados coletados do *Federal Reserve Bank of St. Frances*. Elaboração própria.

No Gráfico acima vemos como aconteceu o aumento vertiginoso do endividamento das empresas privadas após os movimentos especulativos visando o mercado de ações, fusões e aquisições. Essas empresas colocam seu dinheiro em aquisições alavancadas e recompram suas próprias ações, na esperança de que o passado de subida determine um futuro de também subida. A especulação financeira, promotora desse endividamento privado, é o que passa a ditar as regras para a retomada do crescimento das taxas de lucro. No entanto, esse pacto com o capital especulativo, tem contornos tão problemáticos que, além de aumentar cada vez mais a dependência dos mercados em relação a esses capitais especulativos, o nível desse endividamento, como demonstrado no gráfico, cresce em uma proporção gravemente preocupante.



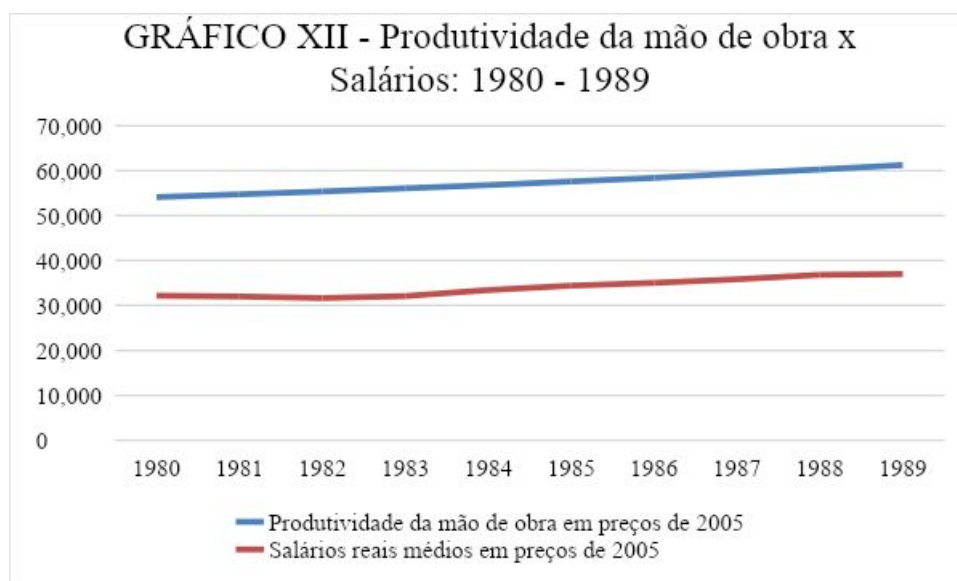
Fonte: elaboração própria com dados coletados do *Federal Reserve Bank of St. Louis* e do *Bureau of Economic Analysis*.

No Gráfico XI podemos ver a evolução da taxa de lucro durante a década de 80. Vemos aqui um cenário de recuperação, em que apenas no final da década ela volta ao patamar das taxas da década de 50. É preciso lembrar, todavia, a que preço esses resultados foram alcançados. Entre 1979 e 1982, a produção no setor decresceu 10%, os investimentos caíram 8%, em 83 chegaram a decair 15%, e a utilização da capacidade instalada chegou ao nível mais baixo do pós-guerra; o emprego no setor da manufatura, que havia crescido durante toda a década de 70, apresentou um decréscimo de 13%, enquanto que o desemprego chegava ao patamar dos 11% em 1982 (BRENNER, 2003). Segundo o autor, a ascensão da taxa de lucro do setor manufatureiro pouco tem a ver com o aumento da produtividade, mas sim com as diferenças no crescimento salarial e nas taxas cambiais. A média do crescimento da produtividade dos EUA foi de 2,5%, entre 1986 e 1993, o que fica abaixo das médias de outras economias como Canadá e Alemanha; o que ressalta mais uma vez relevância mais acentuada do congelamento dos salários reais, da queda do dólar, e da forte posição comercial americana, imposta por práticas protecionistas. Cabe identificar essas medidas protecionistas do mercado norte-americano como medidas de contratendência; tentando minimizar o peso da competitividade internacional na tendência de queda da taxa de lucro das empresas americanas. Competitividade essa que, vale lembrar, também é fruto de outras medidas contratendências vistas no capítulo II, quando era interessante para os EUA o

investimento e a recuperação dessas potências que hoje fazem frente ao seu poder de mercado. O que também ressalta a dualidade das contratendências.

As contratendências aqui, aplicadas em favor da recuperação das taxas de lucro, são inescrupulosas. A falência das empresas, e o alto nível de desemprego foram fundamentais para que se obtivessem esses resultados. Tudo isso foi proporcionado pelo capital especulativo, que agora se colocava como real intuito dos empresários, deixando em segundo plano a realização de sua produção. Isso é preocupante tendo em vista o descolamento entre a economia real de fato, a economia produtora de valor, e a economia especulativa, que rearranja valores fictícios que muitas das vezes nada tem com o real e concreto mundo produtivo. As relações sócio-produtivas aqui ganham um outro nível de camuflagem, ainda mais obscuro e complexo. Nesse contexto, onde as relações que coordenam a economia global estão ainda mais obnubiladas, a desregulamentação e os olhos fechados do Estado deixam ainda mais claro o perigo de se manter essas operações tão descoladas da economia de fato.

Importante dizer que os grandes déficits governamentais desse período, frutos dos gastos militares e dos cortes nos impostos, foram segurados por acordos entre o Ministério das Finanças e companhias de seguro japonesas dentre outras instituições; o que permitiu que esses déficits americanos garantem a expansão da economia japonesa durante a primeira metade da década de 80 (BRENNER, 2003; CHESNAIS, 1996). Isso acaba implicando que essas duas superpotências tinham seu crescimento dependente do crescimento da dívida norte-americana.



Fonte: Dados coletados da *Extended World Tables*. Elaboração própria

Como podemos ver no Gráfico XII, os salários reais, constrangidos pelas políticas de estado incumbidas de neutralizar seu crescimento, segue crescendo de forma até mais dinâmica, apesar desses esforços; no entanto, não conseguem diminuir a distância em relação ao ritmo de crescimento da produtividade do trabalho. Na verdade, essa distância aumenta, se compararmos os valores do início e do final da década, em 10,5% aproximadamente; crescendo a uma média anual de 0,6% por ano⁹. A luta dos capitais contra os salários reais realmente surte efeito, uma vez que eles identificam essa como uma das causas da queda nas taxas de lucro, e não a própria estrutura do sistema capitalista; as perdas, como sempre, são repassadas para os proletários. A produtividade também não cresce de maneira acelerada, o que era esperado tendo em vista a natureza dos investimentos que foram feitos durante a década, no sentido de ações fusões e aquisições.

Uma questão essencial de se comentar sobre a década, é de que os juros elevados continuarem até o ano de 1985, o que aumentou o fluxo de dinheiro de todo o mundo para os Estados Unidos. Enquanto isso o setor manufatureiro sofria diante do dólar elevado. Dois fatores pressionaram os fabricantes americanos nesse período: os altos custos de empréstimos; e a drástica redução da demanda (BRENNER, 2003). Por conta disso, durante os primeiros anos da década, o setor manufatureiro apresenta duros

⁹ Dado conferido através de regressão log-linear, com 5% de significância.

déficits comerciais. Nesse contexto, as importações de produtos japoneses e oriundos dos Tigre Asiáticos, só fazia aumentar.

Apenas quando o governo induziu uma queda acentuada no dólar, ele pode administrar uma recuperação depois de 1985. Um aumento da competitividade internacional, e um drástico aumento da orientação da economia manufatureira guiada para as exportações foram facilitadas, permitindo aos EUA lançarem um processo de recuperação da lucratividade (BRENNER, 2003). Segundo Brenner (2003), essa queda do dólar foi acordada através do Acordo do Plaza de 1983, onde, sob pressão norte-americana, as potências do G5 se reuniram e assinaram um acordo concordando em agir conjuntamente para reduzir a taxa de câmbio do dólar, para salvar o setor manufatureiro americano.

Sobre as políticas protecionistas dos EUA, temos que dar ênfase ao fato de que, mesmo pregando um liberalismo comercial como prática para países subdesenvolvidos, eles mesmos nunca foram partidários desses ideais. Desde o início da década de 80, o governo se lançou a impor as chamadas “restrições voluntárias às exportações” sobre a indústria automotiva japonesa, com o intuito de minguar a penetração das importações de carros japoneses no mercado norte-americano (BRENNER, 2003). Essa prática se tornou comum para as administrações futuras, que também lançavam ameaças de fechamento de mercado para os países do leste asiático. Como exemplo desses esforços temos os “Acordos sobre Semicondutores” de 1986 e 1991, forçando o Japão a concordar com metas que visavam o aumento das exportações de chips americanos no mercado japonês. Temos também a “Lei Múltipla de Comércio e Competição de 1988 (chamada de “Super 301”), que buscava estender o alcance da Lei Comercial de 1974 a um número bem maior de países comerciantes, para limitar importações. Também temos a “Lei de Impedimentos Estruturais de 1989”, que visava uma adicional abertura dos mercados japoneses. Além disso, foram tomadas uma série de medidas hostis com a finalidade de abrir as economias da Coreia e Taiwan (BRENNER, 2003). Essas medidas deixam claro o poder global norte-americano, e a sua determinação em tentar segurar a queda da sua taxa de lucro.

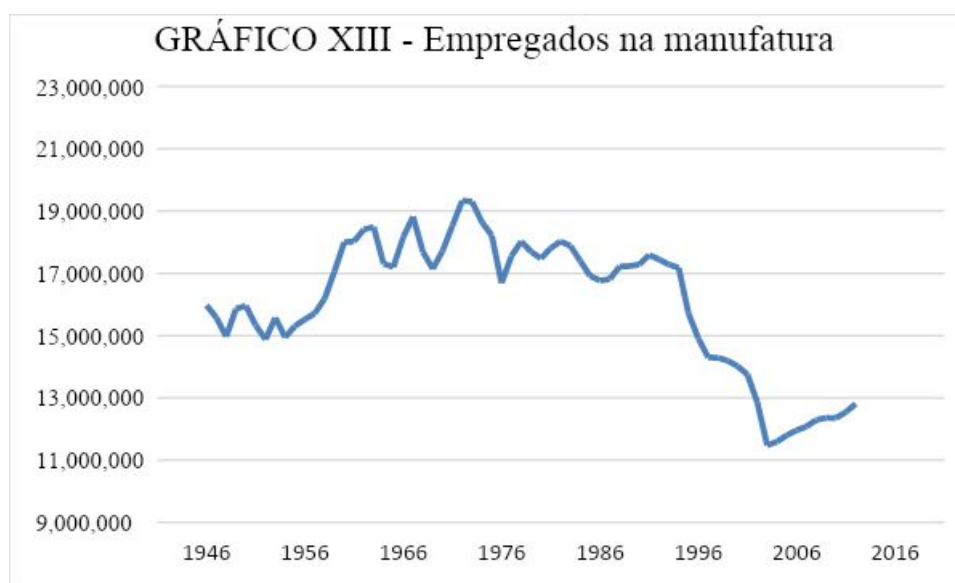
Ao fim da década, as empresas norte-americanas pagaram um alto preço pela bonança dos mercados financeiros, ficando estagnadas nas suas taxas de crescimento dos investimentos, e sofreram uma grave crise de endividamento que perdurou até o início da década de 90 (ROBERTS, 2016).

3.2 Os Instáveis anos 90

A entrada nos anos 90 aconteceu em meio a uma séria crise de endividamento das empresas norte-americanas, que haviam se esbaldado na década anterior. Relacionado a isso, ainda existia a questão de que elas estavam com seus investimentos estagnados, e a concorrência externa se acirrava, com o advento dos Tigres Asiáticos inundando o mercado com seus produtos de baixos preços, graças à barata mão de obra. Segundo Belluzzo (2013), o chamado “modelo asiático” tem uma relação simbiótica — utilizando suas próprias palavras — com as transformações financeiras e organizações que deram origem às novas formas de concorrência entre as empresas dominantes dos Estados Unidos, Europa e Japão. Isso revela mais uma vez a característica de dualidade das ações que os agentes econômicos e governamentais tomaram com vistas a estabelecer uma contratendência à queda da taxa de lucro. A procura e a corrida por investimentos em países com mão de obra mais barata, para diminuir os custos com capital variável, e se apropriar de mercados antes não explorados, nas décadas anteriores, resultou num primeiro momento como um alívio ao declínio da taxa de lucro. Mas agora, com o acirramento da competição internacional, e a inundação de bens de consumo no mercado mundial, revelam o duplo efeito dessas estratégias.

Nesse cenário, uma nova rodada de déficits americanos se viu necessária para catalisar um novo crescimento cíclico, doméstico e internacional. No entanto, com o nível do endividamento contraído na década anterior, uma nova leva de déficits ameaçou o início de uma grande pressão sobre o crédito. Em resposta a isso, o governo Clinton, se colocou no dever de equilibrar o orçamento, aproximando os EUA das designações políticas do consenso internacional; o que resultou, dada a orientação pela restrição fiscal e monetária e pela restrição ao fornecimento de crédito do mercado

europeu, em uma estagnação da demanda agregada por todo o sistema internacional (BRENNER, 2003; CHESNAIS, 1996; GUTTMANN E PLIHON, 2008). Com a austeridade veio mais uma queda dos gastos governamentais, e junto com ele também caíam no nível de emprego e o crescimento salarial. Os fatores que sustentavam a demanda agregada foram cada vez mais se enfraquecendo. Mais uma vez o sistema dependia da prática de endividamento das empresas privadas.



Fonte: Dados colhidos do *Federal Reserve Bank of St. Louis*. Elaboração própria.

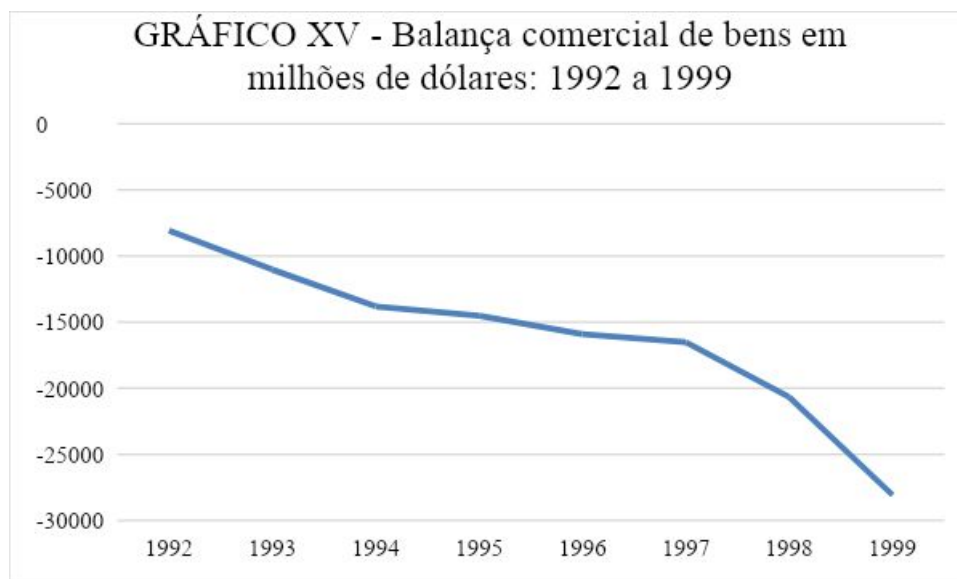
Como podemos ver pelo Gráfico XIII, a partir do ano de 1992, os empregos na manufatura sofrem uma queda vertiginosa, sem precedentes. Isso demonstra a grave crise na demanda agregada pela qual passava a economia norte-americana durante a década. Mesmo com a migração para os setores de serviços, que já havia tido início na década passada, não seria suficiente para alocar o montante de trabalhadores que perderam seus empregos durante a década. No Gráfico XIV podemos ver como foi a evolução dos salários durante a década.



Fonte: Dados coletados da *Extended World Tables*. Elaboração própria

Segundo os dados, a desaceleração do crescimento dos salários diminuiu ainda mais do que na década de 80. Em contrapartida a produtividade da mão de obra aparenta ter aumentado seu dinamismo. A diferença entre esses fatores do início ao final da década cresceu 17,4%; sob uma média anual de crescimento de 2,1% ao ano¹⁰. De fato, segundo Brenner (2003), as empresas tentaram recuperar as taxas de lucro através do redirecionamento das atividades, e a contenção salarial; ao invés de buscarem um aumento de produtividade. O impacto no poder de compra, e por conseguinte na demanda agregada, é óbvio; o resultado é que cada vez mais os produtores se voltavam para o mercado externo, uma vez que o interno estava estrangido (BRENNER, 2003). Nesse contexto, a relação simbiótica referida por Belluzzo (2013) ganha contornos mais nítidos, com a grande migração que já vinha acontecendo de capitais para a China e Leste Asiático; com o intuito, não só de ganhar esses novos mercados e reduzir os custos do capital variável, mas também, principalmente, de vender para o próprio mercado norte-americano sem os custos de se investir nacionalmente em capital produtivo. O resultado disso pode ser visto no Gráfico XV.

¹⁰ Dados conferidos através de regressão log-linear, com 5% de significância.



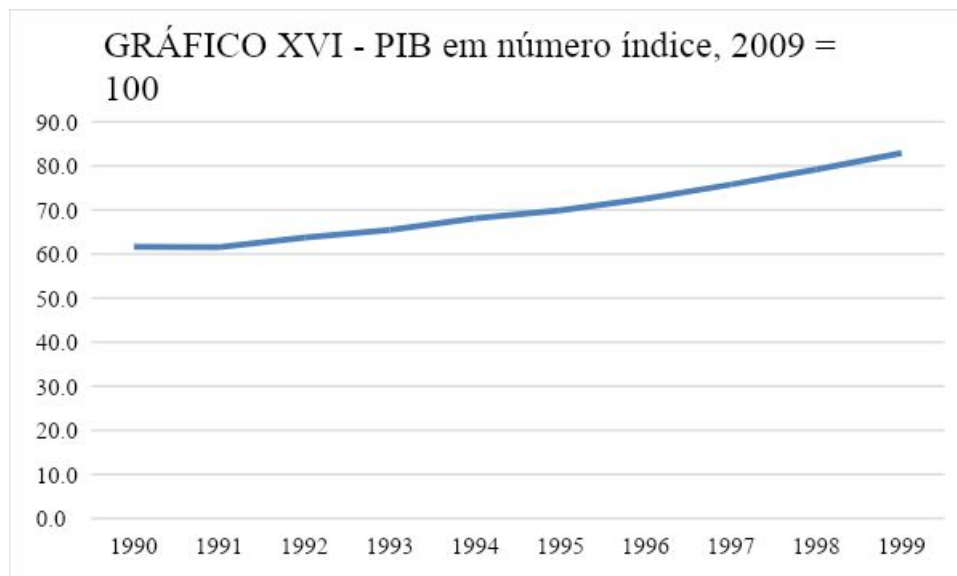
Fonte: Dados colhidos do *Federal Reserve Bank of St. Louis*. Elaboração própria

A Balança comercial de bens de consumo apresentou uma queda vertiginosa durante esse período, muito por conta da própria importação de produtos de empresas multinacionais americanas estabelecidas no Leste Asiático. A migração dessas empresas, como demonstrado anteriormente, faz com que os empregos despencem em meados da década; o que deprime ainda mais a demanda agregada.

A busca por maiores taxas de lucro, quando se observa na história contemporânea, é a perfeita negação da teoria de Smith, de que os interesses individuais levariam a um benefício comum. Foi a própria preocupação dos empresários quanto as taxas de lucro que inibiu o crescimento dos salários e a arrecadação fiscal que fez diferença no processo de endividamento estatal. Como resultado temos uma crise de demanda agregada, e uma crise de dívida pública. A solução dos tomadores de decisão passa por medidas de austeridade, que inibem ainda mais a demanda agregada; e pelo incentivo ao capital para procurar mercados externos que possam consumir o que a sua própria população não sustenta mais.

A globalização acirrava cada vez mais a concorrência no mercado internacional, com as exportações tendo um papel mais central. Nesse cenário, as taxas de câmbio, acentuadamente crescentes, jogavam grupos econômicos em crises; que por vezes eram acompanhadas por bolhas financeiras no setor manufatureiro (BRENNER, 2003; DUMÉNIL E LEVY, 2011). Segundo Brenner (2003), com a recusa dos governos em

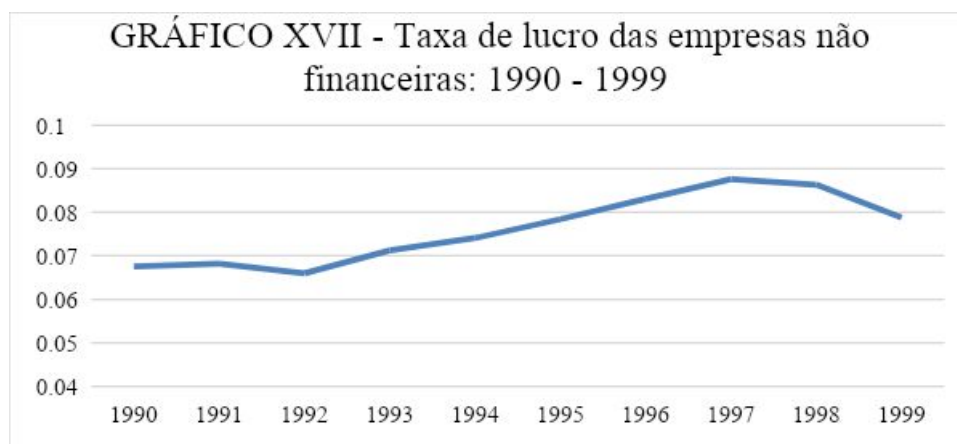
proporcionar o estímulo fiscal usual à estabilidade, o Japão e as potências europeias mergulharam em uma recessão sem precedentes desde o fim da guerra; ao passo que os Estados Unidos sustentam uma “recuperação sem empregos”.



Fonte: Dados colhidos do *Federal Reserve Bank of St. Louis*. Elaboração própria.

Como vemos no Gráfico XVI, o PIB da década de noventa já apresenta o crescimento mais estável do que da década anterior. No entanto, essa estabilidade carrega esqueletos no armário, uma vez que não corresponde a uma prosperidade no âmbito social; já que a demanda agregada aparece extremamente incapaz de absorver os valores que os capitais precisam realizar. Esse crescimento é especialmente resultado dos esforços de endividamento privado para aumentar a relevância externa do país e assim conquistar um crescimento através de exportações (GUTTMANN E PLIHON, 2008). Vale lembrar que o endividamento dessa década, diferente da década de 80, não tem em sua principal motivação a especulação dos ativos financeiros, mas sim o investimento para fazer frente ao poder de concorrência dos países do leste asiático que possuem uma mão de obra muito mais barata. Mas uma vez vale ressaltar aqui o caráter dual da internacionalização dos mercados; que agora, com o acirramento da concorrência, se transforma de um fator de contratendência em um reforço à própria tendência de queda das taxas de lucro. Isso demonstra o balé dialético dessas forças que não determinam nada isoladamente, mas vão transformando o cenário a medida em que vão se sobrepondo uma a outra pelo caráter dual de medidas que não modificam em

nada da estrutura do sistema capitalista, mas que por um período de tempo, podem amenizar suas crises, dando a ideia de que o sistema é domável.



Fonte: elaboração própria com dados coletados do *Federal Reserve Bank of St. Louis* e do *Bureau of Economic Analysis*.

Sobre a evolução da taxa de lucro durante a década de 90, podemos ver no Gráfico XVII, que depois dos programas de austeridade do governo Clinton, o resultado é positivo para o crescimento da taxa, que segue crescendo até ultrapassar um patamar que não havia sido alcançado desde antes da década de 50. Brenner (2003) explica esse fenômeno como sendo fruto da desaceleração da demanda agregada interna, que contribuiu para a evacuação de uma vez por todas dos meios de produção de alto custo e baixa lucratividade, o que pra ele era indispensável para a recuperação das taxas de lucro. No entanto, há de se imaginar que na verdade o determinante desse aumento nas taxas de lucro tem sua explicação na oferta ao mercado externo num cenário onde Japão e Europa enfraquecem, e a repressão do crescimento salarial e as isenções fiscais e auxílios dados pelo governo favoreciam o investimento nas indústrias para se colocarem de forma mais relevante no setor externo, fazendo frente aos países do Leste Asiático, investindo neles.

Brenner (2003) ainda ressalta que não há evidências de que o sistema tenha superado nesse momento o excesso de oferta de meios de produção do setor manufatureiro, o que ele atribui como o principal empecilho à continuidade do processo de acumulação de capital. Contudo, essa visão parece não contemplar o fato de que os limites impostos ao processo de acumulação estão na própria estrutura do capitalismo. De fato, revolucionar as técnicas produtivas e reformular seu capital constante de forma

a torná-lo mais produtivo e sustentável, são fatores que têm um impacto na fatia de lucro que o capital vai se apropriar, mas não na taxa de lucro do sistema, muito pelo contrário. O que vemos é uma busca por algo que não tem solução, e qualquer medida tomada em prol dessa busca surte efeitos danosos na população e no trabalhador; enquanto que resolve temporariamente os problemas da classe que se apropria dos valores capitais.

O que fica de resultado dessa busca desenfreada pela recuperação das taxas de lucro no final da década de noventa, são empresas finalmente aumentando suas taxas de lucro sobre um preço pago pela população. Diminuição dos empregos na manufatura decorrente da migração de capitais; crise na demanda agregada por conta do desemprego e da estagnação dos salários; a necessidade de sustentar um crescimento baseado em gastos militares; e a diminuição ainda mais acentuada dos gastos com a população por conta do endividamento governamental fruto da crise de arrecadação fiscal. Esse preço pago pela sociedade é de uma conta estrutural e sistêmica, que nunca vai ser paga; porque o capitalismo não é sustentável¹¹. A realidade é dialética, e a história da humanidade caminha por conta disso. Os custos da sustentação do poder econômico e social de uma classe são sempre pagos pela exploração de outra, e é só dissecando a história que podemos ver que a luta de classes está longe de ser superada, mas está cada vez mais mascarada.

Os últimos anos da década, por fim, são marcados por outra recessão; a primeira da atual conjuntura “globalizada”, que foi convencionalmente chamada de Crise dos Tigres Asiáticos. No ano de 1997, uma série de políticas monetárias equivocadas, com moedas da Tailândia e Coréia do Sul sendo altamente desvalorizadas, aliada ao aumento de problemas sociais nesses países, frutos de administrações desastrosas, ocasionaram uma fuga de capitais que levou essas promissoras economias a um grave colapso econômico. Depois de atingir Hong Kong, a crise tomava proporções desastrosas para boa parte do resto do mundo (KRUGMAN, 2006). Esse é o problema com o capital especulativo, os ganhos são ilusórios¹², enquanto que os custos são reais e desastrosos.

¹¹ Referência ao caráter histórico e não natural da relação social de produção discutido no capítulo I deste trabalho.

¹² No sentido de não produzirem valores de fato. Como discutido no capítulo I, são uma contratendência servindo de contraste a queda das taxas de lucro.

A economia real sofre o preço da bonança especulativa quando a perspectiva de que os valores do capital fictício e do real estão muito distantes. O resultado é que, mesmo os valores reais criados já não conseguem se colocar com seus valores individuais no mercado, tendo que aceitar os sociais; e vão sendo desvalorizados à medida que — e na proporção de que — a especulação demasiada e perigosa dos mercados financeiros se revela à luz do dia. Isso não é nada mais, nada menos, do que a não realização de valores; o que é, afinal de contas, o que configura uma “crise”. Não tratam como crise o desastre econômico e social dos países vítimas de capitais especulativos. Não tratam como crise as mazelas e a degradação humana enfrentada por grande parte da população mundial vítima da fome, do desemprego e das péssimas condições de vida de países subdesenvolvidos. Realidades que, a propósito, aconteciam mesmo nos períodos de bonança das taxas de lucro. Não, a crise para o mundo capitalista se refere a apenas uma questão: não-valores; e, conseqüentemente, queda nas taxas de lucro.

3.3 O novo milênio e as velhas metas

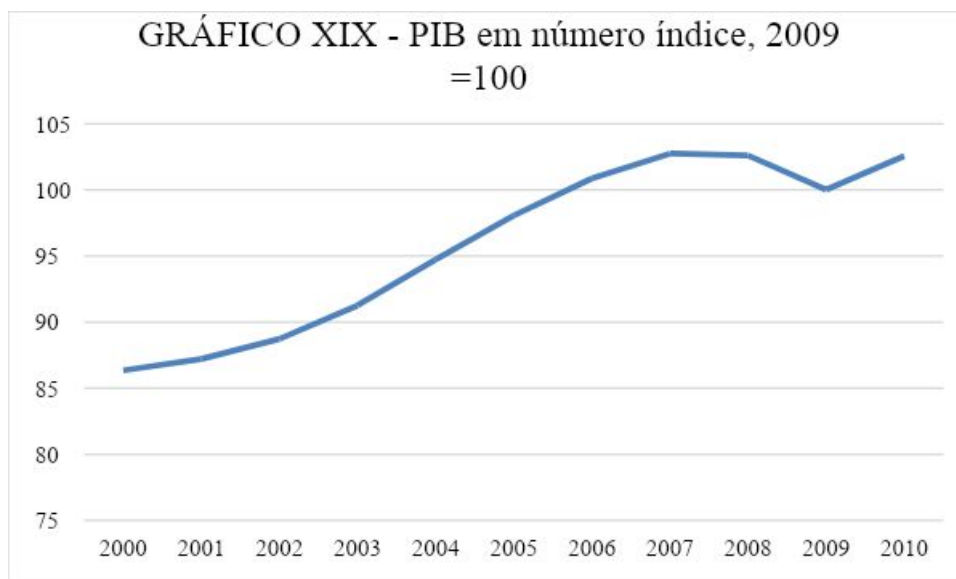
A chegada de um novo milênio, ainda mais do que de um novo século, e, com certeza, muito mais que a chegada de uma nova década, carrega consigo um mínimo de otimismo sobre o futuro. O mais cínico dos homens há de reconhecer que é um período diferenciado, e pode sentir uma leve emoção de esperança pelo rumo dos ares. Mas no contexto dos anos 2000 todo esse sentimento é efêmero; com a média da economia mundial sendo puxada para baixo pelos problemas com o Leste Asiático, como dito na seção anterior, e ainda mais com as economias avançadas se retardando. Os Estados Unidos não escapam desse contexto, e também se encontram em um período de recessão. Segundo Dathein (2011), a queda na taxa de lucro observada no final da década de noventa foi resultado de sobreacumulação, que se perpetuou no início dos anos 2000. Isso corrobora com que foi discutido na seção anterior sobre a não realização dos valores criados. Mas o torpor econômico gerado pela queda nas taxas de lucro não se verifica por muito tempo, como podemos ver no Gráfico XVIII.



Fonte: elaboração própria com dados coletados do *Federal Reserve Bank of St. Louis* e do *Bureau of Economic Analysis*

A recessão foi superada por uma recuperação das taxas de lucro muito forte entre 2001 e 2004. Isso acontece devido a uma severa estagnação dos salários que interrompem a trajetória de baixo crescimento do início da década, ao passo que a produtividade da mão de obra apresenta uma dinâmica muito mais acentuada. Assim como destacam autores como Dathein (2011) e Husson (2008), essa estagnação dos salários provocou uma forte redução da massa salarial no PIB, o que, em tese, deprimiria ainda mais a demanda agregada. Dathein (2011) ainda assinala que, ao contrário, a participação dos lucros no PIB só fizeram aumentar com a recuperação econômica; o que passava por uma drástica redução nos impostos sobre lucros, do patamar de 35% para 25%, já em 2002. A concentração de renda também aumentou bastante no período, tendo em vista a elevação da produtividade em percentuais cada vez maiores que variação salarial; representando, segundo Husson (2008), um aumento na taxa de exploração. Mesmo o resultado adverso no ano de 2005 não pode se configurar como uma reaparição da tendência, uma vez que seguiu crescendo nos anos seguintes até 2007, às vésperas da crise do subprime.

Os custos do governo com gastos militares impulsionaram mais uma vez o crescimento do PIB, chegando a representar 4,8% do total. Segundo Baeza (2008), esses gastos militares representaram cerca de um terço do aumento dos gastos do governo no pré-crise. Os resultados são conferidos no Gráfico XIX.



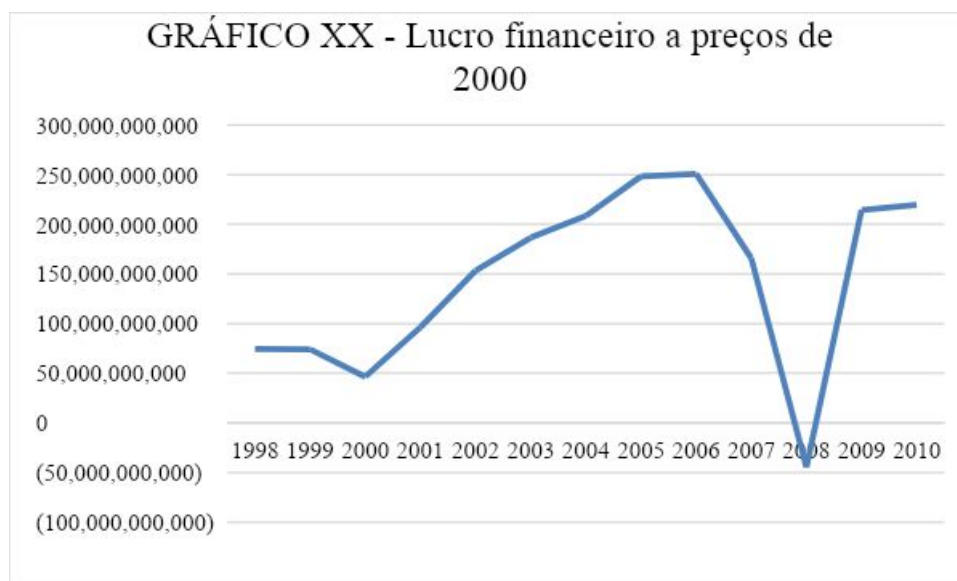
Fonte: Dados colhidos do *Federal Reserve Bank of St. Louis*. Elaboração própria.

Nesse contexto de crescimento do PIB, cerca de dois terços dos investimentos, entre 2003 e 2006, foram no setor imobiliário, que alcançou seu cume em 2005, com 6,2% do PIB; mas já reduziu sua participação no ano seguinte por conta de mais um processo de sobreacumulação nesse setor, o que resultou numa queda no valor das residências a partir de 2006 (BAEZA, 2008). E, mais uma vez, o fator contrarrestante que seguiu as taxas de lucro durante o período foi o grande nível de endividamento (BAEZA, 2008; DUMÉNIL E LEVI, 2011b). Nesse mesmo período os investimentos privados produtivos tiveram um desempenho muito inferior, segundo os autores.

O que começa a acontecer com o setor residencial é o *modus operandi* do mercado especulativo, tal como já vimos na década de 1990. Os valores residenciais começam a cair dada a valorização especulativa que os financistas impõem sobre esses imóveis. Segundo Lewis (2010), ações baseadas em pacotes de títulos hipotecários nada confiáveis começaram a ser vendidas sobrevalorizadas. O rombo das hipotecas inadimplentes é repassado para as que apresentam melhores níveis de solvência. Mas logo os moradores se veem pagando por um preço que não condiz com o valor de seus imóveis, e também os abandonam. Como um efeito dominó isso toma conta do mercado imobiliário norte americano, irrompendo na maior bolha especulativa dos tempos

modernos. Grandes bancos norte-americanos quebraram e outros tantos tiveram que ser socorridos pelo governo (LEWIS, 2010).

No centro disso estava a busca por lucros maiores através de especulação com valores fictícios. É claro que, mais uma vez, quem pagou a conta foi a sociedade, enquanto que o governo “salvava” a economia socorrendo os grandes bancos. Que logo voltariam a se reerguer, como podemos ver no Gráfico XX.



Fonte: Dados colhidos do *Federal Reserve Bank of St. Louis*. Elaboração própria.

A especulação financeira é também uma contratendência, uma vez que permite aos capitais se apropriarem de um valor que produtivamente eles já não conseguem realizar em seus mercados por conta do avanço no processo de acumulação de capital. E, como sempre, em um primeiro momento isso se apresenta como uma alternativa para rendimentos maiores, mas, com o processo de formação de bolhas especulativas, o resultado é mais uma vez a não realização dos valores individuais dos capitais; e tudo acontece por tentarem forçar valores sociais intangíveis e fictícios. O que realimenta a tendência de queda da taxa de lucros novamente, como acontece a partir de 2007, no Gráfico XVIII. Um comentário de Krugman (2006) é bastante pertinente nesse aspecto, quando ele diz que a doença dos investidores é sempre pensar no curto prazo. No caso, sem generalizações, mas poder-se-ia até acrescentar que eles não só apenas pensam no curto prazo, como também não se dão ao trabalho de conhecê-lo de fato.

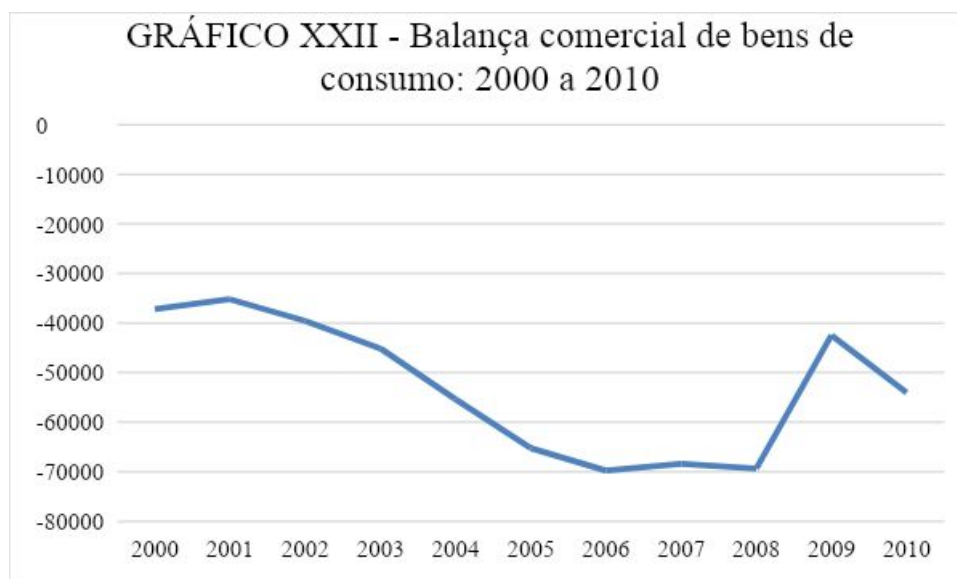
Os sinais da bolha imobiliária eram claramente visíveis, num cenário onde os investimentos produtivos estavam em baixa, assim como os gastos do governo com a população e os salários estavam estagnados. A demanda agregada, tão prezada pelos macroeconomistas, se encontrava claramente deprimida. Sobre a evolução dos salários em relação com a produtividade da mão de obra discutida anteriormente, observa-se o Gráfico XXI.



Fonte: Dados coletados da *Extended World Tables*. Elaboração própria

Assim como na década anterior, os salários demonstram uma evolução estagnada, ao passo que a produtividade da mão de obra aumentou sua aceleração no crescimento, gerando uma ainda maior disparidade entre esses dois fatores. Como vemos, o fator determinante da tendência de queda da taxa de lucro ainda continua presente, e cada vez mais forte. Ou seja, cada vez mais a produtividade do trabalho — fator inversamente proporcional a taxa de lucro — cresce em relação aos salários. O processo de acumulação de capital continua presente apesar dos baixos níveis de investimentos. Segundo Baeza (2008) e Duménil e Lévy (2011b), o fator preponderante que contrarrestou a tendência de queda da taxa de lucro nesse período estava no grande aumento do endividamento. Segundo os autores, o endividamento das empresas aumentou 28,5% durante a década; e o endividamento das famílias apresentou um aumento de 39,9% nesse mesmo período. Os investimentos, como dito anteriormente, foram pífios no setor produtivo, e concentrados no setor imobiliário. Enquanto isso, o endividamento das famílias favoreceu o consumo sem que houvesse um aumento nos

investimentos, o resultado foi um aumento nas importações, fazendo crescer o déficit na balança comercial de bens de consumo, como podemos ver no Gráfico XXII.



Fonte: Dados colhidos do *Federal Reserve Bank of St. Louis*. Elaboração própria

As importações decorrentes desse período ainda correspondem a produtos de multinacionais americanas estabelecidas em países com custos mais baratos para produção. Num cenário onde os salários estavam estagnados, e a produtividade é cada vez mais alta, a contratendência encontrada para sustentar o aumento das taxas de lucro foi justamente um “choque de demanda” através do endividamento das famílias¹³. Dessa forma, permitiu-se o aumento do consumo sem que houvesse gastos em investimentos produtivos; com a retenção dos lucros das empresas sendo usados para financiar a bolha imobiliária que iria estourar nas costas dessas mesmas famílias endividadas alguns anos depois. O pensamento no curto prazo dos tomadores de políticas públicas e dos investidores é negligente para com a sociedade. A busca por uma sustentação de um ritmo de crescimento das taxas de lucro passa sempre a frente de qualquer pensamento desenvolvimentista ou social. Basta a menor variação nas taxas que os tomadores de decisão se lançam nas empreitadas mais arriscadas e irresponsáveis em prol do lucro.

O resultado me faz ser repetitivo, pois uma vez mais as decisões contratendências sendo superadas e se voltando como forças determinantes de uma

¹³ Ver também GUTTAMNN E PLIHON, 2008; e FOSTER E MAGDOFF, 2008

sempre presente tendência de queda das taxas de lucro. O cenário, no entanto, vai se modificando. Ao longo das décadas, mudanças de ordem econômica, social e tecnológica vão acontecendo em torno da dialética que opõem essas forças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao fim de nosso estudo, aqui trataremos de sintetizar a análise da economia norte-americana sob a perspectiva da teoria marxista. Revisitando os fatores mais marcantes da década, reforçando as análises baseadas na teoria, e tentando avançar em certos aspectos da compreensão do funcionamento do sistema capitalista centrado na necessidade constante de acumulação de capital e de elevar sua taxa de lucro.

Com o Pós-Segunda Guerra a economia norte americana pode se beneficiar tanto das reformas feitas a partir da crise de 29, quanto da sua posição hegemônica, financiando a reconstrução dos países devastados pela guerra. Foi com a preparação do terreno na década de 30 que os esforços para se conter o crescimento dos salários os colocaram num patamar de dinamismo inferior ao da produtividade, favorecendo a captação de lucros e o processo de acumulação de capital das empresas norte americanas nos anos seguintes. A implantação dessa contratendência às taxas de lucro¹⁴ assistiu à necessidade dos capitais de terem um ciclo de aumento da taxa de lucros durante um determinado período. Mas esse cenário de prosperidade dos lucros logo alcançou seu cume, e começou a declinar já nos primeiros anos da década de 50. A tendência de queda voltava a dar as caras, e a estratégia contra arremetida de pressionar os salários para baixo já não era mais viável dada a atenção do Estados para com as práticas do *New Deal* que primavam por um pleno emprego e uma demanda agregada aquecida. O pleno emprego reduzia o exército industrial de reserva, e, com isso, aumentava o poder de resistência dos trabalhadores quanto ao nível dos salários, o que ia minando o efeito das contratendências preparadas na década de 30 com o combate aos sindicatos e aos levantes trabalhistas. Vemos então, o paradigma das reformas keynesianas se revelando também como contratendências, permitindo um ciclo de acumulação e, num momento subsequente, trazendo de volta forças e categorias que impactam no declínio da taxa de lucro.

Além disso, o ciclo de acumulação permitido pelas contratendências aplicadas pós-crise, serviu para trazer um excesso de investimentos em grandes massas de capital

¹⁴ Termo discutido no capítulo I.

fixo que, ao longo da década de 50, se mostraram empatados, e determinantes de um crescimento da atividade produtiva, não por um aumento de novos investimentos, mas pela ocupação e utilização desse capital ocioso oriundo de um ciclo de investimentos pretéritos. Importante notar que foi a aplicação da contratendência dos baixos salários que permitiu um aumento nos lucros e, conseqüentemente, um aumento excessivo nos investimentos durante o ciclo produtivo que permitiu a recuperação da crise dos anos 30. Isso nos faz refletir acerca da crítica apresentada por Heinrich (2013), tratada no capítulo I, em que ele discute a fórmula da lei de tendência de queda da taxa de lucros, advogando que, ao mesmo tempo que, com o aumento da produtividade, as indústrias, apesar de diminuírem seu valor de capital variável, também aumentariam seu valor na taxa de mais valia, que é multiplicada pelo numerador da equação. Nossa análise sobre a década de 50, e os anos que à precederam, mostra, no entanto, que essa produtividade crescendo em contraste com a pressão sobre os salários, permitiu um aumento acelerado dos lucros que foram reinvestidos maciçamente no capital global, principalmente capital constante — buscando por aumentos de escala —, que, além de determinar esse capital fixo empatado discutido anteriormente, também é inversamente proporcional a taxa de lucro, segundo a fórmula de Marx. Isso responde à crítica de Heinrich (2013), uma vez que, independente do aumento da taxa de mais valia com a produtividade, os capitais sempre vão ser obrigados, pela concorrência do mercado, a investir o quanto puderem, aumentando o denominador da fórmula; não é possível, portanto, pausar o processo de acumulação para que se possa fazer sentido a crítica do autor. Da mesma forma é respondida a crítica de Okishio (1961), também tratada no capítulo I, e que também sugere uma cadência e racionalidade parcimoniosa no que tange aos investimentos. Aqui vemos que tal realidade é tão ilusória quanto qualquer conto de fadas, uma vez que os capitais são obrigados a investir e se tornarem maiores, mais agressivos e concorrenciais; é uma questão de sobrevivência ao mercado capitalista, e não de planejamento pensado conforme o entendimento dialético e estrutural do sistema.

A queda nas taxas de lucro é estancada em 1953, e essas passam a ficar estagnadas ao longo da década; no entanto, a um patamar bastante inferior ao do início do declínio. O que salvou ou permitiu um estancamento dessa queda foi outra contratendência, presente no mercado externo; com a internacionalização das

multinacionais norte-americanas e de seu próprio Estado. O que por um lado foi positivo para os capitais que conseguiram uma válvula de escape, migrando e investindo em mercados externos; e por outro foi penoso, pelo fato de cobrar do Estado americano uma presença internacional fazendo frente à uma possível influência soviética nas potências que estavam se reconstruindo; e também das que começavam a se industrializar.

No final dos anos 1950, e nos primeiros anos da década de 1960, a tendência de queda nas taxas de lucro volta a imperar no cenário americano; que, em meio à Guerra Fria, era caracterizado com um ambiente dividido entre a paranóia e o medo da guerra nuclear, e a produção desenfreada de bens de consumo. Nesse contexto, o crescimento do PIB era mais uma vez determinado pelos gastos militares, visto que os investimentos continuam estagnados por conta da ocupação de capital ocioso. O crescimento da economia durante a década, ainda que apresentando um ritmo mais dinâmico que na década anterior, cresceu menos que o dos países que se recuperavam da guerra; o inverso acontecia em relação aos salários, que cresciam a um ritmo mais acelerado do que dos outros países, em relação às respectivas produtividades de sua mão-de-obra. Mais uma vez, foi graças ao comércio externo que as taxas de lucro conseguiram reverter o processo de queda e voltar a subir em 1963; com os mercados internacionais absorvendo a produção das indústrias norte-americanas. O fator contra arremetente do setor externo guiando a recuperação da taxa de lucros é bastante óbvio aqui, mas não muito duradouro. Em 1966, as taxas de lucro voltam a cair por conta do acirramento da concorrência nos mercados internacionais, com Alemanha e Japão disputando terreno no cenário global. Isso é mais uma manifestação do efeito duplo das contratendências; que, agora, com o aumento da competição global, se lançam numa corrida para aumentar a produtividade e ganhar mercados. Essa busca geral e incessante por aumentar a produtividades de seus capitais, unida aos esforços para combater o crescimento dos salários, não só nos Estados Unidos, mas no mundo, é determinante de uma tendência de queda nas taxas de lucro nos países do G7 no final da década, por conta do caráter de dualidade das contratendências. Agora esses países também começariam a sofrer com o excesso de capacidade instalada e baixo investimento.

Além disso, a crise de endividamento norte-americana se agravava cada vez mais. Com déficits recorrentes na balança de pagamentos e na balança comercial; principalmente em relação aos seus principais concorrentes, Alemanha e Japão. Somado a isso, os gastos militares, que impulsionaram o PIB norte-americano, colocavam o sistema monetário em crise; ainda mais num regime onde o dólar era pouco manobrável por conta de seu lastro em ouro. As medidas contra arrestantes tomadas ao longo dos anos vão, uma a uma, se convertendo de aliadas em algozes da taxa de lucro. Nesse momento, era chegada a hora para os tomadores de política pública abandonarem certas determinações, acordos e até escrúpulos, para que as taxas de lucro retornassem a crescer.

O crescimento produtivo continuou sua trajetória ascendente nos anos 1970, mas a tendência de queda da taxa de lucro acelera a sua dinâmica declinante; e no início da década medidas importantes já são tomadas para reverter essa situação. Em 1971 já se rompe o padrão dólar-ouro, permitindo que a moeda americana se desvalorize ao passo que o marco e o iene aumentassem sua valorização no mercado cambial. Ao mesmo tempo, o governo se lança no esforço de aumentar as barreiras protecionistas, repassando os custos da desaceleração da acumulação de capital para os produtores internacionais. Uma série de medidas foram tomadas com esse intuito de proteger o mercado consumidor norte-americano ao mesmo tempo em que se operava uma série de desregulamentações financeiras. Essas desregulamentações deram condição aos bancos de se tornarem fundamentais no sistema internacional na tarefa de reciclagem dos petrodólares depois do primeiro choque do petróleo em 1973. Em tese, todas essas medidas eram tentativas de contra-arrestar a tendência de queda das taxas de lucro, mas o resultado não foi o esperado pelos tomadores de política pública. As exportações norte-americanas continuaram no mesmo patamar por conta da recusa de seus concorrentes internacionais em ceder terreno, aceitando preços e taxas de lucro mais baixas. De fato, como apontado durante o capítulo II, nesse período da década de 1970, a Alemanha e o Japão tiveram os piores resultados na diminuição das taxas de lucro entre os países do G7.

Mesmo com todos esses esforços da política econômica norte-americana, as taxas de lucro caíram ao patamar mais baixo desde a recuperação do pós-crise da década

de 30. Dessa vez, os capitais não puderam contar com a contratendência do mercado externo para realizar seus valores produzidos; uma vez que seus concorrentes se recusaram a abrir mão de seu espaço, e, com isso houve uma abundância de oferta no mercado. Essa oferta não permitia que os preços crescessem no mesmo ritmo dos custos produtivos em investimentos de escala, que os capitais, sempre reforçando, eram obrigados a aumentar por conta do aumento da concorrência. A resposta para isso foi dada, prioritariamente, nos esforços para conter a evolução dos salários. Estes, durante a década, apresentaram uma séria estagnação, com a produtividade da mão-de-obra crescendo lentamente nos Estados Unidos. Essa estratégia também foi difundida pelas economias do G7, que se concentraram, assim como os EUA, na contenção salarial e na diminuição dos gastos sociais; o que culminou no aumento do número de falências de empresas nesse período, por conta do impacto negativo na demanda agregada que não permitia a realização dos valores produzidos pelos capitais menos produtivos. Nesse contexto, foi a abundância de crédito internacional que permitiu a continuidade do crescimento durante a década; deixando as economias mais dependentes do capital financeiro e aumentando o mercado especulativo. Os problemas dessa dependência não tardaram a aparecer, pois, em meio a mais um choque do petróleo em 1979, a economia norte-americana, apresentando resultados de aumento da inflação, e persistentes déficits na conta corrente, decide mais uma vez abalar a economia global em prol de recuperar seu ritmo de acumulação de capital, aumentando sua taxa de juros, no famoso Choque Volker. O resultado é uma crise de endividamento internacional — principalmente dos países em desenvolvimento que dependiam da reciclagem dos petrodólares para financiar seus investimentos —, e uma séria restrição ao crédito internacional, que iria se agravar nos próximos anos.

O que aconteceu, em síntese, foi que o acirramento da concorrência internacional dificultava a realização dos valores produzidos pelos capitais por conta da abundância de oferta. A realização desses valores não era possível simultaneamente a um aumento das taxas de lucro, o que fez com que elas continuassem seguindo sua tendência de queda durante a década. Mas a concorrência obriga os capitais a continuarem incorrendo em custos para crescer e fazer frente aos outros capitais. O que passa a financiar esse crescimento com maior protagonismo é o acesso ao crédito. O

capital financeiro então passa a ter um papel mais importante nas relações produtivas garantindo a continuidade do processo de acumulação como uma contratendência. A dependência do crédito para o setor produtivo alcança um novo patamar, e as relações sociais do capital vão sofrendo mais uma vez metamorfoses para que o sistema continue seu processo de acumulação. Metamorfoses essas que são fruto do confronto entre as tendências estruturais e as resistências combativas num contexto dialético de transformação e superação de categorias. Importante, no entanto, refletir que não necessariamente essas transformações representam avanços sociais; nesse caso, muito pelo contrário. O confronto dialético dessas forças contrárias, ao longo dos chamados anos dourados, determinou o fim de paradigmas que primavam pelo pleno emprego e pelo assistencialismo social, não só nos Estados Unidos, mas em grande parte do mundo desenvolvido.

Os anos 1980 têm início com a escassez de crédito internacional e com as orientações neoliberais tomando para si as rédeas da economia global. A recessão trazida pelo choque Volker, fez com que o mundo capitalista passasse pela pior crise desde os anos 1930. Com a dificuldade em se financiar pela via do crédito financeiro, os capitais de alto custo e baixa lucratividade foram sendo excluídos do mercado, o que os formuladores de política pública acreditavam ser de extrema importância para a recuperação das taxas de lucro. Essa dinâmica resultou no aumento do desemprego — também impactado pela migração de capitais para outros países —, e das falências de empresas; aliado a isso, os primeiros anos da década foram marcados por uma redução dos gastos sociais associada a uma diminuição dos impostos para ricos. O que acabava por determinar uma distribuição de renda em favor do capital. Importante ressaltar que as isenções tributárias meramente serviram para aumentar a margem de lucro dos empresários, sem que houvesse um aumento correspondente nos investimentos produtivos. Por trás do arrocho do crédito, também constavam a preocupação com a inflação crescente fruto da bonança creditícia do período anterior — um estado de estagflação, na realidade, com aumento dos preços e retardo da economia.

O crescimento no período da década de 1980 foi novamente guiado por um aumento nos gastos militares; o que, com as tributações em baixa, contribuiu para um aumento ainda mais acentuado do endividamento do governo. O que de fato aponta que

não houve absolutamente uma ruptura com o receituário keynesiano de se aumentar o endividamento para custear o crescimento; a diferença é que não se tinha mais a preocupação com o pleno emprego, a demanda agregada nacional e os gastos sociais. O crescimento do PIB americano nesse contexto continuou a acontecer, no entanto, a um patamar bem mais modesto do que nas décadas anteriores. É nesse contexto que, em 1982, acontece a restrição absoluta ao crédito internacional, levando uma série de bancos estrangeiros à beira de um colapso, e gerando uma séria crise de endividamento nos países subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo, a desregulamentação financeira e as medidas protecionistas tomavam mais destaques no planejamento americano. Nesse ambiente, os investimentos tiveram que vir, prioritariamente, do endividamento privado; de empresas que se alinhavam com financistas e especuladores, com o intuito de ganhar em cima de processos de fusão e aquisição. O capital financeiro se apropriou de capitais obsoletos e ineficientes com o intuito, não de recuperá-los, mas engloba-los no sistema especulativo, retirando algum lucro de suas operações. Esse endividamento privado se acelera ainda mais conforme a crise de escassez do crédito vai se desenhando, e a especulação financeira passa a ditar a retomada do crescimento dos lucros.

A prática adotada pelos capitais para recuperar o lucro determinava mais uma vez o aumento do desemprego por conta das empresas que iam à falência no novo regime. Isso deprime a demanda agregada, que, aliada a altos custos para se produzir, prejudicava os fabricantes nacionais; principalmente com o dólar valorizado e a alta da taxa de juros que vigorou até 1985. O caráter dos investimentos nesse período não permitiu um aumento da produtividade a um ritmo mais dinâmico — ficando abaixo da média de crescimento dos países desenvolvidos —, porém, o crescimento dos salários foi atenuado ao ponto de, no final da década, a diferença entre a produtividade e o preço da mão de obra ter aumentado. Isso foi resultado de uma série de medidas combativas à evolução salarial, e do aumento absoluto do exército industrial de reserva, fruto das novas orientações de investimentos. Enquanto isso, as taxas de lucro, apesar de estagnadas por boa parte da década, apresentam um sinal de recuperação nos últimos anos — guiadas pelo capital financeiro e pela prática de investimento em fusões e aquisições, pelas pressões sobre os salários e pelas isenções fiscais —, voltando a atingir o patamar dos resultados da década de 50. Importante ressaltar que tais práticas

contra-arrestastes foram também determinantes de uma queda no ritmo da produtividade, aumento do desemprego, diminuição nos investimentos produtivos e da menor taxa de utilização da capacidade instalada desde o Pós-Guerra. Nesse cenário, países que começaram a se desenvolver industrialmente na década de 1960, utilizando capital tecnológico ultrapassado, começam a ganhar terreno com seus baixos custos produtivos, mão-de-obra barata e grandes mercados, são os chamados Tigres Asiáticos.

Dessa forma, o capital financeiro passa a ser a principal forma de contra-arrestar a tendência de queda das taxas de lucro, e permitir a continuidade do processo de acumulação. O Estado se colocou no papel de proteger as novas modificações das relações produtivas, colocando-se totalmente ao lado do que mostrava ser a melhor alternativa para os lucros; sob um preço social imenso, tanto nacional quanto internacional. Na história, a década de 1980 ficou marcada como a década perdida, por conta de seu crescimento desacelerado, da queda dos investimentos, das falências empresariais, do aumento do desemprego e da deterioração do padrão de vida norte-americano. Ao denominarmos essa década como perdida, porém, vemos que ela se desenvolveu assim, em grande parte, por conta das medidas contratendências implementadas para recuperar o lucro. Que obtiveram sucesso, alias. O custo para se frear as limitações impostas pela própria estrutura do processo de acumulação, foram, como sempre, jogadas nas costas da classe trabalhadora. Para a parcela dos capitalistas que se beneficiaram momentaneamente com a ascensão das taxas de lucro, essa década não pode, necessariamente se dizer “perdida”. É claro, que só foram contemplados pelos resultados dos lucros aqueles que se renderam ao novo ditador das relações sociais de produção, o capital financeiro e especulativo.

Como preço da atividade financeira dos últimos anos da década de 1980, os anos 1990 tem início com uma séria crise de endividamento que já começava a ameaçar a estabilidade da economia norte-americana desde 89. O receituário do Consenso de Washington previa um ajuste monetário global para se recuperar da grande instabilidade trazida pela década de passada. Com isso, as potências passam a adotar uma série de medidas de austeridade fiscal, contendo ainda mais os gastos para se recuperarem da crise de endividamento. Com isso, a demanda agregada fica ainda mais deprimida, e a dependência do mercado externo para que se realizem os valores produtivos das

indústrias fica ainda mais evidente. Assim, os capitais aumentaram sua migração para a China e os países do Leste Asiático; não só para ofertarem em seus mercados, mas também para se utilizarem de sua mão-de-obra mais barata para a produção de bens de menor custo, e revendê-los em seu próprio mercado norte-americano. Isso reverbera em uma queda vertiginosa na balança comercial, com o aumento das importações. O financiamento para esse tipo de manobra foi novamente o endividamento das empresas privadas; mas, dessa vez, dada a dependência do setor externo para sustentar a acumulação de capital, e dado o acirramento da concorrência no mercado internacional com os Tigres Asiáticos, os investimentos se deram no sentido de aumentar a produtividade dos capitais e deixá-los mais competitivos.

Enquanto isso, dentro dos Estados Unidos, o resultado da migração excessiva de capitais, aprofundou o desemprego, deprimindo ainda mais o crescimento salarial. Estes, os salários, apresentam-se ainda mais estagnados do que nas décadas anteriores, ao passo que a produtividade apresenta um crescimento mais dinâmico; aprofundando o abismo entre a taxa de exploração da mão-de-obra e seu pagamento. Com esses resultados, as taxas de lucro atingem um patamar que não haviam alcançado desde antes da década de 50. Isso configura nos EUA um estado de recuperação sem empregos; com o PIB crescendo a marcha lenta, porém, a um ritmo maior do que na década de 1980. Isso acontecia ao mesmo tempo em que o Japão e os países europeus, seguindo as medidas de austeridade, mergulhavam em uma profunda recessão; a maior desde o fim da guerra.

No entanto, a continuidade do processo de acumulação dos EUA nesses moldes, com o crescimento das taxas de lucro se baseando nos investimentos no mercado externo, num contexto em que seus concorrentes mais desenvolvidos passavam por um período de recessão, logo ruiu quando se deu a crise dos Tigres Asiáticos em meados de 1997. A não realização dos valores capitais, sobrevalorizados pelo processo especulativo, decorrente da crise dessas novas economias, causou danos desastrosos; que fizeram com que o final da década fosse marcado por um novo declínio das taxas de lucro, e uma crise de proporções globais.

A estratégia contratendencial utilizada nesse período fundiu o capital especulativo, que já estava sobre o domínio das relações sociais produtivas, com o processo de migração de capitais, investindo em países com menores custos de mão de obra. O resultado foi mais uma vez a contratendência mostrando sua dupla faceta, quando, com o acirramento concorrencial e instabilidade dessas novas economias do Leste Asiático, temos a não realização de valores especulativos investidos nessa nova proposta de acumulação. Os valores reais dependentes da continuidade dessa imprudência financeira também foram afetados, e não conseguiram se realizar; o que determina mais uma vez um cenário crítico para a economia global e norte-americana.

O início da década de 2000, seguindo o padrão das anteriores, está inserido num contexto de recessão. Mas o crescimento volta a se recuperar logo na sequência, prioritariamente guiado pelos gastos militares. Porém, outro fator que se apresentou bastante relevante na recuperação do PIB americano, foram os investimentos no setor imobiliário, que apresentavam um crescimento bastante acima dos investimentos no setor produtivo. Os investimentos nesse setor garantiram a ascensão das taxas de lucro a patamares sem precedentes. Outro fator determinante dessa ascensão foram os salários que se mantiveram severamente estagnados durante a década, em contraste com a produtividade que seguia crescendo a um ritmo ainda mais acelerado. Aliado a esses dois fatores, o período ainda contou com mais uma forte redução de impostos sobre os lucros; e a economia, para os investidores, nunca esteve tão bem e segura.

Mas já em 2006, o setor imobiliário apresentava alguns sintomas preocupantes, com a diminuição do ritmo de crescimento graças ao processo de sobrevalorização das ações hipotecárias. Nenhuma medida foi tomada para reverter ou remediar a tragédia que se seguiria, pois, enquanto o setor continuava lucrativo, os agentes não se importavam com os custos subsequentes. O estouro da bolha em 2008 atingiu um patamar comparável apenas com a quebra da bolsa de 29. As práticas que levaram a essa bolha foram consideradas criminosas, e foram responsáveis por uma grave crise habitacional, social e econômica, no país e internacionalmente. O mundo passou a sentir na pele, e a temer, um pequeno estrago que o capital especulativo pôde ser capaz de realizar. Mas no final das contas, os bancos foram salvos pelo governo, e passaram a já operar com lucros no ano seguinte. A sociedade se inquietou pelo medo da crise. As

pessoas que não viveram a grande depressão puderam ter uma noção do quanto assustadora é a economia.

Vimos que as contratendências se estabeleceram ao longo dos anos sempre que requisitadas pela iminência de queda das taxas de lucro. E elas sempre tomavam a frente de qualquer política pública em detrimento de uma série de outros fatores que ficavam em segundo plano. Mesmo com as orientações keynesianas, a preocupação mor sempre foi a manutenção das taxas de lucro. Quando pressionados, abriram mão do pleno emprego e da demanda agregada; até mesmo da própria indústria, no final das contas. Desenvolvimento e processo de acumulação de capital, portanto, são questões antagônicas. Mas a sociedade caminha, pois as contratendências, por serem frutos da própria estrutura de acumulação, carregam em si o DNA limitante da acumulação; e, confrontadas com as barreiras impostas pela tendência de queda da taxa de lucro, acabam por determinar rupturas, transformações e metamorfoses no capital. Como dito anteriormente, o trajeto para onde essas mudanças nos encaminha é nebuloso, e, por vezes, acarretam em uma deterioração de certas qualidades humanas. Mas o preço nunca é contabilizado, pois é sempre pago pelos menos afortunados.

É importante, no entanto, discutir ainda uma questão. Ao longo das décadas analisadas não só a economia norte-americana foi manobrada e reformulada para a continuidade do processo de acumulação de capital, mas sua sociedade também. O medo da guerra nuclear; o medo da perda dos empregos; o medo da recessão; e etc. Uma sociedade paranóica foi forjada no centro do furacão do capital hegemônico internacional, e isso foi de total importância para que as práticas adotadas ao longo dos anos fossem endossadas pela população. Talvez essa seja a maior contratendência que permita o desenvolvimento do processo de acumulação. A manipulação, o fetichismo e a maneira como o capital engloba e marginaliza fatores, categorias e pessoas, são determinantes para se dificultar a formação da — tão almejada pelos militantes marxistas — consciência de classe. Mas isso não é só via de regra para a sociedade norte-americana; nossas próprias sociedades são moldadas para se comportarem tal como devem se comportar, segundo os desígnios da acumulação capitalista. Acumulação essa que é sempre voltada para o capital dominante e hegemônico; haja visto o poder de manipulação da economia global por parte do poderio estadunidense.

Portanto, o estudo não diz respeito apenas à economia e à sociedade norte-americana, mas ao capital como um todo, que gira em torno de um núcleo específico e centralizador. Cada pessoa inserida no sistema capitalista está contemplada pela lógica regida pelo funcionamento da acumulação de capital. É justo então encerrar esse estudo utilizando como alegoria, uma citação de Horácio, lembrada por Marx na primeira introdução do Livro I do Capital: “*Mutato nomine de te fabula narratur*” (Sob outro nome, a fábula refere-se a ti).

APÊNDICE

Capital Variável

Os dados foram coletados do portal FRED - *Federal Reserve Bank of St. Louis*, eles se apresentam sob o título de *Compensation of Employees, Received: Wage and Salary Disbursements: Private Industries*. Os dados representam o total dos valores despendidos em capital variável em toda a indústria nacional.

Foram extraídos dois dados do portal: o primeiro com valores nominais e manos correntes; o Segundo são índices tendo 2009 como ano base. Trabalhando os dados extraídos e chegamos aos valores deflacionados a preços reais do ano de 2009.

Capital Constante

Os dados foram coletados no portal do *Bureau of Economic Analysis*, eles se apresentam sob o título de *Current –cost net stock of private equipment by industry*.

Foram extraídos dois dados do portal: o primeiro com valores nominais e manos correntes; o Segundo em índices, tendo 2012 como ano base. Trabalhando os dados colhidos, mudamos o ano base dos índices e chegamos aos valores deflacionados pelos preços reais do anos de 2009.

Lucro Líquido

Dado calculado através da participação dos lucros líquidos corporativos das indústrias nacionais na Renda Interna Bruta — sob o título de *Shares of gross domestic income: Corporate profits with inventory valuation and capital consumption adjustments, domestic industries* —. Calculamos esse dado em valores reais e absolutos extraíndo essa participação da Renda Interna Bruta a preços de 2009 — sob o título de *Gross Domestic Income*.

Ambos os dados colhidos para esse cálculo foram extraídos do portal FRED - *Federal Reserve Bank of St. Louis*.

Taxa de lucro de empresas não financeiras

Dado calculado dividindo do Lucro Líquido — representando a mais-valia — pela soma do Capital e o Capital Variável.

Produtividade do Trabalho

Dado coletado das *Extended Penn World Tables*. Esse dado foi corrigido pelos pesquisadores, Foley e Marquetti, pelo filtro Hodrick-Prescott para os valores correntes de 2005. Esses dados foram trabalhados para que o ano base passasse a ser 2009.

Salários

Dado coletado das *Extended Penn World Tables*. O dado foi obtido pelos pesquisadores, Foley e Marquetti, multiplicando a participação dos salários na renda pelo PIB, e depois dividindo esse valor pelo número de trabalhadores. Os valores estavam a valores de 2005 e foram trabalhados para passar ao ano base de 2009.

Empregados na manufatura

Dado coletado na plataforma FRED - *Federal Reserve Bank of St. Louis*, sob o título de *All Employees: Manufacturing*. Com periodicidade anual (final do período).

Dívida das empresas não financeiras

Dado coletado do portal FRED - *Federal Reserve Bank of St. Louis*, sob o título de *Nonfinancial corporate business; debt securities; liability, Level*.

Foram extraídos dois dados do portal: o primeiro com valores nominais em anos correntes; o segundo em índices, tendo 2009 como ano base. Trabalhando os dados colhidos chegamos aos valores deflacionados pelos preços reais do ano de 2009.

Produto interno bruto

Dado coletado do portal FRED – *Federal Reserve Bank of St. Louis*, sob o título de *Gross Domestic Product (GDP)*. Os dados estavam em número índice com o ano base de 2009.

Balança comercial de bens de consumo

Dado coletado do portal FRED – *Federal Reserve Bank of St. Louis*, sob o título de *Trade Balance: Goods, Balance of Payments Basis*. Os dados foram utilizados em valores nominais.

Lucro financeiro

Dado coletado do portal FRED – *Federal Reserve Bank of St. Louis*, sob o título de *Corporate profits before tax: Domestic industries: Finance, insurance, and real estate*. Os dados estão deflacionados a preços do ano 2000.

QUADRO DE DADOS E FONTES

Capital Variável	Compensation of Employees, Received: Wage and Salary Disbursements: Private Industries	Federal Reserve Bank of St. Louis (FRED). < https://fred.stlouisfed.org/ >
Capital Constante	Current – cost net stock of private equipment by industry	Bureau of Economic Analysis (BEA). < www.bea.gov/ >
Lucro Líquido (Mais-valia)	Shares of gross domestic income: Corporate profits with inventory valuation and capital consumption adjustments, domestic industries;	Federal Reserve Bank of St. Louis (FRED). < https://fred.stlouisfed.org/ >

	Gross Domestic Income.	
Produtividade do trabalho	x(fc)	Extended Penn World Tables (EPWT). < https://sites.google.com/a/newschool.edu/duncan-foley-homepage/home/EPWT >.
Salários	w	Extended Penn World Tables (EPWT). < https://sites.google.com/a/newschool.edu/duncan-foley-homepage/home/EPWT >.
Empregados na manufatura	All Employees: Manufacturing	Federal Reserve Bank of St. Louis (FRED). < https://fred.stlouisfed.org/ >
Dívida das empresas não financeiras	Nonfinancial corporate business; debt securities; liability, Level	Federal Reserve Bank of St. Louis (FRED). < https://fred.stlouisfed.org/ >
Produto Interno Bruto	Gross Domestic Income.	Federal Reserve Bank of St. Louis (FRED). < https://fred.stlouisfed.org/ >
Balança comercial de bens de consumo	<i>Trade Balance: Goods, Balance of Payments Basis</i>	Federal Reserve Bank of St. Louis (FRED). < https://fred.stlouisfed.org/ >
Lucro Financeiro	<i>Corporate profits</i>	Federal Reserve Bank of St. Louis (FRED). < https://fred.stlouisfed.org/ >

	<i>before tax:</i> <i>Domestic</i> <i>industries:</i> <i>Finance,</i> <i>insurance,</i> <i>and real</i> <i>estate</i>	
--	---	--

QUADRO DE VARIÁVEIS QUE IRÃO COMPOR AS TAXAS DE LUCRO

Lucro líquido (Mais-valia)	<i>m</i>
Capital variável	<i>v</i>
Capital constante	<i>c</i>

FÓRMULA DA TAXA DE MAIS VALIA

$$l' = \frac{m}{c+v}$$

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

AUGUSTO, André Guimarães. *Lei de Tendência à queda da taxa de lucro: Resenha crítica de uma polêmica*. *Economia-Ensaio, Uberlândia*, 19(2): 111 – 124, julho, 2005.

BAEZA, A.V. *La crisis estadounidense y la ganancia*. *Razón y Revolución*. Buenos Aires, n. 18, 2º semestre de 2008.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *O Capital e suas metamorfoses*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BOVO, J. M. *A controvérsia sobre a lei de tendência decrescente da taxa de lucro*. *Perspectivas*, São Paulo, 5:89-96, 1982.

BRENNER, Robert. *O Boom e a Bolha: Os Estados Unidos na economia Mundial*. California University. Editora Record, São Paulo, 2003.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *A lei da taxa declinante de lucro*. Lucro, Acumulação e Crise. Editora Brasiliense. São Paulo, 1986.

BUREAU OF LABOR STATISTICS, US Department of Labor. Disponível em: <<https://www.bls.gov/>> Acesso em 29 de outubro de 2018.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Disponível em: www.bea.gov. Acesso em 29 de outubro de 2018.

CHESNAIS, François. *O movimento próprio da mundialização financeira*. A Mundialização do Capital. São Paulo; Xamã, 1996.

COGOY, M. *Baisse du taux de profit et théorie de l'accumulation* - réponse à Paul Sweezy. *Les Temps Modernes*, janeiro. 1974.

DATHEIN, Ricardo. *Crise econômica e taxa de lucro nos EUA*. *Revista econômica contemporânea*, vol. 15, nº 2, Rio de Janeiro, Maio/Agosto, 2011.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *The Crisis of the early 21st century: a critical review of alternative interpretations (preliminary draft)*. Paris: EconomiX, PSE, 2011.

EARLY, James. *Profitability Indicator Ratios*. *Investopedia*. Disponível em: <<https://www.investopedia.com/university/ratios/profitability-indicator/>>. Acesso em 01 mar. 2018.

FED. Federal Reserve. Disponível em: < <https://www.federalreserve.gov/data.htm> >

FRED. Federal Reserve Bank of St. Louis. Disponível em: < <https://fred.stlouisfed.org/> > Acesso em 28 de outubro de 2018.

FEDERAL RESERVE BOARD. *Flow of Funds*. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/RELEASES/Z1/current/default.htm>. Acesso em: 27 ago. 2018.

RIBEIRO, Nelson Rosas. *O Capital em movimento* – ciclos, rotação, reprodução. João Pessoa, Editora Universitária, 2009.

FOLEY, Duncan; MARQUETTI, Adalmir. *Extended penn world tables* – EPWT. Economics Department, New School for Social Research, EUA. Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUC-RS, Brasil. Versão 4.0; agosto de 2011. Disponível em <<https://sites.google.com/a/newschool.edu/duncan-foley-homepage/home/EPWT>>.

Acesso em 23 de outubro de 2019.

GOWAN, Peter. *O Regime do Dólar-Wall Street*. A Roleta Global. Rio de Janeiro: Record, 2003a.

_____. *A Evolução do DWSR da Década de 1970 à de 1990*. A Roleta Global. Rio de Janeiro: Record, 2003b.

GRESPLAN, Jorge. O Capital, de Marx // Aula 4 // Jorge Gresplan // Leis Tendenciais, acumulação e crise. Disponível em :<<https://www.youtube.com/watch?v=u-YgbuJB7Ck>>. Visitado em 20 de novembro de 2019.

GUTTMANN, R.; PLIHON, D. *O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças*. *Economia e Sociedade*, v. 17, Número especial, dez. 2008.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo, História e Implicações*. Oxford University Press. 2005.

HEINRICH, Michael – *Crisis theory*, the law of the tendency of the profit rate to fall, and Marx's studies in the 1870. In: *Monthly Review*, April 2013.

_____. – *An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. New York: Monthly Review Press, 2012.

- HOBBSAWN, Eric (1992) *A Era dos Extremos – O breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOBSON, John Atkinson. *A Evolução do Capitalismo Moderno*: Um Estudo da Produção Mecanizada. São Paulo: Abriu Cultural, 1983. Londre: George Allen & Unwin Ltd., 1894
- HUSSON, M. *The upward tren in the rate of exploitation*. International ViewPoint, n. 397, feb./2008.
- KLEIN, Naomi. *A doutrina de choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Editora Nova Fronteira S.A., Rio de Janeiro, 2007.
- KRUGMAN, Paul. *A Desintegração Americana*: EUA perdem o rumo no século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- LEWIS, Michael. *The Big Shot*, Inside the doomsday machine. Estados Unidos; W. W. Norton & Company; 2010.
- MÂNTEGA, Guido. *A Lei da taxa de lucro: A tendência de queda ou a queda da tendência?* Estudos CEBRAP, nº 16, abril-junho, 1976.
- MILAN, Marcelo; RODRIGUES, Lucas. *Financeirização e Mensuração da taxa de lucros nos EUA*. 2017
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*: Livro I: o processo de produção do capital. Éditions Flammarion, Paris, 1867
- _____. *O Capital: crítica econômica e política*: Livro II: o processo de circulação capitalista. Éditions Flammarion, Paris, 1885
- _____. *O Capital: crítica da economia política*: Livro III: o processo global de produção capitalista. Éditions Flammarion, Paris, 1894.
- NASCIMENTO, E. P; SANTANA, M. U. S; SILVA, A. L. G. *Elementos para compreender a concentração de renda nos EUA a partir da financeirização de empresas não-financeiras*. 2012.
- NBER. *US Business Cycle Expansions and Contractions*. National Bureau of Economic Research. Disponível em: <http://www.nber.org/cycles.html>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- OKISHIO, N. *Technical Change and the Rate of Profit*. Kobe University Economic Review, vol.7. 1961.

PRADO, Eleutério F.S. ***Lei de Marx: Pura lógica? Lei empírica?*** Revista Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº37, janeiro 2014.

ROBERT, Michael – ***Michael Heinrich, Marx's law and crisis theory***. In: thenextrecession blog, maio, 2013.

_____ - ***The Long Depression***, How it Happened, Whay It Happened, and What Happens Next. Haymarket Books; Chigago Illinois, 2016.

ROBINSON, J. ***Marx e Keynes***. In: HOROWITZ, D. org. *A Economia Moderna e o Marxismo*. Rio de Janeiro: Zahar. 1972

_____. ***Um Estudo de Economia Marxiana***. Lisboa: Dinalivro.1977

SHAIKH, A. **Political Economy and Capitalism**: Notes on Dobb's Theory of Crises. *Cambridge Journal of Economics*, vol.2, n.2. 1978.

SOARES, Marco Antônio Tavares. ***A Centralidade do Trabalho no Processo de Valorização do Capital***. Vitória da Conquista. Politeia: História e Sociedade; v. 10; nº 1; p. 221-238. 2010

SWEEZY, P. ***Quatro Conferências Sobre o Marxismo***. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. ***Teoria do Desenvolvimento Capitalista***, São Paulo, Nova Cultural, 1986.

_____. ***Quelques problèmes de la theorie de l'accumulation du capital***. Temps Modernes. Zahar Editores, 1974.

THOMPSON, Edward. P. ***A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade. Vol. I 2ª ed.*** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.